# C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

145

145

SALVADOR • JUNHO DE 2006

SEI
Informação a serviço da sociedade
40 anos

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**
PAULO GANEM SOUTO

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO**
ARMANDO AVENA

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI**
CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

**CONSELHO EDITORIAL**
Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá B. Figueirôa

**COORDENAÇÃO GERAL**
Luiz Mário Ribeiro Vieira

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

**EQUIPE TÉCNICA**
Alynson dos Santos Rocha
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos

**NORMALIZAÇÃO**
Coordenação de Documentação e Biblioteca - COBI

**REVISÃO**
Luis Fernando Sarno

**DESIGNER GRÁFICO**
Humberto Farias

**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**
Karol Farias

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994- )
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005.

Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2° and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

# Sumário


## Economia em Destaque

Desempenho recente da indústria baiana: 2002-2006
Carla do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco ..... 4

## Conjuntura Econômica Baiana ..... 8

## Artigos

Inflação sob controle, mas o crescimento econômico sustentável...
Everton Freire de Carvalho ..... 18

Panorama econômico da construção civil na Bahia
Jorge Tadeu Dantas Caffé ..... 24

Comércio varejista: balanço do primeiro trimestre e perspectivas para 2006
Cristiana Proserpio Fontes Lima ..... 29

O alinhamento do Plano Plurianual Municipal (PPAM) com os demais instrumentos de planejamento municipal
Evanio Tavares Machado
Denis Alcides Rezende ..... 34

## Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos totalizam R$10,3 bilhões ..... 42

## Notícias ..... 46

## Legislação ..... 49

## Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos ..... 52
Indicadores Sociais ..... 58
Finanças Públicas ..... 66


# Carta do Editor

A atividade econômica de um país é determinada pela combinação de seus diversos setores, bem como pelos posicionamentos tomados pelas autoridades no que se refere ao seu dinamismo. Ancorado nas idéias das principais correntes do pensamento econômico, o Brasil vem buscando manter um processo de crescimento no longo prazo, que tem como uma de suas principais premissas o controle inflacionário. Se por um lado a política de juros altos funciona como inibidora no aumento dos preços, por outro atua de forma negativa sobre a economia como um todo, na medida em que a sua contínua utilização tende a inibir o crescimento econômico da nação.

No mês de junho, a revista Conjuntura & Planejamento traz como destaque uma análise sobre a busca do controle da inflação, bem como o desempenho da atividade econômica, observando mais especificamente o lado da demanda vendas do comércio varejista. Além dessa temática, a revista apresenta ainda uma análise panorâmica da construção civil no estado da Bahia.

No texto intitulado *Inflação sob controle, mas o crescimento econômico sustentável...*, o autor Everton Freire de Carvalho faz uma análise dos principais índices de inflação, os quais se apresentam, até o momento, sob controle. Esse controle dos índices de inflação é derivado da política de juros altos praticada pela autoridade monetária brasileira. Já o artigo de Cristiana Proserpio, *Comércio varejista: balanço do primeiro trimestre e perspectivas para 2006*, faz uma análise do desempenho do comércio varejista nos três primeiros meses de 2006. Apesar dos juros altos, que atua de forma negativa sobre o comércio, o mesmo vem apresentando desempenho satisfatório decorrente, sobretudo, da expansão do crédito à pessoa física.

Por fim, a revista traz ainda outros dois textos: *Panorama econômico da construção civil na Bahia*, de autoria de Jorge Tadeu Dantas, e o artigo intitulado *O alinhamento do plano plurianual municipal (PPAM) com os demais instrumentos de planejamento municipal*, de autoria de Evanio Machado e Denis Rezende.

Dessa forma, mais uma vez a revista Conjuntura & Planejamento contribui para o conhecimento e a inserção do seu público leitor no âmbito da discussão dos temas abordados, disponibilizando textos que analisam o comportamento da atividade econômica em suas mais distintas caracterizações.

# Desempenho recente da indústria baiana: 2002-2006

Carla do Nascimento*
Fabiana Karine Pacheco*

Entre 2002 e 2005, 358 novas indústrias entraram em operação no estado da Bahia, totalizando um investimento de R$ 21,4 bilhões. Além disso, 234 indústrias encontram-se em fase de implantação, com operação prevista entre 2006 e 2007. Grande parte das inversões realizadas e previstas para o setor industrial baiano destina-se aos ramos tradicionais, como as indústrias de refino de petróleo, de produtos químicos e metalurgia, e àqueles mais recentes, como celulose e papel e automotiva, entre outros.

Um aspecto importante para a implantação dessas novas indústrias foi o fato do estado da Bahia configurar-se como o maior destino dos desembolsos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no ano de 2005, dentro da região Nordeste. Comparando-se os anos de 2002 e 2005, o crescimento alcançado foi de 15,7% (cerca de R$ 300 milhões), passando de R$ 1,9 bilhão para R$ 2,2 bilhões.

Em 2005, a indústria (transformação e extrativa mineral) baiana tornou-se o principal setor da economia do estado, correspondendo a 39,4% do PIB estadual; deste percentual, 36% vêm da indústria de transformação, que está se expandindo de forma significativa, tendo alcançado um crescimento médio entre os anos de 2003 e 2005 de 5,6%, enquanto o índice nacional foi de 2,6%.

É relevante destacar ainda que no estado estão instalados grandes empreendimentos, que correspondem, em nível nacional, a 50% da produção petroquímica, 55% da produção de pneus, 10% dos veículos automotores e mais de 30% da produção de papel e celulose.

Ressaltando a performance da indústria baiana, este artigo apresenta o desempenho do setor de transformação para o período compreendido entre 2002-2005 e para o primeiro trimestre de 2006, tendo como referência o panorama nacional, ao mesmo tempo em que coloca as perspectivas para os próximos anos no setor.

## Desempenho no período 2002-2005

A indústria baiana (transformação e extrativa mineral) apresentou taxa significativa de crescimento no período compreendido entre 2002 e 2005, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, quando no acumulado observou-se acréscimo de 13,8%, representando, em média, 4,4% ao ano. Todo o desempenho positivo deveu-se à indústria de transformação, que registrou incremento de 14,7%, uma vez que a indústria extrativa, no período, apresentou queda de 0,2%. Nesse mesmo período, a indústria brasileira acumulou um crescimento de 11,7%, com uma taxa média de 3,8% ao ano.

Ressalte-se que todos os segmentos da indústria de transformação apresentaram taxa crescente nesse período. Entre as maiores taxas está a da indústria automobilística, instalada na Bahia em 2001, com taxa acumulada de 372,9%.

* Economistas e técnicas da SEI.

O parque automotivo, instalado na Região Metropolitana de Salvador, que já atingiu plena capacidade instalada, com 250 mil veículos por ano, foi um dos principais responsáveis não só pela expansão registrada no setor manufatureiro, mas, sobretudo, pela mudança no perfil de produção da indústria, ampliando a produção de bens finais no estado. Este setor ocupou a terceira posição na pauta de exportações em 2005, com participação de 19,2% entre todos os segmentos exportadores da Bahia.

Observa-se também o excelente desempenho dos setores tradicionais da indústria baiana, como: refino de petróleo e produção de álcool, que cresceu 16,2%; produtos químicos, que aumentou 8,7%; alimentos e bebidas, que acumulou 16,4%; e metalurgia básica, que teve um incremento de 12,5%. Estes quatro segmentos respondem por cerca de 52,0% das exportações baianas, e no referido período passaram por muitas transformações.

No caso específico do segmento de refino de petróleo e produção de álcool ocorreu a ampliação da capacidade instalada entre, 2003 e 2004, de 306 para 334 mil barris por dia, sendo que em 2005 foram processados apenas 200 mil barris por dia, cerca de 65% da capacidade instalada.

Outros segmentos, já fortemente instalados no parque industrial baiano, também apresentaram desempenhos significativos.

O setor de celulose, papel e produtos de papel, que cresceu 18,1%, continua ampliando sua capacidade instalada na Bahia. Após a entrada de novas empresas na produção de celulose, em 2005, tem-se a ampliação e instalação de outras indústrias produtoras da cadeia de papel, que devem iniciar a produção ainda em 2006.

O segmento de borracha e plástico, que aumentou 6,8% entre 2002 e 2005, tem sido beneficiado com a instalação de diversas empresas, principalmente no setor de embalagens plásticas. A expansão do setor de plásticos no estado deu-se a partir de 1998 com a política de incentivos, sobretudo com a criação do Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica – Bahiaplast, que tinha como principal objetivo utilizar as resinas da indústria petroquímica para produção de bens finais. Ademais, a instalação do parque automobilístico e de indústrias de calçados abriu espaço para novos investimentos no segmento de transformação plástica, uma vez que o plástico é um importante insumo utilizado nessas indústrias.

O setor de minerais não metálicos apresentou a menor taxa de crescimento entre todos os setores da indústria, da ordem de 2,5% no período, e tem sua performance atrelada à produção de cimento.

Considerando-se o nível de emprego industrial, de acordo com os resultados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE, observa-se que, entre 2002 e 2005, o montante de pessoal ocupado apresentou incremento acumulado de 1,5%, pouco expressivo diante do crescimento da produção de quase 14%. No Brasil, o nível de emprego no setor decresceu 0,7% no mesmo período.

Entre os segmentos que apresentaram os maiores acréscimos no nível de emprego, destacam-se: máquinas e equipamentos, calçados e couro, refino de petróleo, material de transporte e têxtil.

No que se refere à comercialização externa da indústria baiana, grande parte da produção é exportada para outros países, como indicam os dados do comércio exterior baiano, divulgados pelo Centro Internacional de Negócios da Bahia (Promo). Entre 2003 e 2005, as exportações baianas aumentaram em média 35,4% ao ano. Entre os segmentos que apresentaram expansão nos últimos anos, destacam-se os tradicionais derivados de petróleo e químicos e petroquímicos, e os de industrialização mais recente como papel e celulose e automotivo. Estes quatro segmentos contribuíram, em 2005, com 66,4% das exportações baianas.

## Desempenho no primeiro trimestre de 2006

A produção industrial nacional, segundo dados da PIM do IBGE, cresceu 4,6% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2005. Os impactos positivos relevantes sobre o resultado global da indústria vieram de máquinas para escritório e equipamentos de informática (67,4%), refletindo uma maior produção de computadores, seguido pelo setor de material eletrônico e de comunicações (21,7%), em função da expansão na produção de televisores e telefones celulares. Mencione-se ainda que a produção de máquinas e aparelhos elétricos (18,4%), farmacêutica (12,2%), fumo (20,4%) e bebidas (10,6%) cresceu acima de dois dígitos no primeiro trimestre.

Analisando o setor industrial baiano (extrativa mineral e transformação) nesse primeiro trimestre de 2006, observa-se um crescimento de 6,6%, segundo dados do IBGE. Isoladamente, a indústria extrativa mineral acumulou resultado positivo (2,1%) para o mesmo período, ainda que tenha apresentado taxa negativa no mês de março (-1,0%) em relação ao mesmo mês de 2005. Na indústria de transformação, que registrou um crescimento para trimestre de 6,8%, observou-se incremento na produção de seis dos oito setores que a compõem.

As influências setoriais de maior peso para o resultado positivo vieram de: refino de petróleo e produção de álcool, que obteve resultado de 11,1%; celulose, papel e produtos de papel (33,0%); e metalurgia básica (10,2%). As pressões negativas vieram de alimentos e bebidas, cujo desempenho negativo levou a um decréscimo na produção de 3,0%, resultado da queda na produção de farinhas e *pellets* da extração do óleo de soja e óleo de soja refinado, e do segmento de automóveis (-9,2%).

Destacando o desempenho de alguns setores, no primeiro trimestre de 2006, observa-se que o resultado positivo do setor de refino de petróleo e produção de álcool deveu-se ao aumento na produção de determinados derivados do petróleo. Os principais destaques foram óleos diesel (24,0%) e óleo combustível (109,0%) (AGÊNCIA..., 2006). Em virtude das inversões realizadas na Unidade 39 da refinaria, responsável pela produção de gasolina, diesel e nafta, espera-se incremento significativo durante o ano de 2006, uma vez que em março de 2006 a refinaria baiana alcançou uma carga de 1.348 mil $m^3$, o melhor desempenho mensal já observado. Ademais, estão previstas as perfurações de poços no mar.

O gênero de celulose e papel tem apresentado durante o ano significativas taxas de crescimento, resultado da instalação de novas empresas, influenciando positivamente não apenas a produção industrial como também o nível de exportações do estado. Detentor de 6,3% do Valor da Transformação Industrial (VTI) na Bahia, a expectativa é de manutenção e aumento da capacidade instalada até o próximo ano, em razão de novas inversões previstas para o setor. Pelo lado das vendas, observa-se aumento nos preços da celulose tanto no mercado internacional como no interno.

O segmento da metalurgia básica teve aumento de produção em decorrência da maior fabricação de barra, perfil e vergalhões de cobre e vergalhões de aço ao carbono. Ressalta-se a alta nos preços de cobre no mercado internacional: em março a tonelada alcançou US$ 5.527,50, acumulando alta de 20,6% no ano.

No emprego industrial, segundo a PIMES do IBGE, houve redução no nível de pessoal ocupado assalariado na indústria geral em torno de 1,1% no estado, para o trimestre janeiro-março, comparando-se com igual período de 2005, resultado próximo ao observado no cenário nacional, onde o pessoal ocupado na indústria registrou decréscimo de 1,0%. Para a indústria de transformação a queda no emprego foi de 1,1%. Por segmentos, 10 dos 17 que compõem o setor registraram incremento no emprego, destacando-se: máquinas e equipamentos (18,0%), calçados e couro (6,1%), máquinas e aparelhos elétricos (12,3%), e produtos de madeira (16,9%). Entre os segmentos que exerceram pressão negativa, destacam-se: produtos de metal (-18,4%), produtos químicos (7,8%) e vestuário (12,0%).

## Perspectivas

Diante disso, as perspectivas são favoráveis para a indústria baiana. Pelo desempenho positivo registrado no trimestre, espera-se que a indústria continue apresentando resultados expressivos e acima da média nacional nos próximos anos, principalmente em virtude de uma maior integração da indústria local com a indústria nacional e da maturação de importantes investimentos para o estado, como a ampliação do setor de papel e celulose, com investimento previsto de R$ 3 bilhões até 2007. Estes novos empreendimentos deverão aumentar a produção em 1 milhão de toneladas, que serão destinadas ao mercado externo, principalmente para a Ásia, Europa e Estados Unidos. Além disso, espera-se também investimentos no setor petroquímico, com a densificação do pólo petroquímico e um novo impulso para a indústria naval do estado, com a reativação de um canteiro para a construção de módulos de uma plataforma.

Para os investimentos industriais previstos, a expectativa para os próximos anos, até 2010, é de um volume da ordem de R$ 10 bilhões, com a concretização de 422 novos projetos e a geração de 32,3 mil empregos diretos. Os complexos de atividade que irão agregar maior volume de investimentos serão: madeireiro (inclusive papel e celulose), com R$ 4,2 bilhões; químico-petroquímico, com R$ 1,9 bilhões; e agroalimentar, com R$ 1 bilhão.

Salienta-se, entretanto, que o desempenho da indústria baiana nos próximos anos vai depender da conjuntura econômica do país. Para 2006, as expectativas são de um desempenho positivo, pois sendo um ano eleitoral, espera-se um cenário favorável. A perspectiva está baseada em quatro aspectos: aumento da capacidade instalada; redução gradual das taxas de juros; aumento da renda das famílias e, conseqüentemente, do consumo interno; e redução dos estoques.

Por outro lado, podem se tornar obstáculos ao crescimento da indústria o aumento dos juros internacionais e o câmbio desfavorável, que compromete as vendas do setor, uma vez que os compradores internos irão dar preferência às importações dos insumos de produção com preços mais baixos em vez de comprá-los no mercado interno.

## Referências


AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos*. Disponível em: www.anp.gov.br. Acesso em: 06 jun. 2006.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Desembolso anual do sistema BNDES*. Disponível em: www.bndes.gov.br. Acesso em: 01 jun. 2006.

BAHIAINVEST. *A moderna economia baiana*. Disponível em : www.bahiainvest.com.br. Acesso em: 11 abr. 2006.

_____. *PIB baiano cresceu 4,8%*. Expansão registrada em 2005 foi o dobro da média nacional. Disponível em : www.bahiainvest.com.br. Acesso em: 11 abr. 2006.

_____. *Economia baiana - evidências de um grande potencial*. Disponível em: www.bahiainvest.com.br. Acesso em: 11 abr. 2006.

IBGE. *Pesquisa industrial anual* – 2003. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 jun. 2006.

_____. *Pesquisa industrial mensal*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 jun. 2006.

_____. *Pesquisa industrial mensal de emprego e salário*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 jun. 2006.

INDÚSTRIAS impulsionam crescimento econômico. *A Tarde*, Salvador, 31 maio 2006. Caderno Especial: Raio X da Bahia.

MERCADO de trabalho aquecido. *A Tarde*, Salvador, 18 dez. 2005.

NESTLÉ deve implantar uma fábrica na Bahia. *Correio da Bahia*, Salvador, 26 out. 2005. Disponível em : www.correiodabahia.com.br. Acesso em: 05 jun. 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pesquisa de investimentos industriais*. Salvador: SEI, jun. 2006. Pesquisa interna.

_____. *Pesquisa de Investimentos Industriais*. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 01 jun. 2006.

# Conjuntura Econômica Baiana

No primeiro trimestre de 2006, os principais indicadores da economia baiana – produção industrial, vendas no comércio e comércio exterior – mantiveram a tendência de crescimento que vem sendo registrada nos últimos dois anos.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no primeiro trimestre de 2006, crescimento de 6,6% em relação ao mesmo período de 2005. Seis gêneros da indústria baiana registraram taxas positivas, destacando-se: refino de petróleo e produção de álcool (11,1%) e celulose, papel e produtos de papel (33,0%). Por outro lado, os impactos negativos vieram de alimentos e bebidas (-3,0%) e veículos automotores (-9,2%).

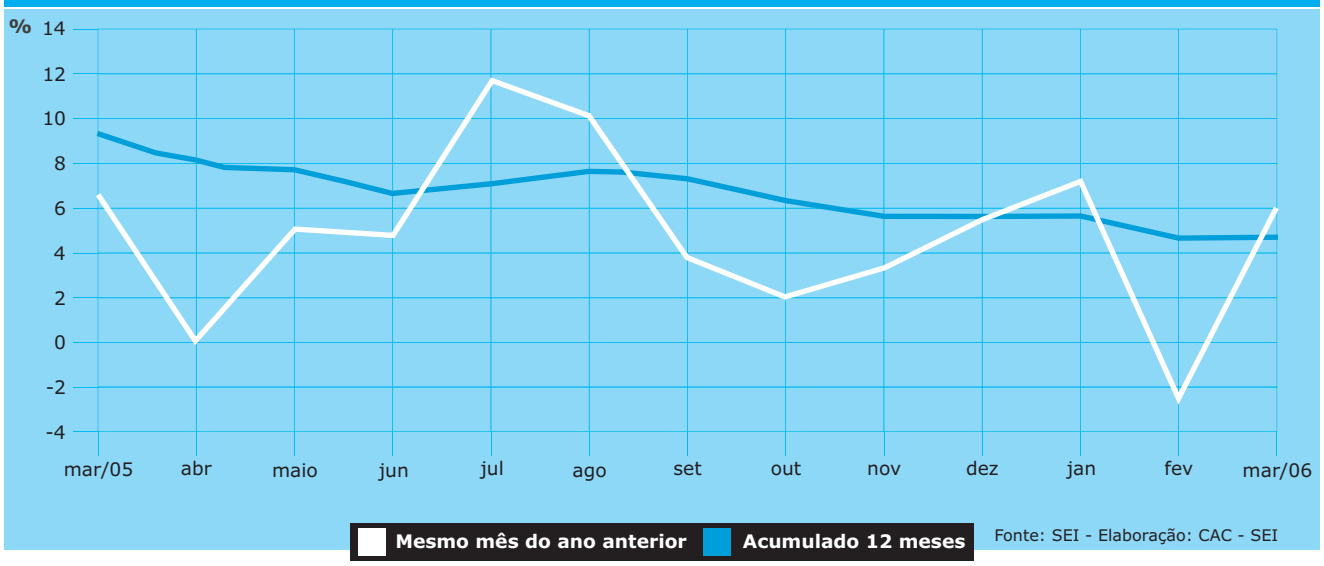
O comércio exterior, com os dados disponíveis para o mês de abril, registrou no período, expansão de 35,2% para as exportações – com valor total exportado de US$ 1.972 bilhão – e de 45,2% para as importações – com valor total importado de US$ 1.187 bilhão. Esses valores determinaram um saldo acumulado no ano de US$ 785,07 milhões.

O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 9,7% no primeiro trimestre de 2006. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento no período foram equipamentos e materiais para escritório (82,3%) e móveis e eletrodomésticos (69,9%). O segmento veículos, motos, partes e peças registrou crescimento de 22,9% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador registrou, nos cinco primeiros meses de 2006, alta de 2,7%. Habitação e encargos (11,9%), transporte e comunicação (4,6%) e saúde e cuidados pessoais (3,7%) foram os itens que apresentaram as maiores altas no período.

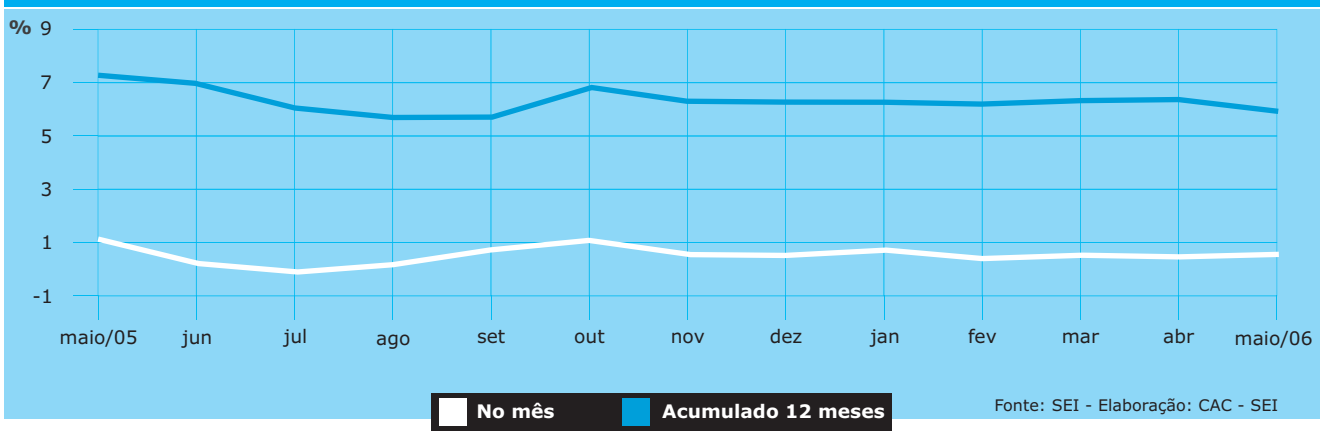
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de abril com taxa de desemprego em 24,4%, com média anual de 24,1%. No mês, 1.317 milhão de pessoas estiveram exercendo algum tipo de trabalho.

**Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador**



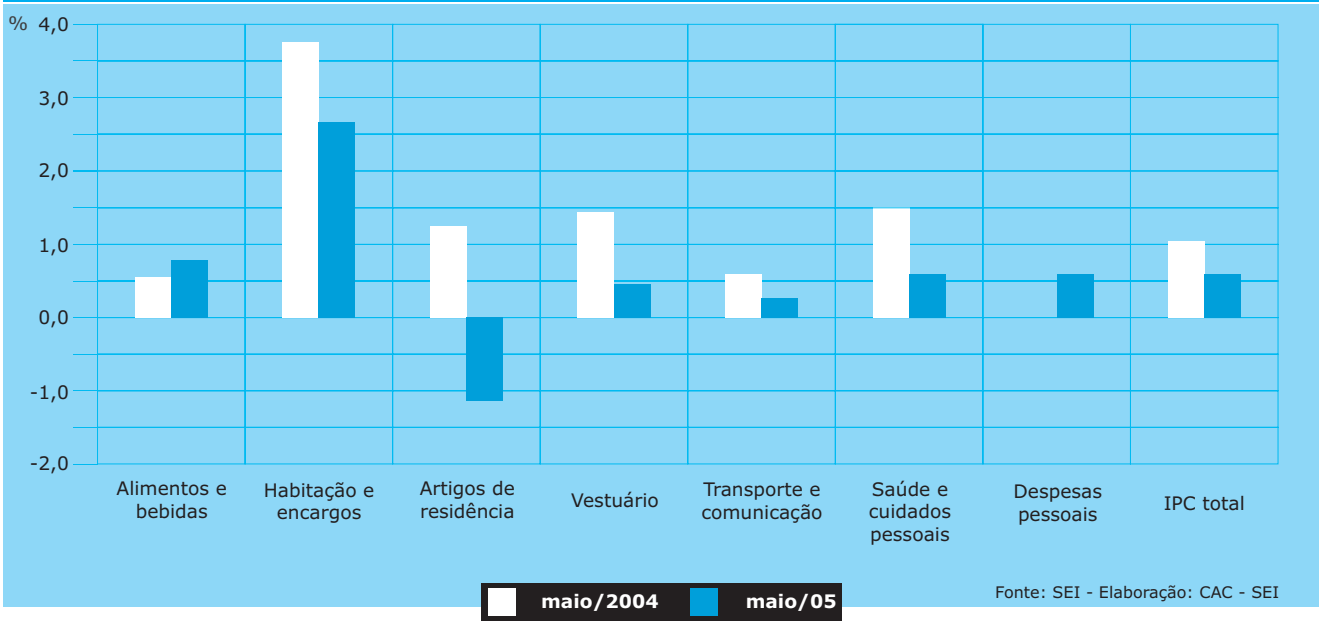

Em março, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC registrou alta de 5,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Comparando-se o mês de março/2006 com o de fevereiro/2006, observou-se crescimento de 5,3% na movimentação econômica. Já no acumulado dos doze meses, que mostra a tendência de longo prazo, o índice manteve-se no mesmo patamar (4,7%).

**Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador**



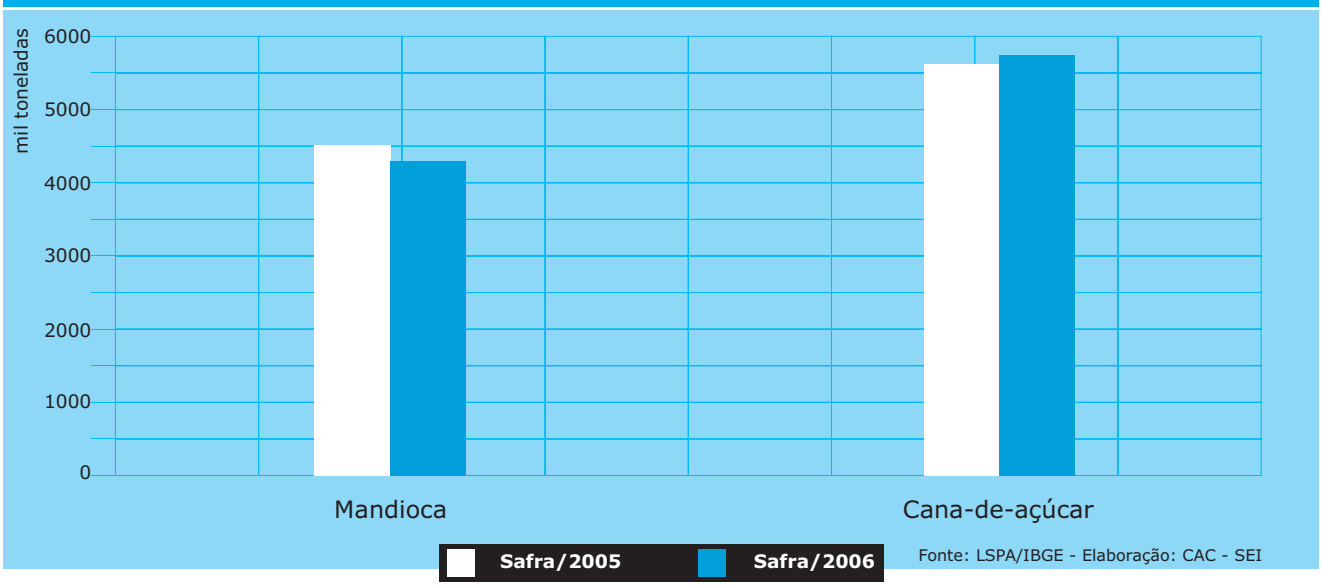

No mês de maio, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,59%, bem acima dos 0,49% do mês de abril do ano vigente. Com esse resultado, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 5,9%. Habitação e encargos (23,4%) e Transporte e comunicação (13%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já artigos de residência (-3,8%) continua sendo o grupo que menos pressiona na formação do índice.

**Taxa de variação do IPC-SEI: Grupos selecionados - Salvador**



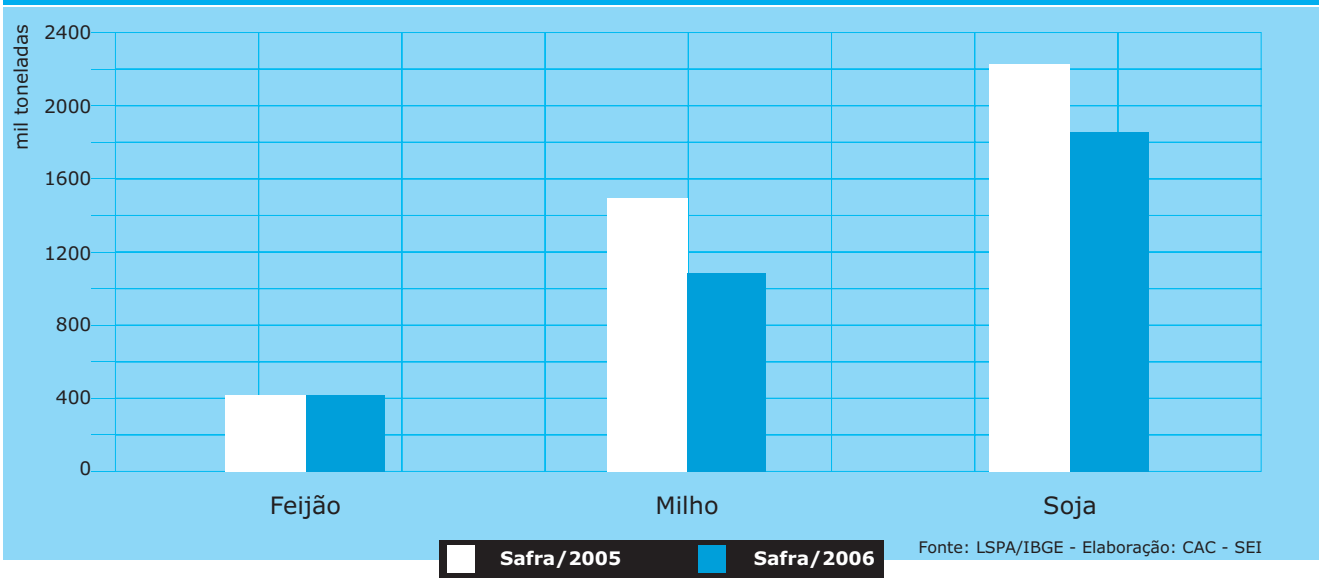

Os grupos de habitação e encargos (2,6%) e de alimentos e bebidas (0,77%) apresentaram, em maio, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens encargos e manutenção (3,1%) e produtos de elaboração primária (1,8%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, apenas o grupo artigos de residência (-1,1%) registrou taxa negativa.

**Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia**



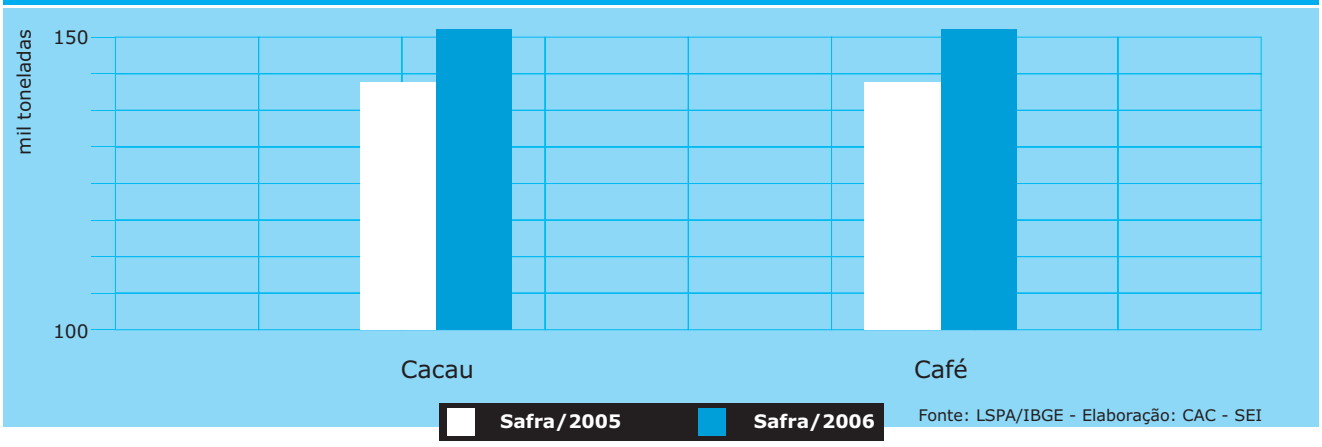

As estimativas para a safra baiana, realizadas em maio de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), mantêm a retração de 4,3% para a safra de mandioca. Esse resultado deve-se à redução da área plantada (3,6%) e do rendimento da lavoura (4,0%). Para a cana-de-açúcar observa-se elevação da produção em 2,0%. Os produtores esperam obter maiores receitas observando a conjuntura favorável dos preços do açúcar e do álcool no primeiro semestre de 2006.

**Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia**



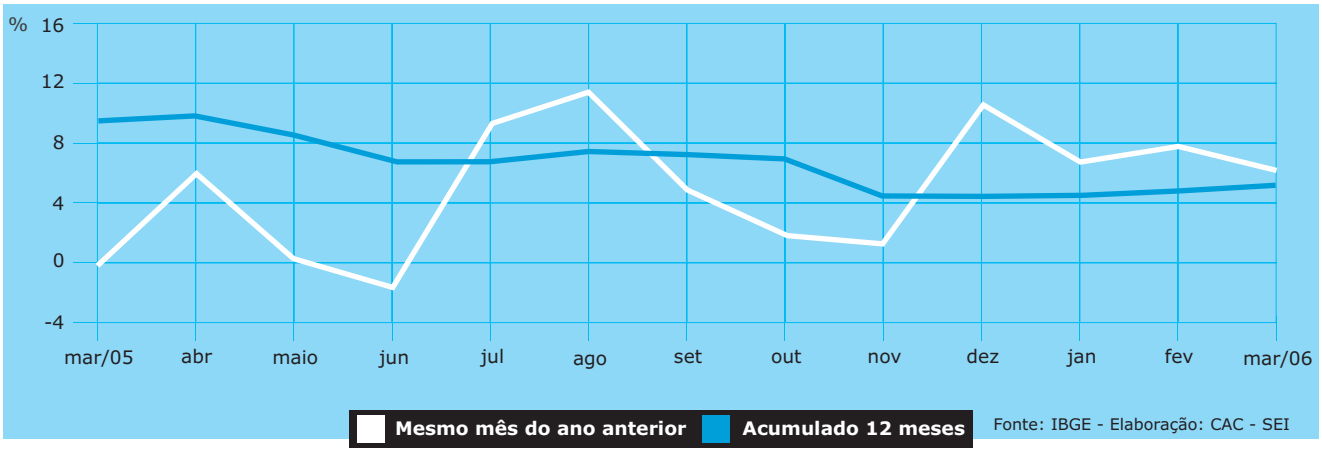

A safra de feijão apresenta redução de 6,2% da produção em 2006. O feijão 1ª safra (plantado durante as chuvas do final de 2005 e inicio de 2006) responde por esse resultado, com queda de aproximadamente 50% da produção. A lavoura de milho apresenta redução de 27,5% da produção física. Para esse resultado, combinam-se chuvas irregulares e preços pouco atraentes para o produtor. Para a lavoura de soja mantêm-se as estimativas anteriores de redução de 17,1% da produção.

**Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia**



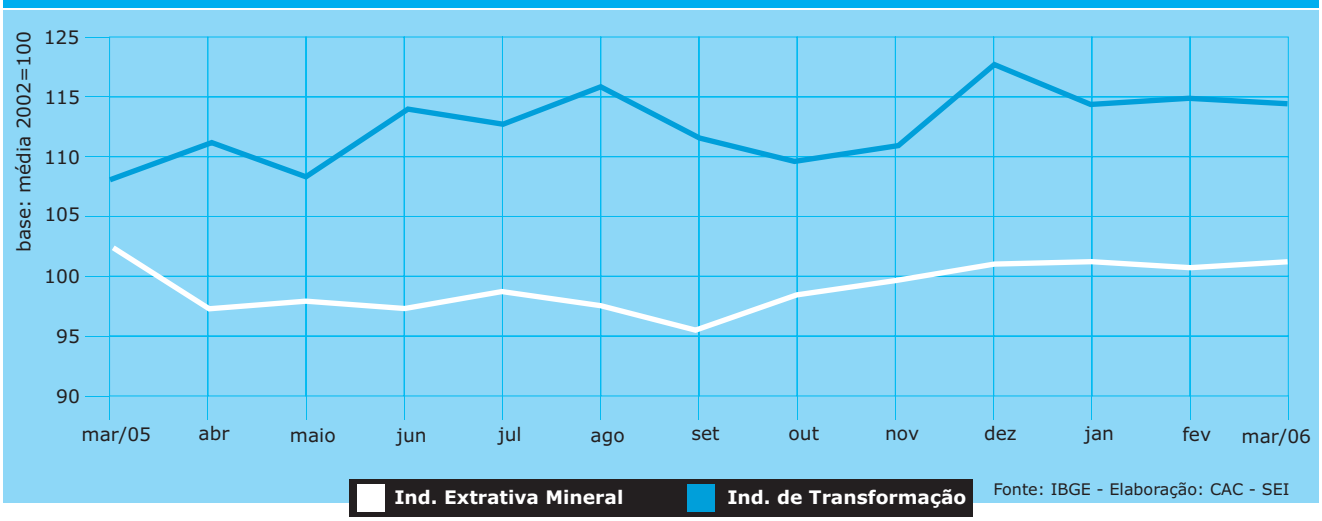

Segundo o LSPA/IBGE de maio de 2006, as estimativas para o cacau são de aumento de 15,7% da produção. Com a lavoura em floração, os produtores aguardam que o resultado dos investimentos (clonagem das mudas) se reverta em produção. Para o café, mantém-se a elevação da produção de 15%. A conjuntura favorável dos preços do grão nos mercados interno/externo, a partir do final de 2004, alimenta as expectativas de bons negócios para o produtor baiano.

**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia**



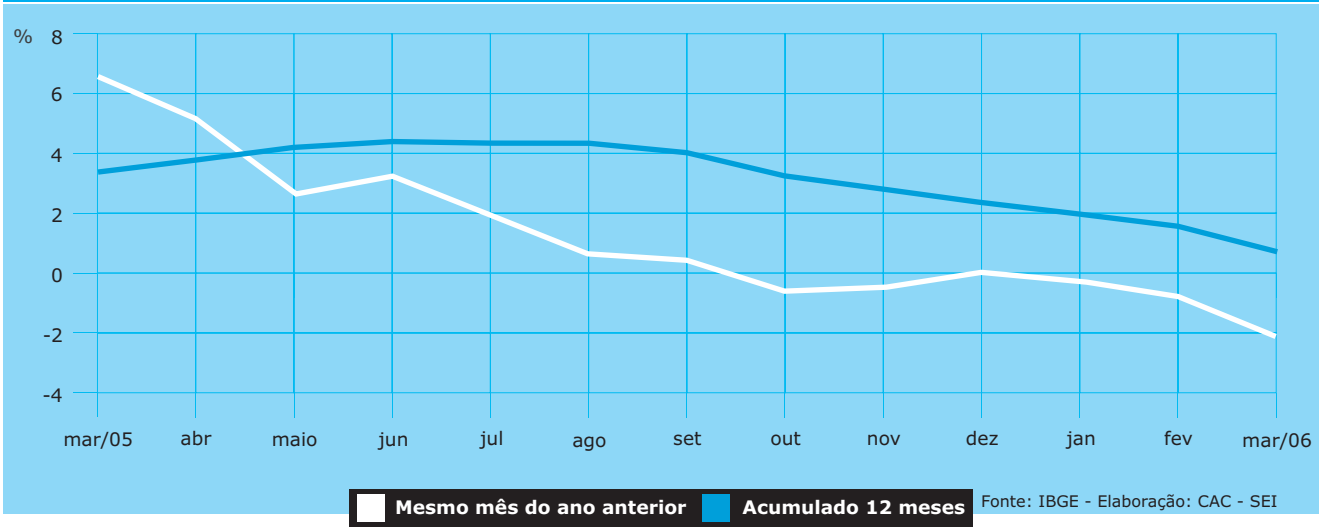

A produção da indústria de transformação da Bahia registrou, em março, crescimento de 6,3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE. No acumulado dos doze meses, manteve-se a trajetória de expansão, na medida em que o indicador passou de 4,7% em fevereiro para 5,2% em março.

**Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia**




A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana também mostra que houve redução na produção industrial de 0,5% entre os meses de fevereiro e março de 2006. As maiores quedas foram registradas nos setores de metalurgia básica (-6,8%), celulose, papel e produtos de papel (-5,6%) e alimentos e bebidas (-4,0%). Já a indústria extrativa mineral registrou ligeira expansão de 0,6%.

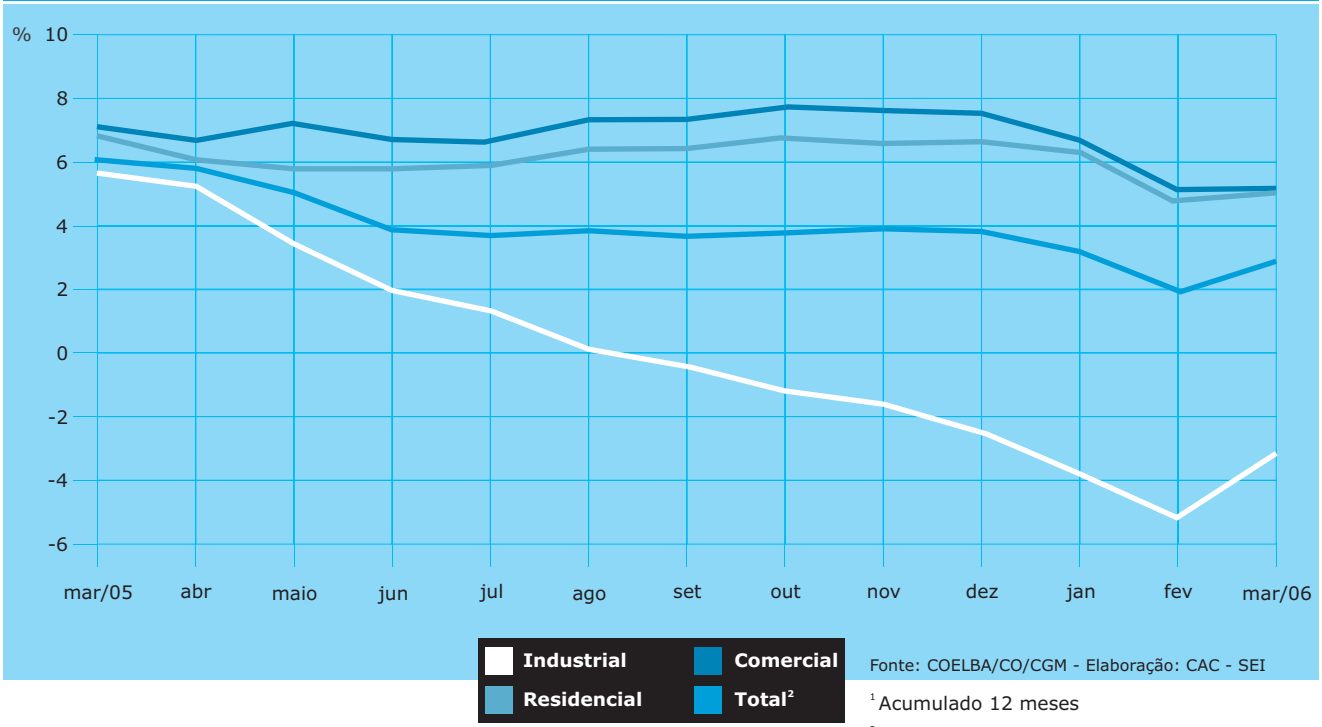
**Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia**




Fonte: IBGE - Elaboração: CAC - SEI

O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em março de 2006, queda de 2,2% em relação a março de 2005. No acumulado dos doze meses o emprego na industria baiana registra alta de 0,8%, mantendo assim a trajetória de retração iniciada em agosto de 2005. Os setores que registraram as maiores quedas em março foram: Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (16,8%), Vestuário (13,6%) e borracha (10,4%).

**Taxa de variação do consumo de energia elétrica[1] - Bahia**



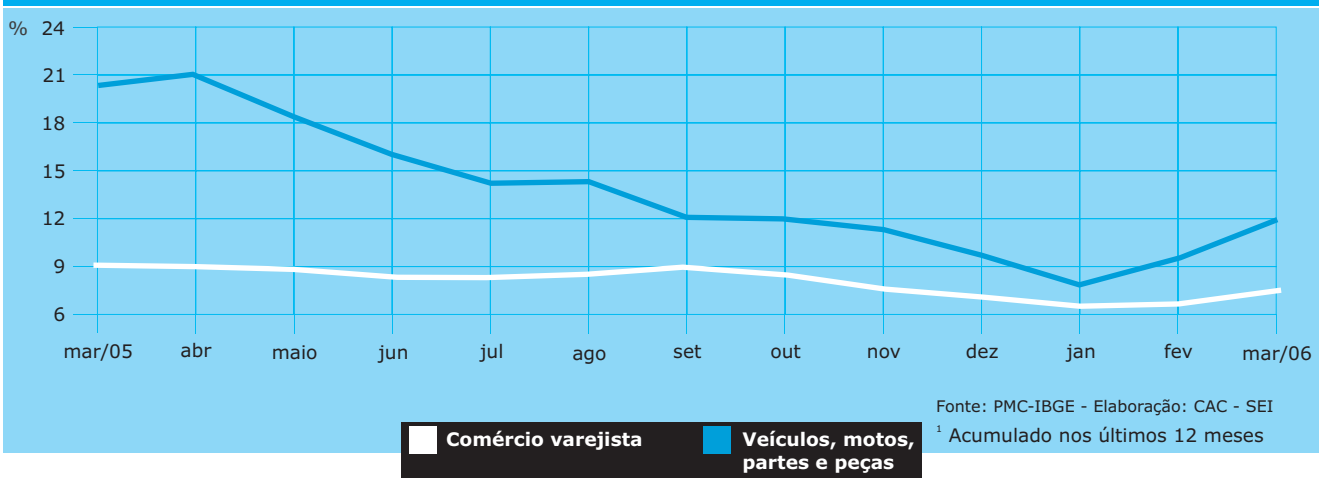

Fonte: COELBA/CO/CGM - Elaboração: CAC - SEI

[1] Acumulado 12 meses

[2] Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia obteve, em março de 2006, trajetória de crescimento, registrando alta de 2,9% no acumulado dos 12 meses. Dentre os principais consumidores, o comércio continua apresentando a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 5,2%. O consumo residencial cresceu 5,1% e o consumo industrial manteve queda em sete meses consecutivos, registrando uma taxa negativa de 3,1% no mês de março do ano vigente.

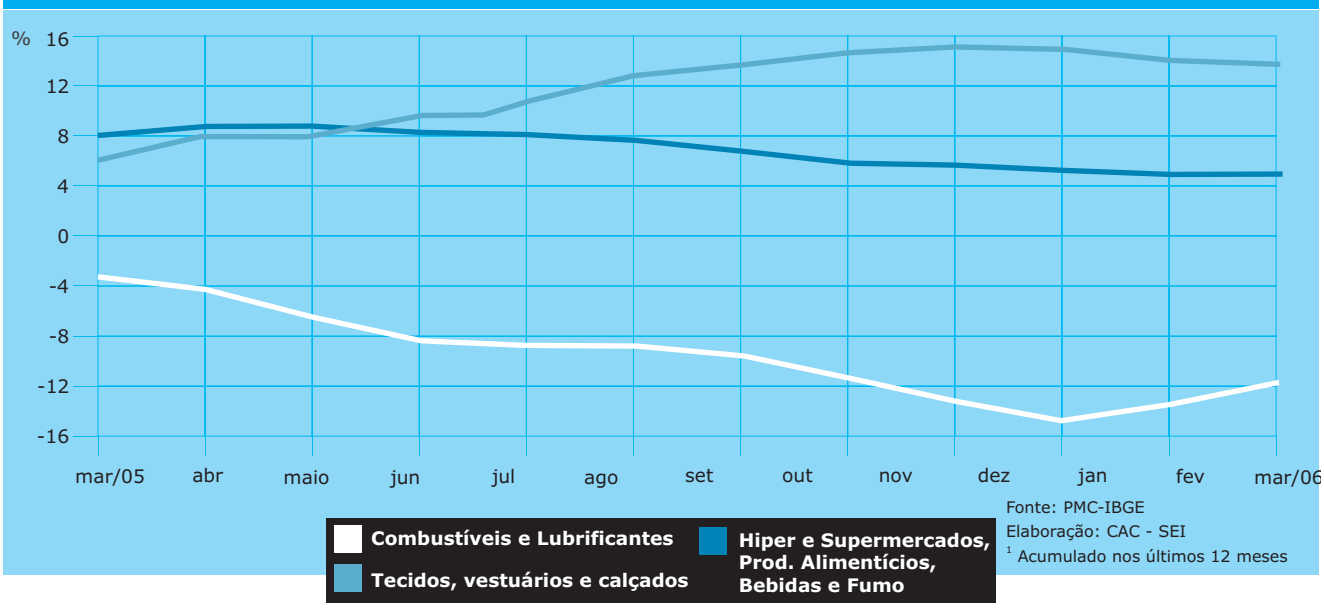
**Taxa de variação de volume de vendas no varejo[1] - Bahia**




Fonte: PMC-IBGE - Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

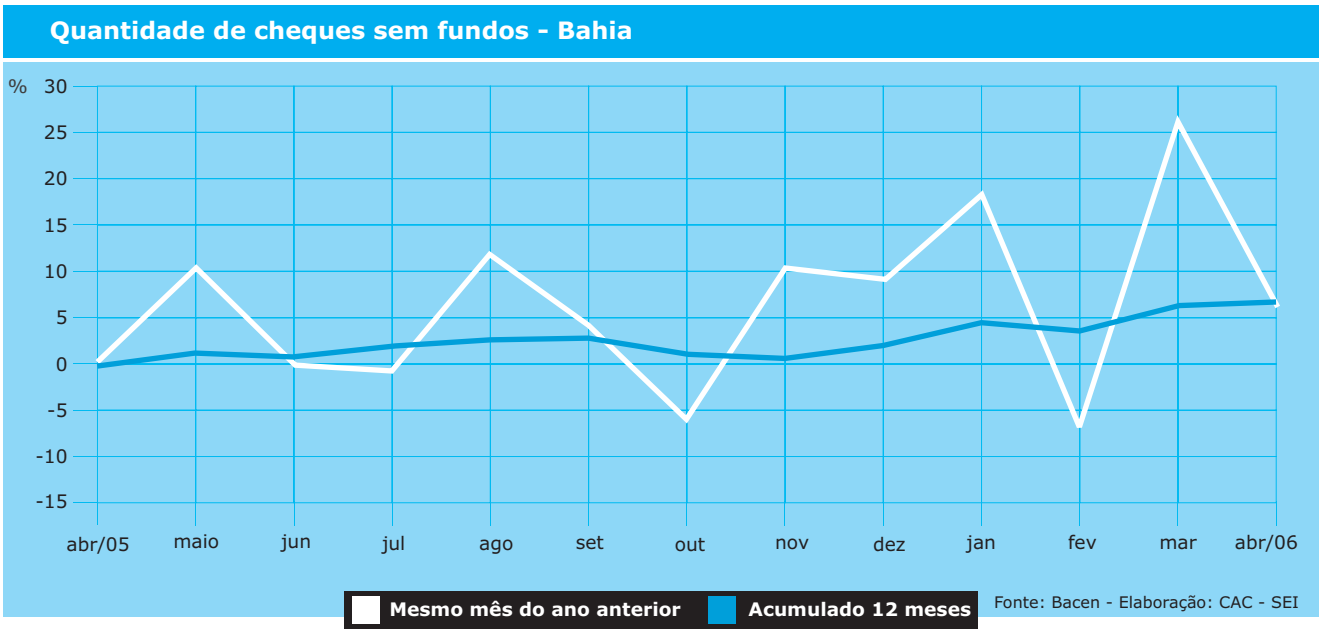
O comércio varejista na Bahia apresentou no mês de março de 2006 um acréscimo de 11,7% no volume de negócios. A Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE) apurou para o acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 7,4%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 39,2% ante igual mês de 2005. Nos últimos doze meses o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 12,1%.

**Taxa de variação do volume de vendas no varejo[1]: principais segmentos - Bahia**

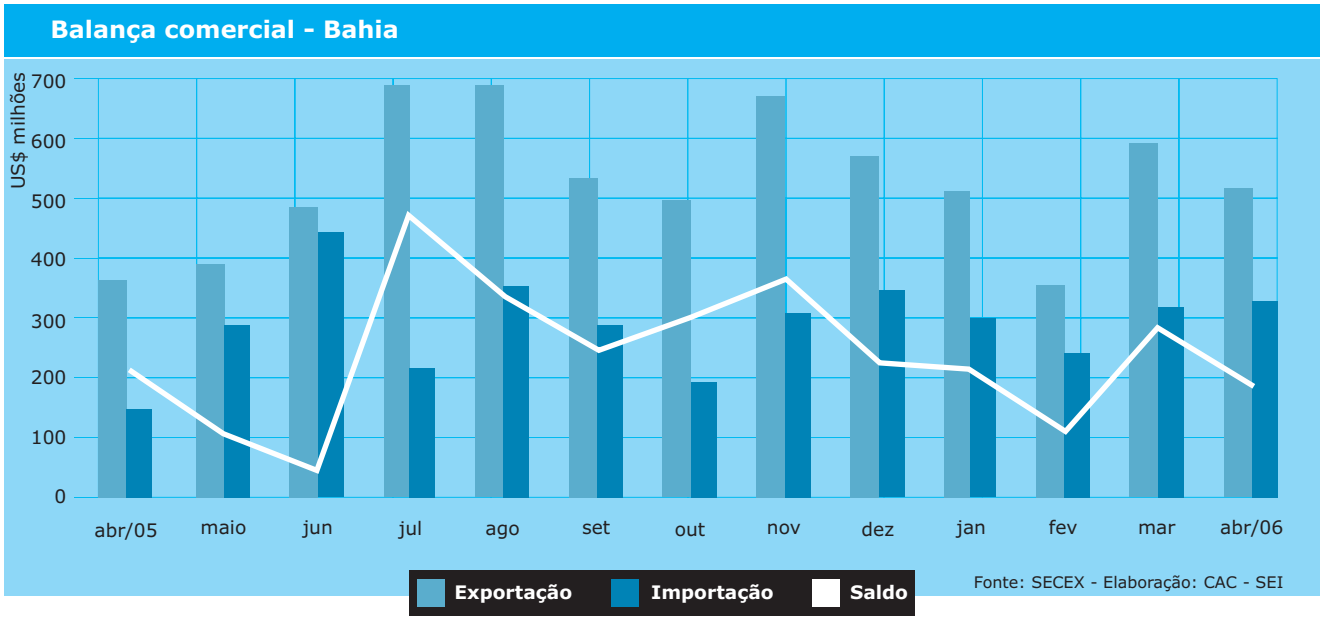



Fonte: PMC-IBGE
Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo a PMC (IBGE), o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou para o acumulado dos últimos doze meses, até março/06, um crescimento de 35,8% no volume de vendas. Esse desempenho é explicado por maiores facilidades de acesso ao crédito, além da ampliação dos prazos de parcelamento das compras. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos Tecidos e vestuário e Hiper e supermercados, com 15,7% e 6,7%, respectivamente.

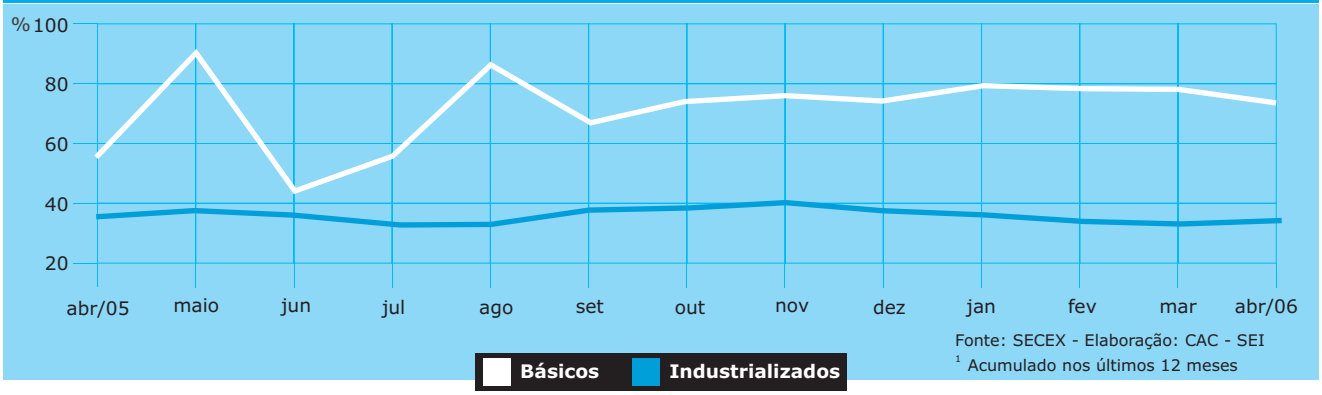



Em abril de 2006, foram emitidos cerca de 391.000 cheques sem fundos na Bahia. Esse resultado é 6,1% superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação abril06/março06, houve queda de 25,1% no total de cheques sem fundos. Além do crescimento registrado em abril, a taxa acumulada nos 12 meses registrou também um crescimento de 6,9%, apresentando uma tendência de crescimento no volume de cheques sem fundos.




A balança comercial baiana registrou, em abril de 2006, um saldo superavitário de US$ 187,1 milhões. As vendas externas alcançaram US$ 515,8 milhões, o que representa um crescimento de 42,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US$ 328,6 milhões, com crescimento de 123,4% em relação a abril de 2005. Esse desempenho das exportações deve-se ao forte dinamismo comercial com países como Estados Unidos, México, Argentina, Bahamas e Alemanha, entre outros.

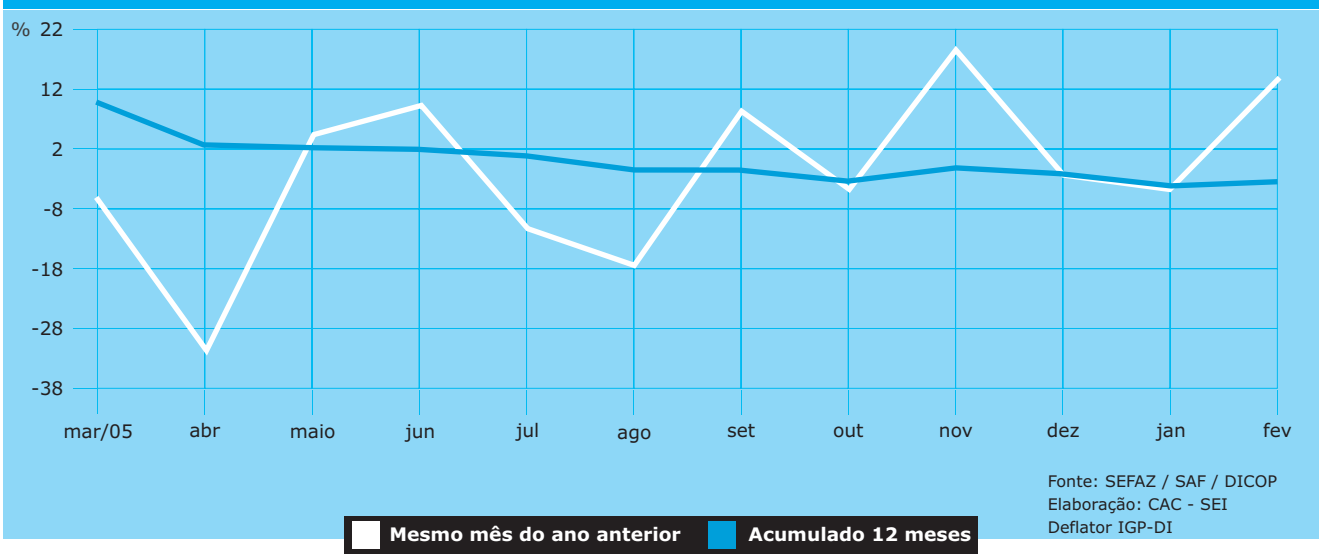
**Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado[1] - Bahia**




Fonte: SECEX - Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 79,7% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando, no período, uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram um crescimento nas vendas de 36,4%. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.

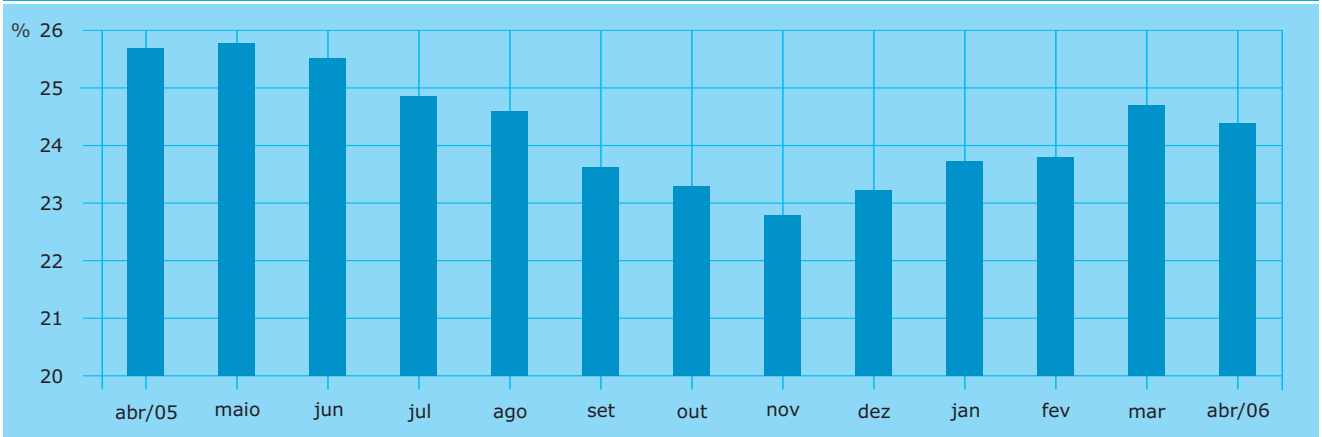
**Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia**




Fonte: SEFAZ / SAF / DICOP
Elaboração: CAC - SEI
Deflator IGP-DI

A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de março de 2006, crescimento de 16,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R$ 567.745 milhões. Com esse resultado, a arrecadação acumula queda de 1,5% nos últimos 12 meses, enquanto que em fevereiro a taxa estava em -3,2%. No ano, a arrecadação total é de R$ 1.786.954 bilhões.

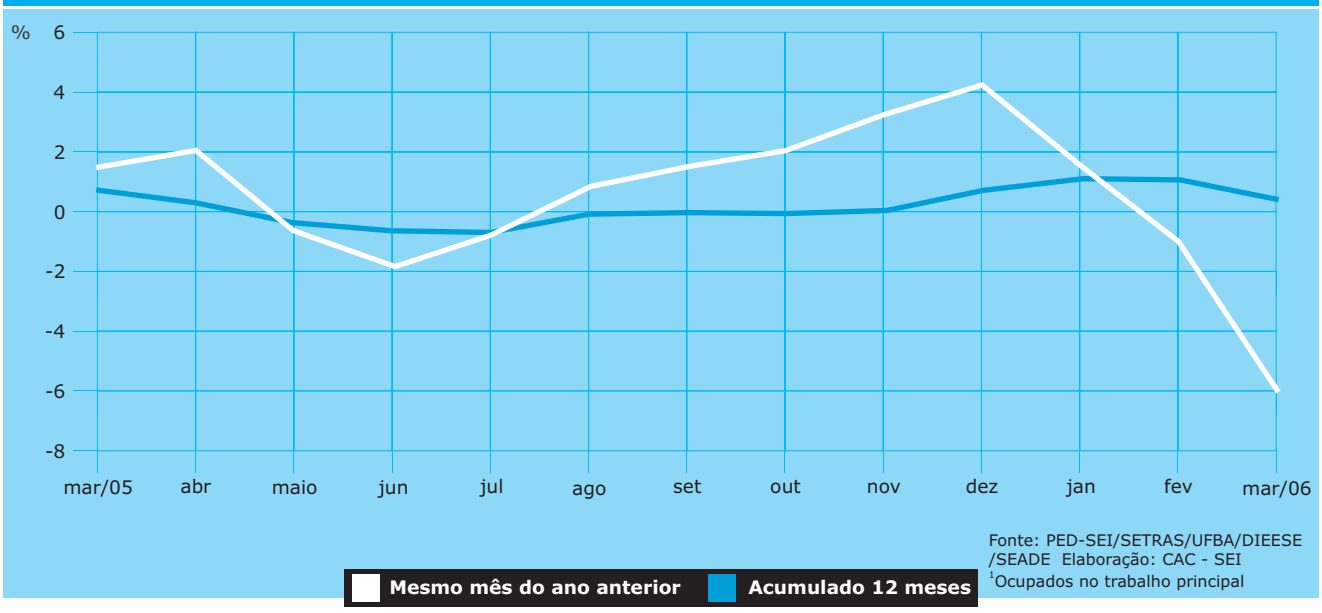
**Taxa de desemprego total - RMS**




Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: CAC - SEI

A Taxa de Desemprego da RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, foi estimada em 24,4% da PEA (População Economicamente Ativa) em abril de 2006, uma redução de 1,2% em relação ao mês anterior. Esse resultado se deve a uma estabilidade no nível de ocupação no período e, sobretudo, à redução em 8 mil pessoas da PEA, como também ao reaquecimento da produção industrial e aos movimentos sazonais do setor de comércio.

**Taxa de variação do rendimento médio real[1] - RMS**




Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE /SEADE Elaboração: CAC - SEI
[1]Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou redução de 5,86% em março de 2006, comparando-se ao mesmo mês do ano anterior; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se incremento de 0,41%; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu em mar/06 a R$ 744, interrompendo a seqüência de alta dos meses anteriores.

# Inflação sob controle, mas o crescimento econômico sustentável...

Everton Freire de Carvalho*

Juros altos, taxa de câmbio apreciada e menor inércia inflacionária, graças a reajustes menos acentuados dos preços administrados, serão os principais responsáveis para a convergência da inflação ao centro da meta em 2006.

Apesar da grande possibilidade de se alcançar o centro da meta, a economia brasileira permanece semi-estagnada, com o PIB (Produto Interno Bruto) crescendo apenas 2,3% em 2005, o segundo pior crescimento entre os países da América Latina.

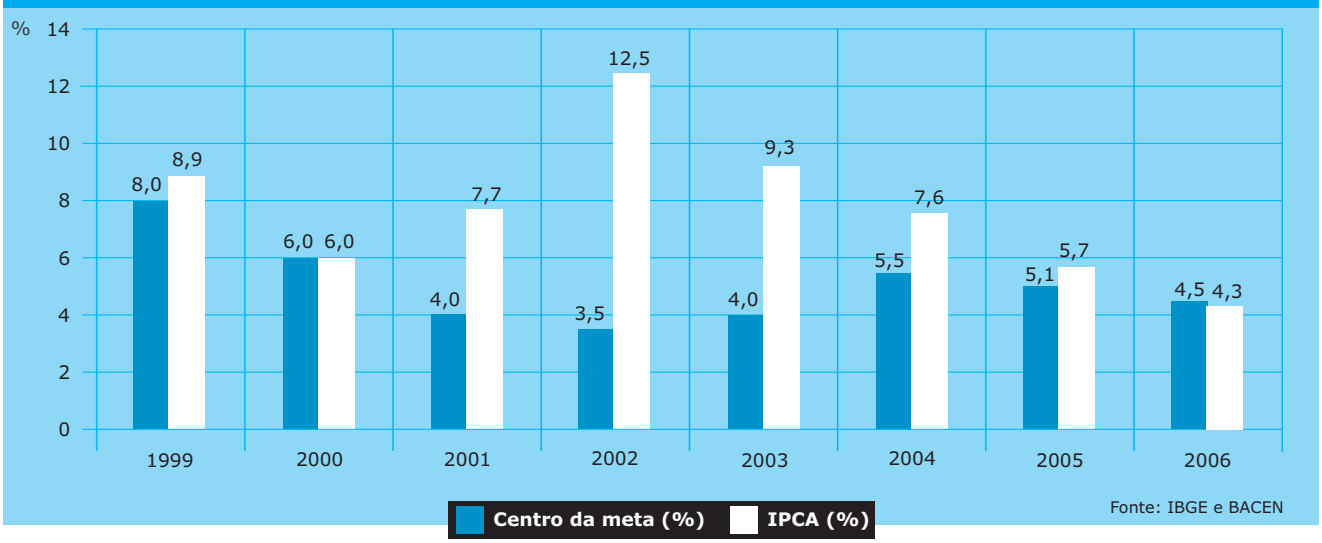
Quais as razões para o baixo crescimento econômico brasileiro verificado nos últimos dez anos? O que vem barrando o tão propagado "espetáculo do crescimento"? Adiante serão expostos alguns argumentos, das duas visões mais tradicionais da teoria econômica, a respeito de tal desempenho. Antes, porém, será analisado o comportamento da inflação nos cinco primeiros meses do ano de 2006.

## Inflação

Nos cinco primeiros meses do ano, a inflação permaneceu registrando altas discretas, mas tudo indica que o centro da meta estipulada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 4,5%, será alcançado. Os analistas de mercado projetam um IPCA de 4,3% no ano. Desde 1999, início do regime de metas de inflação no Brasil, apenas no ano 2000 se atingiu o centro da meta (Gráfico 1).

* Graduando da Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA e bolsista do NEC. E-mail: evertonfcarvalho@yahoo.com.br

**Gráfico 1**
**Centro da meta de inflação x IPCA: Brasil, 1999 - 2006**




Fonte: IBGE e BACEN



C&P
Conjuntura e Planejamento, Salvador: SEI, n.145, p.18-22, Junho/2006

A apreciação cambial e um menor reajuste das tarifas públicas são os principais determinantes para a moderação da inflação. Segundo relatório da UNICAMP, de setembro de 2002 à primeira quinzena de março de 2006 a taxa de câmbio se apreciou em 46%, a maior valorização do mundo. A política de juros altos praticada pelo Banco Central e o elevado saldo da balança comercial, que em 2005 girou em torno de US$ 44 bilhões, foram determinantes para que essa apreciação fosse observada.

## Comportamento dos principais índices de preços

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) nos cinco primeiros meses do ano situou-se em 1,75%, número inferior ao do ano passado, quando atingira 3,18% em igual período. No acumulado dos últimos doze meses, o índice apurou um resultado de 4,23% (Tabela 1), também abaixo dos 4,63% registrado nos doze meses imediatamente anteriores.

**Tabela 1**
**IPCA: Brasil, Jan – Maio/2006**

| 2006 | No mês | No ano | 12 meses |
|---|---|---|---|
| Jan | 0,59 | 0,59 | 5,7 |
| Fev | 0,41 | 1 | 5,51 |
| Mar | 0,43 | 1,44 | 5,32 |
| Abr | 0,21 | 1,65 | 4,63 |
| Maio | 0,1 | 1,75 | 4,23 |

Fonte: IBGE

Em maio, o índice registrou alta de 0,10% ante 0,21% em abril. Esse recuo se deve à acomodação dos preços dos combustíveis que, até então, era uma das principais responsáveis pela inflação registrada em 2006. O álcool foi o item que mais contribuiu para a redução do IPCA em maio, com uma queda significativa de -11,06% (Tabela 2), resultado do período de colheita da safra.

**Tabela 2**
**Variação de preços:**
**Brasil, Jan – Maio/2006**

| 2006 | Gasolina | Álcool |
|---|---|---|
| Jan | 1,19 | 9,87 |
| Fev | 0,57 | 2,88 |
| Mar | 2,78 | 12,85 |
| Abr | -0,09 | -0,11 |
| Maio | 0,44 | -11,06 |

Fonte: IBGE

O IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) acumula uma alta de 0,61% no ano (Tabela 3). Em maio, o índice registrou alta de 0,38% ante 0,02% em abril. Esse aumento ocorreu em função dos reajustes no atacado, especialmente em razão da alta no petróleo e das commodities metálicas no mercado internacional. O IPA (Índice de Preços por Atacado), que representa 60% do IGP, sofreu um aumento de 0,46% em maio ante uma variação negativa de 0,15% em abril.

O IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), que tinha apresentado deflação nos dois meses imediatamente anteriores, registrou também uma alta de 0,38% e, no ano, o índice acumula alta de 0,65%. A desvalorização do câmbio ocorrida nas últimas semanas contribuiu para o aumento dos preços das matérias-primas, impactando o IPA, que saiu de –0,77% em abril para uma alta de 0,43% em maio. Entre eles, destacam-se metais não-ferrosos (7,40%), cana-de-açúcar (7,62%), milho (6,21%) e soja (1,72%).

## Crédito

O volume de crédito oferecido pelos bancos cresceu 2,8% no primeiro trimestre, chegando a R$ 623,904 bilhões, o que corresponde a 31,6% do PIB. O aumento nos empréstimos se concentrou nas pessoas físicas, onde a expansão foi de 7,7% no período. Mais uma vez, esse aumento foi decorrente do crédito consignado e não de uma redução dos juros cobrados ao consumidor.

Dados divulgados pelo PROCON-SP mostram que os juros cobrados pelos bancos permaneceram estáveis, mesmo após o início do processo de redução da taxa básica de juros, a SELIC, iniciado em setembro último. Os juros cobrados para empréstimos pessoais naquele período eram de 5,46% a.m. e, em abril de 2006, reduziu-se para 5,37% a.m. Os juros do cheque especial passaram de 8,32% a.m., em setembro de 2005, para 8,21% a.m., em abril de 2006. Nesse mesmo período, o juro médio pago ao ano no crédito ao consumidor passou de 139,24% para 137,91%.

O "*spread*" médio no período de afrouxamento da política monetária aumentou, passando de 29,4% para 30,1% em março de 2006. O argumento da FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos) é que a elevação da inadimplência nesse período, a insegurança jurídica dos contratos, bem como a morosida-

de do judiciário, não permitem que esse "*spread*" no Brasil seja reduzido.

## Política monetária x Crescimento econômico

Nos últimos meses tem se acentuado, principalmente na imprensa escrita, o debate sobre o pífio crescimento da economia brasileira. Em 2005, o país só cresceu mais que o Haiti na América Latina (Tabela 4). O que vem emperrando o crescimento econômico brasileiro e o que falta para o país ter um crescimento verdadeiramente sustentado?

**Tabela 4**
**PIB América Latina: 2005**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Argentina | 9,1 | Nicarágua | 4 |
| Venezuela | 9,3 | Bolívia | 53,8 |
| Rep. Dominicana | 7 | Guatemala | 3,2 |
| Chile | 6 | Equador | 3 |
| Panamá | 6 | México | 3 |
| Peru | 6 | Paraguai | 3 |
| Uruguai | 6 | El Salvdor | 2,5 |
| Colômbia | 4,3 | Brasil | 2,3 |
| Costa Rica | 4,2 | Haiti | 1,5 |
| Honduras | 4,2 | | |

Fonte: *Austing Rating* e Cepal

Um estudo divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 22 de março de 2006, mostra que a economia brasileira cresceu menos do que o resto do mundo entre 1996 e 2005, perdendo, conseqüentemente, importância relativa na economia mundial. Se mantiver o ritmo de crescimento registrado nos últimos dez anos, o Brasil demorará cem anos para dobrar o PIB per capita (Tabela 5).

**Tabela 5**
**PIB e investimento: Brasil, 1996 - 2005**

| Período | Brasil (%) | Mundo (%) |
|---|---|---|
| Crescimento Médio Anual da Economia | 2,2 | 3,8 |
| Crescimento Acumulado do PIB | 22,4 | 45,6 |
| Volume de Investimento | 19,3 | 22,1 |
| Aumento Médio Anualdo PIB per capita | 0,7 | 2,6 |

Fonte: CNI

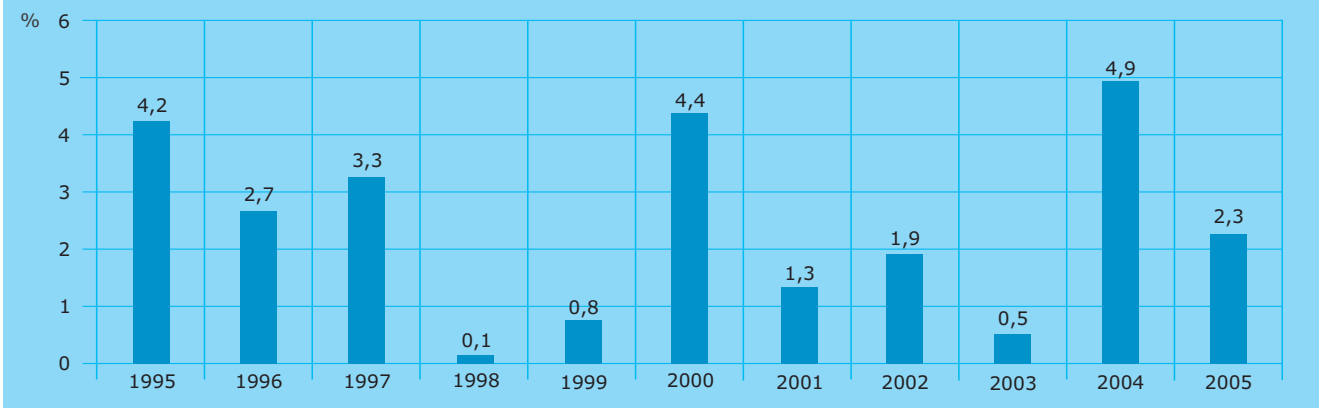
O crescimento econômico brasileiro nos dois governos FHC e nos três primeiros anos do governo Lula vem sendo marcado pelo chamado "*stop-and-go*". A economia cresce de forma mais significativa em um ano e pouco ou quase nada no outro. Observando o Gráfico 2 é possível ter uma visão mais nítida desse fato:

Em que medida a política monetária restritiva verificada nessa última década tem influenciado tal desempenho? Vejamos, então, a análise conjuntural das duas visões mais tradicionais da teoria econômica.

## Diagnósticos e propostas "ortodoxas"

O diagnóstico dos chamados "economistas ortodoxos", também conhecidos como "neoclássicos", é que a política monetária restritiva praticada pelo Banco Central na última década se faz necessária devido à elevada dívida pública, decorrente do aumento contínuo das despesas não financeiras do governo;

**Gráfico 2**
**Crescimento do PIB: Brasil, 1995 - 2005**




Fonte: IBGE

como conseqüência, o Banco Central se vê obrigado a aumentar os juros, fazendo com que a demanda se retraia e aumente ainda mais a dívida pública. Segundo Illan Goldfjan (2006):

> A causa, entre outras, é o crescimento das despesas do governo. As pessoas tendem a não reclamar tanto do aumento das despesas, quando na verdade deveriam ter o mesmo fervor que têm em relação aos juros. Juro é sintoma e não causa do baixo crescimento.

Além dessa política fiscal "irresponsável" de aumento dos gastos públicos, outro motivo para o "*stop-and-go*" é o hipotético e relativo baixo hiato entre o PIB observado e o PIB potencial do Brasil: este, hoje, em torno de 3,5%. Tais economistas partem do pressuposto que a inflação no Brasil é claramente de demanda.

O aumento significativo da inflação em 2004 – o IPCA registrou 7,6% – foi decorrente de um aquecimento expressivo da demanda, não acompanhado por um crescimento em igual magnitude do nível de oferta. Por isso, o Banco Central viu-se obrigado a aumentar a taxa de juros e praticar o maior aperto monetário da história recente, que durou doze meses consecutivos, iniciado em setembro de 2004 e perdurando até agosto de 2005.

Para solucionar o aumento contínuo das despesas não-financeiras do governo (em 2005 as despesas com previdência cresceram 16,7% em valores nominais com relação a 2004, sendo cerca de 80% maior que o crescimento médio do PIB nominal de 2005, que foi aproximadamente 9,4%) seria necessário fazer uma nova reforma da previdência.

Outra solução seria o decantado "choque de gestão"; a máquina estatal necessitaria fazer uma melhor alocação dos seus recursos e uma maior contenção de despesas. Para o economista Yoshiaki Nakano (2006)

> O setor público é um enorme entrave para o crescimento e todos os segmentos pedem uma reforma profunda e um choque de gestão. A constituição de 1988 cristalizou os interesses corporativistas internos, enrijeceu ainda mais o Estado.

Outra forma de promover o crescimento econômico sustentado, aumentando o PIB potencial, seria através das chamadas reformas microeconômicas (sindical, trabalhista e tributária).

A idéia é que ao flexibilizar as leis trabalhistas e ao fazer uma reforma tributária que desonere as pequenas e médias empresas, o país poderia gerar uma quantidade maior de emprego. Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, argumenta que "não há como o Brasil crescer de forma sustentada sem embarcar num programa ousado de reformas" (LOYOLA, 2006, p. A13).

**A idéia é que ao flexibilizar as leis trabalhistas e ao fazer uma reforma tributária que desonere as pequenas e médias empresas, o país poderia gerar uma quantidade maior de emprego**

## Diagnósticos e propostas heterodoxas

Os "economistas heterodoxos", ligados à corrente keynesiana, consideram que o "*stop-and-go*" presente na economia brasileira decorre do desmonte estatal verificado ao longo da década de 90, a partir da implantação do modelo neoliberal no Brasil. As privatizações de setores estratégicos da economia como eletricidade, telefonia e siderurgias são exemplos de tal desmonte.

Conjunturalmente, o que faz o Brasil apresentar uma das piores performances em matéria de crescimento econômico entre os países emergentes é a política monetária restritiva do Banco Central. Essa política de juros altos contrai a demanda, inibindo o investimento produtivo e o consumo das famílias. Além de aumentar a dívida pública de forma exponencial, visto que 50,95% desta estão atreladas à taxa SELIC.

Ao adotar o regime de metas de inflação a partir de 1999, a política monetária passou a desempenhar o papel principal de política econômica. Desde então, observa-se uma total passividade da política fiscal. Para o cumprimento das metas de inflação, o Brasil manteve-se sob a armadilha dos juros altos iniciada à época da excessiva valorização cambial, especialmente entre os anos de 1994 e 1998.

O uso rígido de tais metas, desconsiderando os choques de oferta e a importância inercial dos preços ad-

ministrados no Brasil, fez com que o país passasse a praticar uma das maiores taxas de juros reais do mundo, sendo obrigado a obter substanciais superávits primários através de uma política fiscal excessivamente contracionista.

Os altos superávits fiscais primários praticados pelo governo também vêm engessando a economia brasileira, pois o Estado está deixando de investir em infra-estrutura, educação e saúde para pagar juros da dívida pública.

Para esse grupo de economistas, o crescente aumento da dívida pública brasileira decorre do aumento das despesas financeiras do governo e não das despesas não-financeiras, como propugnam os "ortodoxos". Para eles, esse gasto financeiro é que fez com que a carga tributária brasileira chegasse ao insustentável patamar de 37,2% do PIB em 2005. Nas palavras do economista Ricardo Carneiro(2006):

> A escolha por cortar gastos correntes e não a carga de juros obedece claramente a uma arbitragem entre interesses. Ampliam-se os ganhos de rentistas, com o apoio de empresários produtivos, também e cada vez mais rentistas, em detrimento dos gastos que beneficiam uma parcela mais ampla da população.

Uma proposta que vem sendo amplamente defendida por boa parte dos economistas é a flexibilização nas metas de inflação, através da dilatação das metas e das margens de tolerância para tal cumprimento. A revisão do atual modelo abriria espaço para a queda das taxas de juros e dos gastos financeiros, o que reduziria a dívida pública e, por conseguinte, a carga tributária, causando um efeito virtuoso de crescimento.

Uma outra saída seria a promoção de alguma espécie de controle de capitais, que tornaria a economia brasileira menos exposta a crises causadas pela especulação no mercado financeiro internacional. Para tanto, poderíamos nos espelhar em procedimentos já existentes no Chile e, desde 2002, na Argentina, que implantou a "*quarentena*", um período mínimo de permanência para que os capitais estrangeiros fiquem no país.

Por último, a redução do superávit fiscal primário impulsionaria o investimento público, abrindo oportunidade para investir em infra-estrutura, recuperando, por exemplo, os portos e as estradas nacionais. O efeito multiplicador de tais medidas recolocaria o Brasil na rota do crescimento econômico sustentável.

# Referências


BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Indicadores de conjuntura*. Disponível em: http://www.bacen.gov.br Acesso em: 25 maio 2006.

BAUTZER, Tatiana. S&P melhora nota, mas país permanece na zona arriscada. *Valor Econômico*, São Paulo, 01 mar. 2006. p. A4.

CARNEIRO, Ricardo. Os riscos crescentes. *Política econômica em foco 6*. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim6/Introducao. Acesso em: 15 mar. 2006.

D`AMORIM, Sheila. Taxa de juros só cai com corte nos gastos públicos, diz Ipea. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 mar. 2006. p. B6.

FARHI, Maryse. O impacto dos ciclos de liqudez no Brasil: Mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária. *Política econômica em foco 7*. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim7/Secao_V_Maryse.pdf Acesso em: 27 maio 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Índices*. Disponível em http://www.fgv.br. Acesso: em 27 maio 2006.

GOLDFJAN, Ilan. Juro é sintoma e não causa do baixo crescimento. *Valor Econômico*, São Paulo, 01 mar 2006. p. A10.

IBGE. *Estatísticas. Indicadores*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 mar. 2006.

LEO, Sérgio. Para crescer é preciso fazer ajuste fiscal, dizem economistas. *Valor Econômico*, São Paulo, 16 mar. 2006. p. A4.

LOYOLA, Gustavo. Economia: deixem o mordomo em paz. *Valor Econômico*, São Paulo, 06 mar. 2006. p. A13.

NAKANO, Yoshiaki. O setor público precisa de um choque de gestão. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 mar. 2006. p. A13.

"O LONGO vôo da galinha": Brasil cresce menos que mundo desde 1996. *Folha on line*, 23 mar. 2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi12303200607.htm. Acesso em: 26 maio 2006.

RECEITA ortodoxa: bancos não repassam queda dos juros aos consumidores. *Folha on line*, 12 abr. 2006. Disponível em:http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1204200615.htm. Acesso em: 23 maio 2006.

RIBEIRO, Alex. ROMERO, Cristiano. "Despesas do governo impedem país de crescer". *Valor Econômico*, São Paulo, 01 mar. 2006. p. A12.

# A SEI mais perto de você.

| Londres | Aracaju | Boa Vista do Tupim | Araraquara |
| Feira de Santana |São Paulo | Campinas | Natal | Terezina |
| Lisboa | Alagoinhas | Washington | Petrolina | Valença | Curitiba |
| Luxemburgo | Caetité | Cruz das Almas |Vitória | Xique-Xique | Viçosa |
| Lauro de Freitas | Brasília | Maceió | Serrinha |Goiânia | Rio de Janeiro |
| Cuiabá | São Luís | Belém | Recife |Caxias do Sul |Porto Velho |
| Aracruz | Taguatinga | Fortaleza | Manaus | Seabra | Santo Amaro |

**Visite o site da SEI e conheça os 300 endereços onde você pode consultar as nossas publicações em Salvador e outras cidades do Brasil e do mundo.**

| Economia | Sociedade | Cartografia | Geografia |
| Informação ambiental | Documentos históricos |
| Censo demográfico | Estatística | Conjuntura e Planejamento |
| Revistas temáticas | Estudos e pesquisas | Bahia em dados |
| Boletins | Séries especiais | Mapas | Vídeos |

Acesse www.sei.ba.gov.br
e encontre um endereço próximo de você.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

# Panorama econômico da construção civil na Bahia

Jorge Tadeu Dantas Caffé*

Este artigo tem como finalidade apresentar uma visão panorâmica da importância do setor da construção civil para a economia baiana. Começa-se por fazer uma breve caracterização do setor e da sua cadeia produtiva. Logo após se faz uma referência à sua posição no ranking do PIB da Bahia, além de se comentar alguns indicadores do setor: o consumo de cimento e o crédito habitacional, que, por sua vez, auxiliam no entendimento da problemática do déficit habitacional. Aborda-se também a relevância do emprego formal na atividade construção civil. Culmina-se com a discriminação de medidas de estímulo ao setor, que deverão repercutir no cenário econômico mais imediato.

## Caracterização setorial

A construção civil apresenta características de uso intensivo de mão-de-obra, utilização de matérias-primas nacionais e de tecnologia tradicional. Apesar de sua conhecida rigidez à modernização, estima-se que o gasto em construção civil se constitui numa fração significativa dos projetos de investimento público e privado no país. Em 2004, o PIB da construção civil foi da ordem de R$ 4,9 bilhões de reais e R$ 115,1 bilhões de reais, respectivamente, para a Bahia e o Brasil.

Sob o enfoque das cadeias produtivas[1], a da construção civil é formada pelo setor da construção propriamente dito (construção pesada e edificações imobiliárias) e pelo setor de materiais de construção (cimento, cerâmica, vidro, metais e madeira). É, sem dúvida, uma das mais importantes cadeias produtivas da região Nordeste – em termos de valor adicionado e pessoal ocupado –, sendo também identificada como uma oportunidade de investimento regional que apresenta relevantes efeitos de indução (efeitos para frente e para trás).

Dentre as atividades que compõem o PIB baiano, a construção civil ocupava a quinta colocação no ranking, à frente inclusive de atividades econômicas relevantes como o comércio e o setor financeiro, em 2004. Nesse mesmo ano, o ranking é encabeçado pela atividade da indústria de transformação, seguido da administração pública, da agropecuária e dos aluguéis de imóveis, sendo que esta última é uma atividade correlata e integrante da cadeia produtiva da construção civil (Tabela 1).

**Tabela 1**
**Estrutura do Produto Interno Bruto – PIB: Bahia, 2004**

| Atividades | (%) | Ranking |
|---|---|---|
| Indústria de Transformação | 35,2 | 1º |
| Administração Pública | 12,4 | 2º |
| Agropecuária | 11,2 | 3º |
| Aluguel de Imóveis | 7,3 | 4º |
| **Construção Civil** | **6,9** | **5º** |
| Comércio | 6 | 6º |
| Ind. Extrativa Mineral | 3,5 | 7º |
| Serviços Industriais de Utilidade Pública | 3,4 | 8º |
| Financeiro | 3,2 | 9º |
| Comunicações | 3 | 10º |
| Saúde e Educação | 2 | 11º |
| Outros Serviços | 2 | 12º |
| Transportes e Armazenagem | 1,8 | 13º |
| Alojamento e Alimentação | 1,6 | 14º |
| Serviços Domésticos | 0,4 | 15º |

Fonte: SEI – maio de 2006.

Evidencia-se, através dos dados, que a construção civil vem perdendo representatividade no PIB do Estado, visto que, em 1998, a mesma ocupava a terceira posição (12,1%), antecedida apenas pelos setores da Indústria de Transformação (20,6%) e da Administração Pública (13,4%). Os resultados obtidos pela atividade da construção civil no Brasil também seguem uma trajetória declinante na participação do PIB nacional, a partir de 1999 (Tabela 2).

* Analista Técnico da SEPLAN/SEI.

[1]A cadeia produtiva é um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados os insumos, Haguenauer e Prochnik (2001).

**Tabela 2**
**Participação da construção civil na estrutura do PIB: Bahia/Brasil, 1995 - 2004**

| Ano | Participação do PIB da Construção Civil Bahia | Participação do PIB da Construção Civil Brasil |
|---|---|---|
| 1995 | 10,4 | 8,7 |
| 1996 | 9,8 | 9 |
| 1997 | 11,9 | 9,8 |
| 1998 | 12,1 | 9,8 |
| 1999 | 10,8 | 8,9 |
| 2000 | 10,5 | 8,7 |
| 2001 | 9,5 | 8 |
| 2002 | 8,1 | 7,3 |
| 2003 | 7,3 | 6,8 |
| 2004 | 6,9 | ... |

Fonte: SEI – maio de 2006.

## Alguns indicadores de desempenho setorial

Um indicador importante de desempenho da atividade da construção civil é o consumo de cimento, pois o mesmo se constitui em um produto que responde ao aumento de renda da população (o denominado consumo "formiguinha"), sendo utilizado na construção de novos imóveis e reconstrução ou reforma de moradias já existentes, e que vem representando mais de 80% do total de cimento consumido no país[2].

Na Bahia, tomando-se como ano base 1995, o consumo de cimento apresentou uma trajetória crescente, porém instável, cujos valores mais expressivos estão assinalados no triênio 1998, 1999 e 2000, a partir do qual passou a figurar com menores valores. Acerca da participação percentual do consumo do estado em relação à região Nordeste e ao Brasil, oscilou de 28,4 a 44,0% e de 3,6 a 6,1%, respectivamente (Tabela 3).

Outro importante indicador de desempenho da atividade da construção civil é o emprego formal, que, no Estado da Bahia, mostrou uma trajetória ascendente no biênio 2004/2005. As estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) registraram um crescimento no estoque de empregos formais de 18,4 % no final do biênio em análise. Nos últimos 12 meses de 2005 houve um acréscimo de 10.545 empregos, em termos absolutos, na construção civil da Bahia (Tabela 4).

O *déficit* habitacional é um importante indicador das carências de moradia. Seu conceito compreende duas dimensões do problema: a inadequação estrutural das moradias e a coabitação. A primeira é composta pelos domicílios improvisados, pelas moradias rústicas e pelos cortiços; a segunda corresponde ao adensamento domiciliar, que se refere ao número de imóveis em que há mais de uma família habitando. O déficit habitacional no Estado da Bahia, considerando a área rural, atingiu mais de 577 mil moradias em 2004, segundo dados da PNAD 2004, o que corresponde a 15,7% do total de domicílios.

O perfil das famílias que compõem o *déficit* habitacional, na Bahia e no Brasil, é de baixo poder aquisitivo, motivo pelo qual a simples expansão da

[2] Conjuntura e construção (2006).

**Tabela 3**
**Consumo anual de cimento: Bahia/Nordeste/Brasil, 1995 - 2005**

| Ano | Consumo (Em mil toneladas) | | | Consumo (Em %) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Bahia | Nordeste | Brasil | Bahia (Nº Índice) | Bahia/ Nordeste | Bahia/Brasil |
| 1995 | 1.202 | 3.931 | 28.514 | 100 | 30,6 | 4,2 |
| 1996 | 1.254 | 4.217 | 34.925 | 104,3 | 29,7 | 3,6 |
| 1997 | 1.715 | 6.036 | 38.438 | 142,7 | 28,4 | 5,6 |
| 1998 | 2.196 | 7.466 | 40.142 | 182,7 | 29,4 | 5,5 |
| 1999 | 2.462 | 7.733 | 40.200 | 204,8 | 31,8 | 6,1 |
| 2000 | 2.278 | 7.068 | 39.368 | 189,5 | 32,2 | 5,8 |
| 2001 | 1.978 | 6.713 | 38.398 | 164,5 | 29,5 | 5,1 |
| 2002 | 1.948 | 6.746 | 37.978 | 162,1 | 28,9 | 5,1 |
| 2003 | 1.658 | 5.634 | 33.785 | 137,9 | 29,4 | 4,9 |
| 2004 | 1.733 | 5.695 | 34.176 | 144,1 | 30,4 | 5 |
| 2005 | 1.668 | 3.789 | 35.422 | 138,8 | 44 | 4,7 |

Fonte: SNIC – Sindicado Nacional da Indústria do Cimento – maio/2006.

**Tabela 4**
**Número de empregados na construção civil: Bahia, 2004/2005**

| Ano/Mês | Estoque | Nº. Índice Dez/2003=100 | Variação em Nº Absoluto | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Mês | Ano | 12 meses |
| jan/04 | 65.460 | 103,81 | 2.406 | 2.406 | -167 |
| Fev | 63.983 | 101,47 | -1.477 | 929 | -1.301 |
| Mar | 63.240 | 100,29 | -743 | 186 | -1.204 |
| Abr | 63.309 | 100,4 | 69 | 255 | -356 |
| Mai | 63.903 | 101,34 | 594 | 849 | 525 |
| Jun | 63.316 | 100,41 | -587 | 262 | 269 |
| Jul | 63.587 | 100,84 | 271 | 533 | 856 |
| Ago | 64.532 | 102,34 | 945 | 1.478 | 1.118 |
| Set | 65.452 | 103,8 | 920 | 2.398 | 1.195 |
| Out | 64.836 | 102,83 | -616 | 1.782 | 594 |
| Nov | 65.196 | 103,4 | 360 | 2.142 | 776 |
| dez/04 | 64.126 | 101,7 | -1.070 | 1.072 | 1.072 |
| jan/05 | 65.893 | 104,5 | 1.767 | 1.767 | 433 |
| Fev | 65.339 | 103,62 | -554 | 1.213 | 1.356 |
| Mar | 66.845 | 106,01 | 1.506 | 2.719 | 3.605 |
| Abr | 68.031 | 107,89 | 1.186 | 3.905 | 4.722 |
| Mai | 68.716 | 108,98 | 685 | 4.590 | 4.813 |
| Jun | 69.602 | 110,38 | 886 | 5.476 | 6.286 |
| Jul | 72.257 | 114,59 | 2.655 | 8.131 | 8.670 |
| Ago | 74.498 | 118,15 | 2.241 | 10.372 | 9.966 |
| Set | 76.004 | 120,54 | 1.506 | 11.878 | 10.552 |
| Out | 75.791 | 120,2 | -213 | 11.665 | 10.955 |
| Nov | 76.004 | 120,53 | 213 | 11.878 | 10.808 |
| dez/05 | 74.671 | 118,42 | -1.333 | 10.545 | 10.545 |

Fonte: GV consult - MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

oferta de crédito tem sido incapaz de equacionar o problema do *déficit*. Por conseqüência, essas famílias não tendo capacidade de pagamento para arcar com as prestações do financiamento imobiliário, buscam outras alternativas de moradia como a autoconstrução e a coabitação, estimulando a informalidade na construção civil. Assim, tornar a prestação do imóvel compatível com a renda das famílias continua sendo um grande desafio dos agentes públicos brasileiros.

As principais fontes de financiamento da construção civil, nas áreas de habitação e infra-estrutura, provêm da poupança (SBPE), do FGTS e do orçamento geral da União, além dos orçamentos dos Estados. A oferta desses recursos é muito importante para o setor em apreço; entretanto, torna-se necessário que outros instrumentos e políticas públicas sejam definidos e implementados para coadjuvar sua aplicação, seja na habitação ou na infra-estrutura.

Pertinente à infra-estrutura observa-se, também, um hiato entre o que se tem disponível, em termos de recursos financeiros, e o que é efetivamente contratado. A construção de infra-estrutura passa por dificuldades institucionais em razão do marco regulatório ainda encontrar-se pouco definido, sendo ainda agravado pelas rígidas regras de endividamento dos estados e municípios.

Alguns números que ilustram o descompasso entre disponibilidade de recursos e desembolsos para o setor da construção civil no Brasil, através do FGTS, podem ser vistos, abaixo, na Tabela 5.

O valor acumulado dos financiamentos imobiliários no Estado da Bahia, oriundo do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), de janeiro a dezembro de 2005, foi da ordem de R$ 123,3 milhões de reais, sendo os meses de maiores desembolsos abril, maio, agosto e dezembro e os de menores março, ju-

**Tabela 5**
**Recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS: Brasil, 2003/2004/2005 (Em R$ milhão)**

| Ano | Orçamento (A) | Realizado (B) | Realizado/ Orçamento (B/A.100) |
|---|---|---|---|
| 2003 | 4.700 | 4.094,31 | 87,1 |
| 2004 | 7.450 | 5.873,68 | 78,8 |
| 2005* | 10.000 | 4.020,95 | 40,2 |

Fonte: Canal FGTS - 2005.
*Desembolso até nov./2005.

nho e setembro. A representação percentual desses financiamentos em relação ao total do Brasil variou de 0,98% a 5,09%, em 2005 (Tabela 6).

**Tabela 6**
**Total de financiamentos imobiliários concedidos: Bahia, 2005**

| Mês | Valor (Em R$ 1,00) | (%) Nacional |
|---|---|---|
| Jan | 6.139.705 | 2,23 |
| Fev | 12.122.691 | 5,05 |
| Mar | 5.587.437 | 1,36 |
| Abr | 15.263.122 | 3,16 |
| Mai | 14.011.226 | 4,84 |
| Jun | 3.541.316 | 0,98 |
| Jul | 7.645.774 | 1,47 |
| Ago | 15.845.474 | 5,09 |
| Set | 4.623.106 | 1,19 |
| Out | 12.700.281 | 3,5 |
| Nov | 12.611.979 | 2,04 |
| Dez | 13.188.355 | 2,24 |
| **Total** | **123.280.466** | **-** |

Fonte: BACEN/Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - 2005

## Medidas de estímulos para o setor

Novas medidas de estímulos para o setor da construção civil, primordialmente para área imobiliária, foram tomadas através da Lei nº. 10.931/04, que instituiu o Patrimônio de Afetação e a Letra e Cédula de Crédito Imobiliário, da Lei nº. 11.196/05 (ex-MP 255 ou "MP do bem"), que estabeleceu benefícios fiscais para o setor imobiliário e da Resolução CMN nº. 3.155, referente à Carta Garantia. Além dessas medidas de aperfeiçoamento do marco regulatório do financiamento imobiliário, o Conselho Monetário Nacional – CMN vem aumentando o volume de recursos e flexibilizando as regras de liberação dos recursos da caderneta de poupança a serem aplicados no setor.

No que diz respeito à viabilidade do acesso à habitação dirigida à população de baixa renda, foi instituída a Lei nº 11.124/05, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS, e o Decreto nº 5.796/06, que regulamenta a Lei nº 11.124/05.

Para a área de infra-estrutura, os estímulos vieram com a instituição do Programa de Parcerias Público-Privadas da Bahia (PPP Bahia)[3], em torno do qual se criaram expectativas de realização de parcerias entre a Administração Pública e parceiros privados, visando alocar recursos para investimentos na área de infra-estrutura do Estado, especialmente no saneamento básico, logística, transportes, dentre outros.

## Referências


BANCO CENTRAL DO BRASIL . *Sistema nacional de habitação*. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em: 07 jun. 2006.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. *Lei 10.931 / 2004: Um marco para o mercado imobiliário*. Disponível em <http://www.cbic.org.br>. Acesso em: 06 jun. 2006

CONJUNTURA E CONSTRUÇÃO. São Paulo: Sinduscon, v. 4, n.1, mar. 2006.

CONSTRUÇÃO civil: alicerces para o crescimento. Valor Econômico. São Paulo, 24 out. 2005.

HAGUENAUER, Lígia; PROCHNIK, Victor (Org.). *Cadeias produtivas e oportunidades de investimentos no Nordeste do Brasil*. 2000. Disponível em: <http://www.ie.ufrj/cadeiasprodutivas>. Acesso em: 07 jun. 2006.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. *Consumo da produção nacional de cimento por regiões e estados*. Disponível em: < http://www.snic.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Produto interno bruto*. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2006.


[3] A Lei nº. 9.290, de 27 de dezembro de 2004, instituiu o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP) do Estado da Bahia. A lei baiana é semelhante ao texto da lei federal, de nº. 11.079, de 30 dezembro de 2004.

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

# ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.
Informações: **www.sei.ba.gov.br**

SEI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

# Comércio varejista: balanço do primeiro trimestre e perspectivas para 2006

Cristiana Proserpio Fontes Lima*

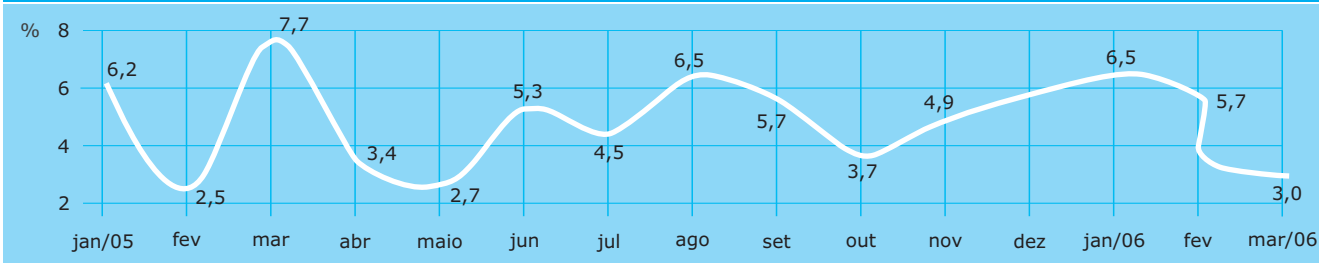
Segundo dados do IBGE, o produto interno bruto cresceu, no primeiro trimestre de 2006, 1,4% na comparação com o quarto trimestre de 2005 e 3,4% na comparação com o primeiro trimestre de 2005. Esse crescimento da economia vem sendo impulsionado pelo bom desempenho do investimento e do consumo das famílias. O consumo privado, por sua vez, está sendo impulsionado pela queda dos juros, aumento do salário mínimo e ampla oferta de crédito.

Nesse cenário, o volume de vendas acumulado do primeiro trimestre de 2006 cresceu 5,04% em relação ao mesmo período de 2005. Em março, a variação do volume de vendas foi de 3,01% sobre março de 2005 e -0,10% sobre fevereiro de 2006. Esta variação pequena do volume de vendas de março em relação a fevereiro indica estabilidade no ritmo dos negócios do varejo em um patamar elevado de vendas.

Outros dois importantes eventos que devem acelerar o consumo das famílias no segundo trimestre de 2006 são o aumento do salário mínimo (reajuste pago em maio) e os reajustes dos vencimentos dos funcionários públicos. No fim deste ano, os trabalhadores que recebem salário mínimo ou o têm como referência para reajuste salarial, terão acumulado um ganho real de renda de 32%. Além disso, espera-se que os juros continuem a cair, reduzindo o custo do crédito (LAMUCCI; SANTOS, 2006).

No desempenho do comércio varejista no primeiro trimestre obtiveram destaque as vendas associadas a itens mais sensíveis à renda e ao emprego e as vendas dos itens mais sensíveis ao crédito, os quais também parecem responder aos desenvolvimentos positivos do lado da massa salarial.

**Grafico 1**
**Variação* do volume de vendas do comércio varejista: Brasil, Jan/2005 - Mar/2006**




Fonte: IBGE - PMC
*Em relação ao mesmo mês do ano anterior

O crescimento de 3,01% das vendas do varejo em março deste ano comparado a março de 2005 está ligado à permanente expansão do crédito à pessoa física. Dados do Banco Central mostram que os bancos públicos e privados tinham, em março, R$ 623,9 bilhões emprestados às pessoas e empresas, volume 20% superior ao registrado no mesmo mês de 2005. A carteira de pessoas físicas já responde por cerca de um terço desse total e é a que mais cresce (ROCHA, 2006).

Em comparação com março de 2005, o volume de vendas do setor de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* cresceu 3,51% em março de 2006. Este resultado é decorrente da melhora ocorrida nos níveis de ocupação e rendimen-

* Estudante de Economia (FCE/UFBA) e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). (crisproserpio@gmail.com).

to médio real. Por outro lado, sendo esse o menor resultado do setor no primeiro semestre e tendo esse setor o maior peso na determinação da taxa de crescimento do volume de vendas do comércio, observa-se uma relação entre a taxa de crescimento desse setor e do comércio como um todo.

**O desempenho positivo do setor de Móveis e eletrodomésticos, que cresceu 11,3% em comparação com o mês de Março/2005, é resultado da permanente expansão do volume de crédito ao consumo e de empréstimos consignados em folha**

O desempenho positivo do setor de *Móveis e eletrodomésticos*, que cresceu 11,3% em comparação com o mês de Março/2005, é resultado da permanente expansão do volume de crédito ao consumo e de empréstimos consignados em folha.

Como nos meses anteriores, o setor de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* continua crescendo devido, principalmente, à desvalorização do dólar, que torna os produtos de informática e outros importados relativamente mais baratos. No mês de março, o setor cresceu 30,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

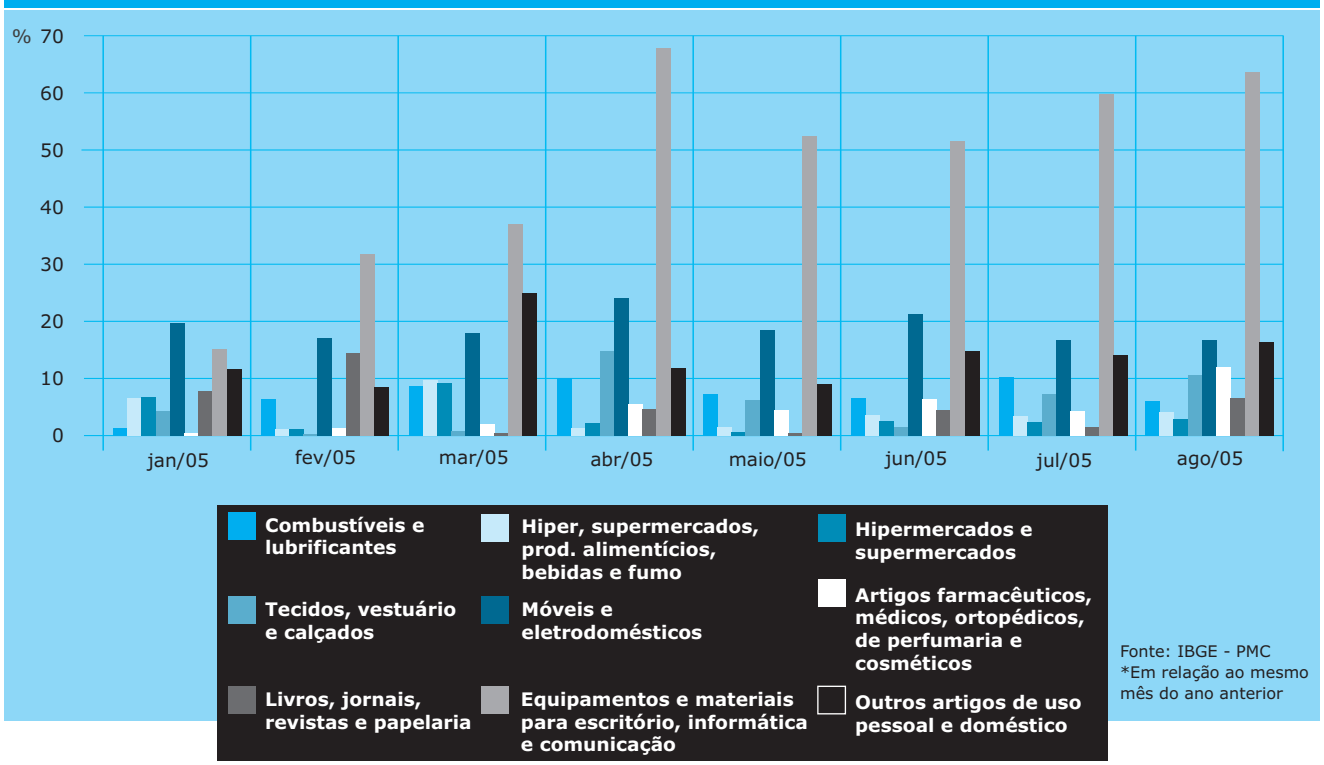
A pequena taxa de crescimento do setor de *Tecidos, vestuário e calçados* (0,84%) na comparação mensal é explicada pelo fim das promoções de começo de ano e a entrada de nova coleção com preços mais altos.

Em seu décimo mês consecutivo em queda (-9,26%), o setor de *Combustíveis e lubrificantes* continua a receber o impacto da elevação dos preços de combustíveis acima da média geral de preços, que diminui a demanda pelo produto.

Reagindo ao pacote do governo federal destinado à construção civil (redução ou isenção de IPI para vários itens do setor de construção), o ramo de *Material de construção* apresenta em março a primeira taxa positiva (4,67% na comparação mensal) após treze meses seguidos em queda.

Desde setembro de 2005, o Banco Central vem reduzindo a taxa básica de juros (SELIC), acumulando, até

**Gráfico 2**
**Variação* das vendas por ramo de atividade: Brasil, Jan/2005 - Ago/2005**




Fonte: IBGE - PMC
*Em relação ao mesmo mês do ano anterior

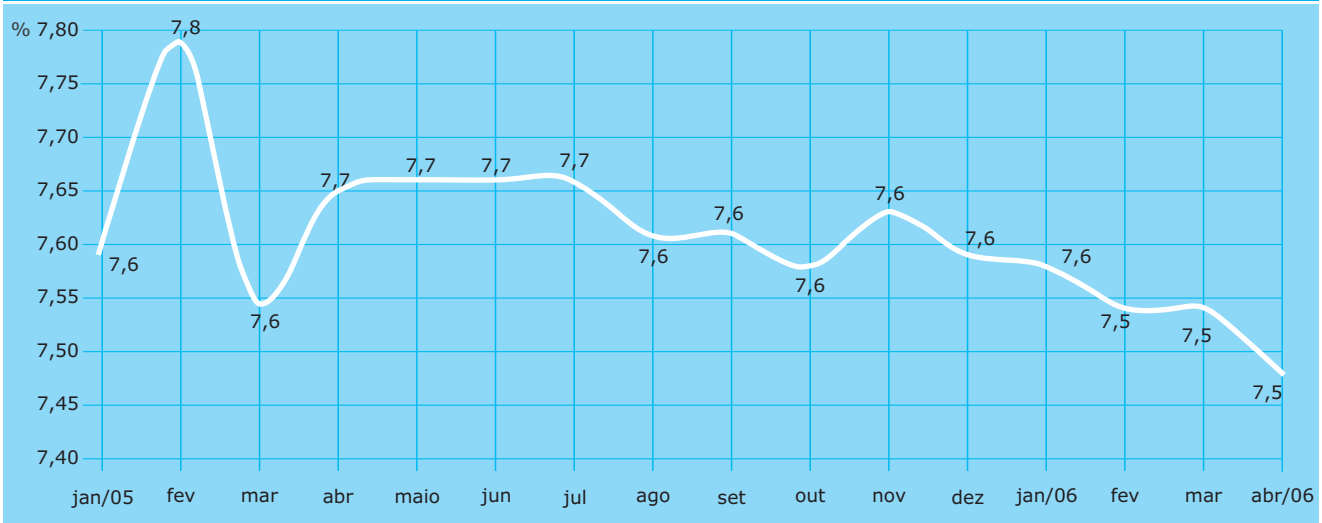
abril de 2006, uma redução de 4,0 pontos percentuais – de 19,75% para 15,75% ao ano. No entanto, nesse mesmo período, a taxa média de juros para pessoa física apresentou uma redução inferior à redução da taxa básica de juros – de apenas 3,47 pontos percentuais.

Em abril de 2006, a taxa mensal média geral para pessoa física apresentou queda, passando de 7,54 %, em março, para 7,48% ao mês. Esta taxa é a menor observada desde fevereiro de 2001.

No mês de abril, todas as modalidades de taxa de juros das operações de crédito foram reduzidas. Essas diminuições podem ser explicadas pelo corte na SELIC promovida pelo Banco Central naquele mês e pelo fato dos cortes anteriores ainda não haverem sido repassados ao consumidor. A maior competição observada no sistema financeiro em abril também contribuiu para essas reduções.

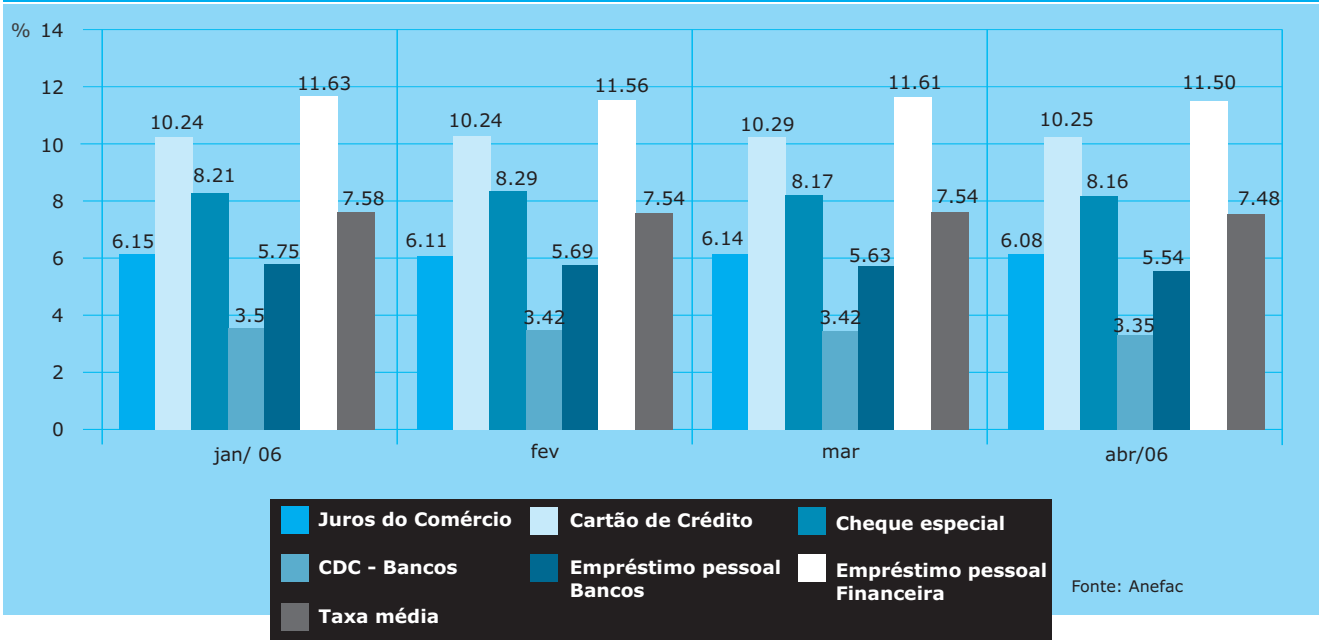
Na taxa de juros do comércio houve uma redução de 0,98%, passando de 6,14% ao mês, em março de 2006, para 6,08%, em abril. A taxa de juros do cartão de crédito, por sua vez, caiu de 10,29%, em março, para 10,25% ao mês, em abril. A menor redução (0,12%) foi observada na taxa do cheque especial, que passou de 8,17% para 8,16% ao mês.

**Gráfico 3**
**Taxa média de juros ao consumidor: Brasil, Jan/2005 - Abr/2006**




Fonte: ANEFAC

**Gráfico 4**
**Taxa de juros por modalidade crédito: Brasil, Jan - Abr/2006**




Fonte: Anefac

Entre as modalidades de taxa de juros de operação de crédito, a taxa do crédito direto ao consumidor teve a maior redução (2,05%), passando de 3,42% ao mês, em março, para 3,35%, em abril. Por sua vez, a taxa de juros média do empréstimo pessoal dos bancos foi reduzida de 5,63% ao mês, em março, para 5,54% ao mês, em abril, a menor taxa desta modalidade desde dezembro de 2002.

A taxa de juros média do empréstimo pessoal das financeiras, por sua vez, caiu de 11,61% ao mês, em março, para 11,5% ao mês, em abril, menor patamar observado desde maio de 2002.

Desse modo, podemos observar que o sistema financeiro vem expandindo cada vez mais o crédito às pessoas físicas. Considerando o crescimento observado na economia brasileira, o crescimento do volume de crédito deverá se acentuar nos próximos meses.

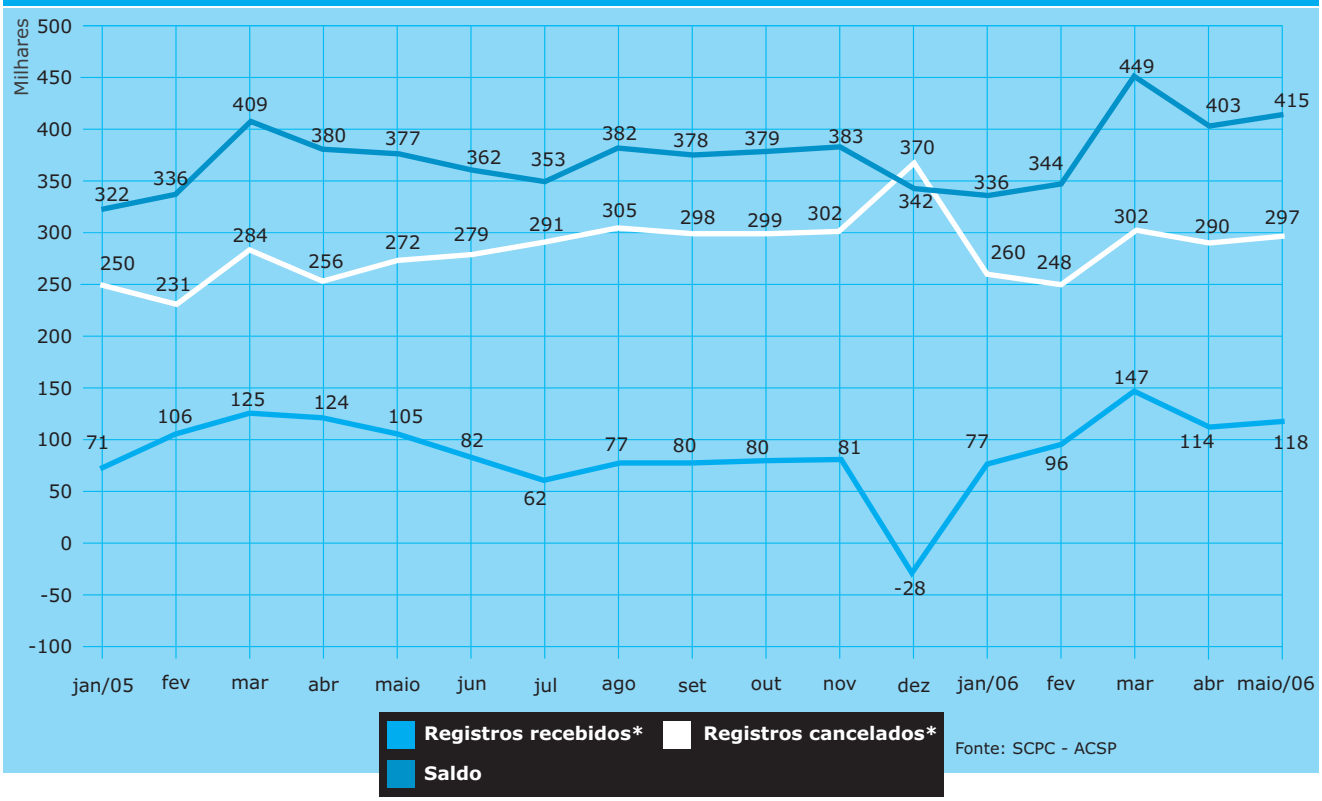
A forte expansão do crédito bancário está levando a uma lenta mas contínua expansão dos índices de inadimplência nos empréstimos a pessoas físicas. Segundo dados do Banco Central, o nível de inadimplência sobre as operações de crédito à pessoa física sofreu um pequeno aumento, passando de 7,3%, em março, para 7,4%, em abril.

Na visão do Departamento Econômico do BACEN (DEPEC), o crescimento da inadimplência está ligado à oferta de crédito a segmentos da população até então não atendidos pelo sistema financeiro, sobretudo no financiamento de consumo. O chefe do DEPEC, Altamir Lopes, afirma que a tendência está ligada ao aumento de vendas de varejo (RIBEIRO, 2006).

O Presidente da Austin Rating, Erivelto Rodrigues, afirmou que a inadimplência aumentou no balanço dos grandes bancos por causa da mudança de mix das carteiras. De fato, as operações de financiamento ao consumo saltaram nos bancos nos últimos meses. No Unibanco, por exemplo, o crédito cresceu 19,6% entre março de 2005 e março de 2006, sendo que as operações de varejo aumentaram 25,4%, passando a representar 57% da carteira em comparação com 55% um ano antes (CARVALHO, 2006).

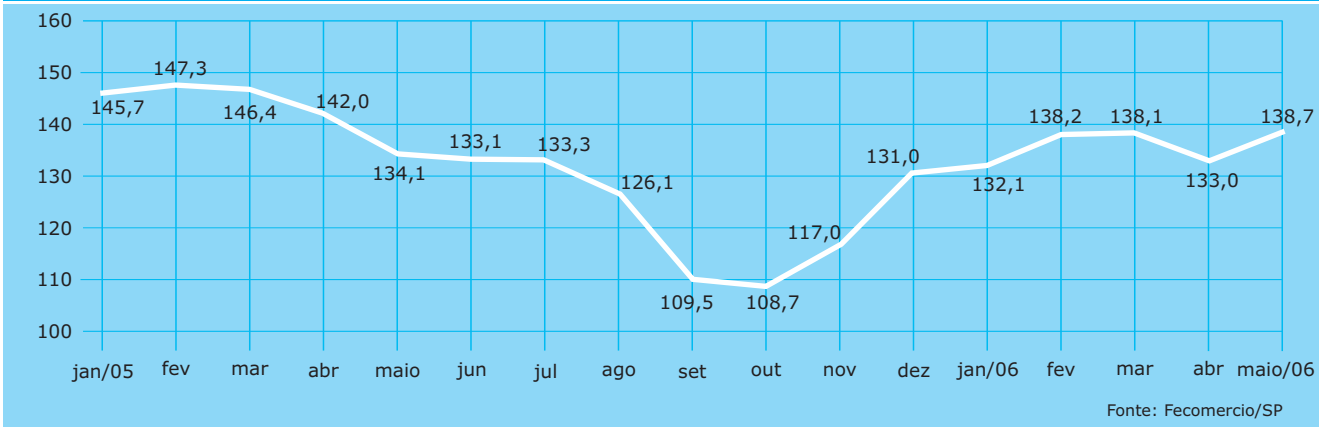
É interessante observar que essa mudança nas carteiras dos bancos está relacionada à queda da taxa SELIC e a algumas mudanças regulatórias recentes (como a do crédito consignado), fazendo com que os bancos deixassem um pouco de lado as operações com os títulos públicos para voltar à sua função original, que é oferecer crédito (ROCHA, 2006).

**Gráfico 5**
**Registro de inadimplência: Brasil, Jan/2005 - Maio/2006**




Fonte: SCPC - ACSP

**Gráfico 6**
**Índice de confiança do consumidor: Região Metropolitana de São Paulo, Jan/2005 - Maio/2006**




Em maio, o consumidor da região Metropolitana de São Paulo recuperou o otimismo no que concerne às expectativas quanto à situação econômica atual e à futura. Depois de dois meses em queda, a confiança do consumidor voltou a crescer em maio. O índice de confiança do consumidor cresceu 4,2% em comparação com abril, registrando 138,7 pontos.

Essa alta reflete, principalmente, a retomada da confiança do consumidor com renda inferior a 10 salários mínimos em relação à situação de sua família, que, por sua vez, foi influenciada pela queda do endividamento, aumento do salário mínimo e pela ausência de pressões inflacionárias (CONFIANÇA..., 2006).

O presidente da FECOMERCIO, Abram Szajman, afirma que "a tendência é que ocorra uma aceleração no ritmo de crescimento no segundo trimestre, estimulando a recuperação da confiança do consumidor" (CONFIANÇA..., 2006).

O resultado do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre reforça as apostas de especialistas de que o crescimento deste ano ficará entre 3,5% e 4%, puxado pela demanda interna. Os analistas de mercado acreditam que o consumo das famílias deve se acelerar, impulsionado pelo aumento da massa salarial, juros declinantes e a ampla oferta de empréstimos e financiamentos (LAMUCCI; SANTOS, 2006).

Apesar de um pequeno aumento da inadimplência, espera-se, para 2006, a continuidade e o fortalecimento do movimento de expansão do comércio varejista, que deverá ser impulsionado pela expansão dos níveis de emprego e renda, pelo crescimento do crédito e pelo processo de flexibilização da política monetária, aliados à própria recuperação da confiança do consumidor e aos impactos do aumento do salário mínimo.

## Referências

CARVALHO, Maria Christina. Lucros crescem, apesar da inadimplência. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 maio 2006. p. C10.

CONFIANÇA do consumidor sobe 4,2% em maio. Disponível em: <http://www.fecomercio.com.br>. Acesso em: 05 jun. 2006.

LAMUCCI, Sergio; SANTOS, Chico. Renda e crédito dão novo impulso ao segundo tri. *Valor Econômico*, São Paulo, 1 jun. 2006. p. A3.

RIBEIRO, Alex. Aumento do crédito à pessoa física provoca elevação da inadimplência. *Valor Econômico*, São Paulo, 5 jun. 2006. p. C2.

ROCHA, Janes. "Anomalias" inibem avanço no crédito. *Valor Econômico*, São Paulo, 2 maio 2006. p. F9.

# O alinhamento do Plano Plurianual Municipal (PPAM) com os demais instrumentos de planejamento municipal

Evanio Tavares Machado *

Denis Alcides Rezende **

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os Orçamentos Anuais (LOA) são os principais instrumentos de gestão na área de orçamento público introduzidos pela Constituição Federal (CF) de 1988. Esses três instrumentos orçamentários integram-se de forma harmoniosa, cabendo à LOA respeitar as diretrizes orçamentárias, e, ambas as leis (LOA e LDO) atentarem para o orçamento plurianual, configurando, dessa forma, a integração do planejamento com o orçamento que permeia não apenas as finanças públicas, como também os demais subsistemas da CF, constituindo assim o princípio do planejamento ou da programação (TORRES, 1995).

No entanto, a Constituição Federal não trouxe regulamentação especificando a forma e o conteúdo desses instrumentos, limitando-se a estabelecer normas genéricas e remetendo para instrumento infraconstitucional a ser efetivado (§ 9o do art. 165 da CF) comandos relativos ao exercício financeiro, vigência, prazos, elaboração e organização do PPA, da LDO e da LOA. Porém, tal medida legislativa ainda não foi levada a termo, o que faz com que a União, os Estados e os Municípios adotem formas próprias no que concerne, principalmente, à organização do PPA e da LDO, uma vez que a Lei n° 4.320/1964 vem sendo adotada para normatizar minimamente a LOA (GIACOMONI, 2004).

No âmbito municipal, a despeito da citada ausência de normatização específica, a legislação federal vem adicionando ao Plano Plurianual Municipal (PPAM) atribuições decorrentes de outros instrumentos de planejamento, como se observa no caso da Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade, que estabelece em seu art. 40 que o PPAM, bem como a LDO e a LOA, têm que obrigatoriamente incorporar as diretrizes e prioridades do Plano Diretor.

**No âmbito municipal, a despeito da citada ausência de normatização específica, a legislação federal vem adicionando ao Plano Plurianual Municipal (PPAM) atribuições decorrentes de outros instrumentos de planejamento, como se observa no caso da Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade**

Afora os problemas resultantes da ausência de normatização, vale reconhecer que pela integração planejamento-orçamento desses instrumentos a sua construção e execução requer como pressuposto fundamental a existência de um planejamento estraté-

* Economista, Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Ges-tão, em exercício na Controladoria-Geral da União da Presidência da República, Mestrando em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). evaniomachado@terra.com.br

** Pós-Doutorando em Administração pela Universidade de São Paulo, doutor em Gestão da Tecnologia da Informação, Mestre em Informática, Administrador, professor do Mestrado de Gestão Urbana da Pon-tifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Bolsista CNPq PDJ. denis.rezende@pucpr.br

gico norteando a condução da ação pública para um horizonte de tempo mais amplo e que tenha conteúdo formado por diretrizes abrangentes. Fato que redunda na existência de mais um instrumento de planejamento, aqui denominado de Planejamento Estratégico Municipal (PEM).

Neste artigo, não se pretende esgotar o assunto, mas discutir a questão atinente à inflexão do Plano Plurianual Municipal (PPAM), com o Plano Diretor Municipal (PDM) e o Planejamento Estratégico Municipal (PEM), na sistematização da ação pública que visa a produção de bens e serviços públicos, bem como a promoção do desenvolvimento social. Nesse sentido, desenvolve-se a fundamentação teórica objetivando sustentar o alinhamento do PPAM com o PDM e o PEM, e, por último, na conclusão relata-se as considerações finais acerca do tema.

# Fundamentação teórica

## Plano Plurianual

O Plano Plurianual (PPA) tem como objetivo servir de instrumento para planejar as ações do governo de caráter mais estratégico e político. No plano ficam explicitadas as políticas, as diretrizes e as ações programadas no longo prazo e os respectivos objetivos a serem alcançados (ZIVIANI, 2004; GIACOMONI, 2001). O seu prazo de vigência é de quatro anos, iniciando-se no segundo ano de mandato e terminando no primeiro ano do mandato subseqüente, entendendo-se que a intenção é de que corresponda ao período de um mandato do chefe de governo (GIOMI; AFONSO, 2002).

Conforme indicado no quadro a seguir, quando o chefe do poder executivo inicia o seu mandato o primeiro ano de governo é destinado para que a administração elabore e envie ao legislativo para aprovação o PPA que será executado nos próximos quatro exercícios. Essa forma recorrente visa a permitir que sempre o primeiro ano de mandato seja destinado para as atividades de planejamento do PPA.

Com o advento da Lei Complementar n° 101/2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), reafirmam-se alguns comandos constitucionais como a articulação da LOA com o PPA, quando consolida que o projeto de lei orçamentária (PLO) deve ser elaborado de forma compatível com o PPA (art. 5° da LRF). Estabelece, também, que a LOA não consignará dotação para investimentos com duração a um exercício financeiro que não esteja previsto no PPA ou em lei que autorize a sua inclusão. No que concerne ao estabelecimento de novas regras, a LRF firmou que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de declaração de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e com a LDO (art.16 da LRF). Fortalecendo, dessa forma, a predominância do planejamento na gestão de recursos financeiros públicos (MARTINS; NASCIMENTO, 2001).

Por fim, o PPA espelha o enfoque dado para a ação planejada de governo, privilegiando o estabelecimento de metas físicas em um horizonte de tempo mais amplo do que as duas outras peças (LDO e LOA).

## Plano Plurianual Municipal e o Estatuto da Cidade

A carta constitucional de 1988 traz um capítulo específico que trata da política urbana com vistas a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes. A exemplo

**A carta constitucional de 1988 traz um capítulo específico que trata da política urbana com vistas a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes**

**Quadro 1**
**Desdobramento do PPA em 5 anos: Brasil**

| Mandato 01 | | | | Mandato 02 |
|---|---|---|---|---|
| **Ano 01** | **Ano 02** | **Ano 03** | **Ano 04** | **Ano 05** |
| Elaboração e Votação | Execução do 1° exercício | Execução do 2° exercício | Execução do 3° exercício | Execução do 4º exercício Elaboração e Votação |

de outros temas constitucionais, a efetiva implementação dos instrumentos propostos dependia de lei infraconstitucional com vistas a viabilizar a efetivação plena de instrumentos como: o plano diretor; o instituto da desapropriação urbana; parcelamento ou edificações compulsórios; e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.

Por meio da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade (EC), foram regulamentados os artigos constantes do capítulo relativo à política urbana. Relativamente ao Plano Plurianual Municipal (PPAM), o Estatuto da Cidade trouxe duas regras que impactam substantivamente o PPAM, uma relativa ao conteúdo e outra quanto à forma processual. A primeira (art. 40, § 1°) estabelece que o PPAM tenha que obrigatoriamente incorporar as diretrizes e prioridades do Plano Diretor, e a segunda, constante no art. 40, firma que o PPAM deve constar nos debates, audiências e consultas públicas de gestão orçamentária participativa.

Relativamente ao Plano Diretor (PD), considerado instrumento de planejamento municipal (inciso III do art. 4º do EC), o Estatuto da Cidade tornou-o obrigatório para municípios: com mais de vinte mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; integrantes de áreas de especial interesse turístico; e inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Ainda, torna obrigatório para aqueles municípios que pretendam instituir instrumentos de comando e controle que visem promover adequado aproveitamento de solo urbano não edificado ou não utilizado.

A Constituição Federal, por seu turno, não estabelece um conceito para o Plano Diretor Municipal (PDM), limitando-se a considerá-lo um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Em face dessa ausência, Villaça (1999; p. 239) propõe o seguinte conceito:

> Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.

A despeito de constar nessa definição a previsão de propostas de natureza socioeconômicas, a preocupação preponderante é a que contém aspectos espaciais no que tange ao uso do solo, à insfraestrutura e aos elementos relativos à estrutura urbana.

Na literatura oficial adotada pelo governo federal, por meio do Ministério das Cidades, é expresso que o objetivo fundamental do PDM é estabelecer como a propriedade cumprirá sua função social, de forma a garantir o acesso a terra urbanizada e regularizada, tendo como pressuposto que todos os cidadãos têm o direito à moradia e aos serviços urbanos (BRASIL, 2004). Prosseguindo no delineamento do Plano Diretor, o Ministério das Cidades circunstancia o PDM com os aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e a outros diversos temas como à política habitacional; à regularização fundiária; ao transporte e a mobilidades; e ao saneamento ambiental. Como se vê, temas com grande peso material e não abrangendo outros aspectos como saúde e educação, por exemplo.

**Na literatura oficial adotada pelo governo federal, por meio do Ministério das Cidades, é expresso que o objetivo fundamental do PDM é estabelecer como a propriedade cumprirá sua função social, de forma a garantir o acesso a terra urbanizada e regularizada, tendo como pressuposto que todos os cidadãos têm o direito à moradia e aos serviços urbanos**

Quanto ao horizonte temporal, a lei que instituir o PDM deverá ser revista pelo menos a cada dez anos, conforme comandado no § 3° do art. 40 do Estatuto da Cidade. Fato que evidencia o estabelecimento de um limite temporal ao plano.

Da perspectiva exposta, fica patente, em primeiro lugar, que o Estatuto da Cidade remete ao PPAM a

atribuição de levar em si o conteúdo estabelecido no PDM. Em segundo, que o conteúdo do PDM não esgota o plano plurianual em áreas como, por exemplo, a saúde e a educação.

## Planejamento Estratégico Municipal (PEM)

Em um mundo cada vez mais globalizado, o Planejamento Estratégico vem ganhando importância como ferramenta indispensável no enfrentamento das ameaças externas e fraquezas internas, bem como no aproveitamento das oportunidades externas e forças internas existentes. Face o caráter multidimensional da gestão pública, a simples solução de problemas cotidianos é insuficiente para promover o bem estar social duradouro. A transversalidade material e temporal das demandas públicas requer pensamento sistêmico, como forma de se vislumbrar as inter-relações dos fenômenos.

Rezende e Castor (2006, p. 6) trazem a seguinte contribuição quanto à necessidade do emprego do planejamento:

> A idéia do planejamento como forma de melhorar a qualidade das decisões está solidamente ancorada no conceito da racionalidade na alocação dos recursos, já que estes são limitados e as necessidades e aspirações dos indivíduos virtualmente ilimitadas, é preciso estabelecer preferências e prioridades para distribuir os meios de satisfazê-las de maneira efetiva e organizar sua aplicação de modo a extrair o maior benefício deles.

O planejamento deve ser visto como um conjunto de atividades interligadas e complementares, que objetiva atingir um determinado objetivo. Considera a possível ocorrência de fatos adjacentes circunstanciando o desenvolvimento das ações, bem como necessitando a correção de rumos. Desenvolve-se de forma contínua e sistemática, acompanhado por atividades permanentes de controle e ajuste (PEREIRA, 2003).

**O planejamento deve ser visto como um conjunto de atividades interligadas e complementares, que objetiva atingir um determinado objetivo**

Relativamente à abrangência do planejamento estratégico municipal, ele deve contemplar as ações e políticas cooperativas com os demais níveis federativos; ter caráter duplo, sendo a um tempo técnico e político; ser guiado pela racionalidade substantiva (considerar fatores de economia e efetividade na utilização dos meios, preocupando-se com a qualidade substantiva dos objetivos); obter participação ativa da comunidade; e reordenar e redefinir os modelos organizacionais existentes (REZENDE; CASTOR, 2006).

**A ação planejada é recorrente e não por ciclos estanques, daí o entendimento de que a abrangência do planejamento envolve vários exercícios financeiros e prazos para sua consecução**

A ação planejada é recorrente e não por ciclos estanques, daí o entendimento de que a abrangência do planejamento envolve vários exercícios financeiros e prazos para sua consecução (McNAB; BOEX; MARTINEZ-VAZQUEZ, 1998; MACHADO JR; REIS, 2003), que devem estar correlacionados com o volume de recursos financeiros livres para financiar os gastos decorrentes da execução do planejado. Rezende e Castor (2006, p. 113) defendem que o planejamento municipal deve ser elaborado para um horizonte de tempo coerente com os objetivos, as estratégias e as ações municipais definidas pelos munícipes, gestores locais e demais interessados na cidade, daí que o tempo é definido pelo plano estratégico, não pelo período de mandato de um governo. Ainda, nesse sentido, os autores sugerem que o planejamento deve visar um horizonte mínimo de uma década, sendo que alguns objetivos podem exigir horizonte permanente.

## Alinhamento dos planos e planejamentos

A competência de legislar sobre a matéria orçamentária é concorrente à União e aos Estados, sendo que o papel da União nesse campo é limitado ao esta-

belecimento de normas gerais (§ 1o, art. 24 da CF), e caso não haja ação legislativa por parte da União, caberá aos Estados o exercício da competência plena (§ 3o, art. 24), que terá eficácia suspensa em caso da existência de lei federal. Nessa mesma linha, na ausência de produção legislativa por parte da União e do Estado acerca da matéria, o Município poderá suplementar a legislação das outras esferas de governo, até que haja legislação acerca do assunto. Essa explicação é importante para que fique claro que a ausência de norma não impede que o município discipline o assunto, buscando dessa forma, organizar a inter-relação dos diversos instrumentos de planejamento.

Afora a questão relativa ao estabelecimento de um "divisor d'água" entre normas gerais e específicas, que cabe à área jurídica discutir e dirimir dúvidas, o assunto ganha expressão no instante em que se requer estabelecimento da integração do PEM com o PDM e destes instrumentos com o PPAM.

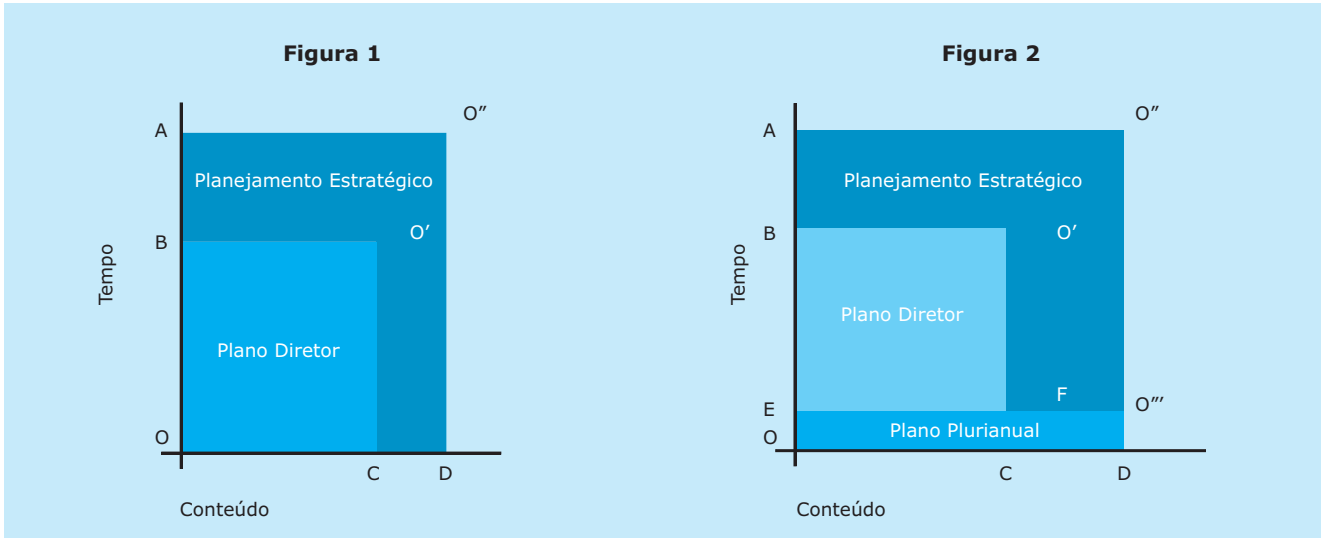
Acerca da relação do PEM com o PDM, Rezende e Castor (2006, p. 13), fazem a seguinte observação:

> O planejamento estratégico municipal deve ter caráter integral e integrado. Significa que deve abordar tanto as questões econômicas como as sociais, culturais e territoriais na área urbana e na área rural, extrapolando assim os limites de um simples plano diretor municipal, em que são fundamentalmente tratados problemas espaciais e econômicos relacionados com o uso do solo e a distribuição das atividades produtivas. Deve igualmente ser integrado no sentido de que todas as suas dimensões devem ser compatibilizadas entre si, produzindo uma abordagem equilibrada entre elas.

Dentro dessa construção, o PEM envolve um horizonte de tempo de no mínimo dez anos, bem como contempla atividades de caráter contínuo e permanente no horizonte de tempo. Já o PDM, os ajustes comandados estabelecem horizontes de no máximo dez anos, ou seja, horizonte de tempo mais curto do que o planejamento. Ainda, conforme citado anteriormente, o PDM não abrange plenamente todas as áreas tratadas no PEM, como por exemplo as áreas de saúde e educação. De forma gráfica, essa situação é representada na Figura 1 a seguir, onde o espaço AB do eixo vertical indica a diferença temporal do Planejamento Estratégico Municipal (instrumento de planejamento de cenário superior a dez anos) em relação ao PDM (cenário até dez anos). Já que o PDM não abrange a totalidade das áreas programáticas, o espaço CD do eixo horizontal encena a diferença de conteúdo desses dois instrumentos.

Por sua vez, o PPAM encerra em seu conteúdo o programa de trabalho de governo, bem como incorpora as diretrizes e prioridades do PDM para um período de quatro anos. De acordo com o exposto, os pressupostos básicos para a elaboração do PPAM e o PDM são as diretrizes estratégicas advindas do PEM elaborado para um horizonte de tempo maior e com abrangência superior a esses dois instrumentos. Incluindo o PPAM à representação anterior, a visualização gráfica é apresentada na Figura 2, onde o espaço CG do eixo

**Figuras 1 e 2**
**Alinhamento entre PEM, PDM e PPAM**



**O PPAM encerra em seu conteúdo o programa de trabalho de governo, bem como incorpora as diretrizes e prioridades do PDM para um período de quatro anos**

horizontal representa o conteúdo do PPAM não contemplado no PDM, mas inserido no PEM. O segmento BF do eixo vertical indica a parte do PDM que não foi inserida no PPAM em decorrência do prazo de vigência do PPAM ser inferior ao do PDM.

## Conclusão

A peculiaridade integradora do Plano Plurianual com a Lei de Diretrizes e a Lei Orçamentária decorre do princípio do planejamento instalado com a Constituição Federal de 1988. O planejamento aparece como um processo ininterrupto que fundamenta, antecede e acompanha a elaboração orçamentária (PEREIRA, 2003). No âmbito da esfera municipal, o legislador federal vem buscando incutir a necessidade do exercício de planejamento de maneira sistematizada como forma de nortear a gestão municipal. A obrigatoriedade de o PPAM conter as diretrizes estabelecidas pelo PDM por força legal evidencia a importância que o planejamento vem ganhando na composição da ação pública.

Tal fato ganha importância quando se percebe que a busca pela responsabilidade fiscal, perseguida pela Lei Complementar 101/2000, ganha um importante aliado com a introdução do planejamento no desenvolvimento da ação pública nos governos locais. Esse fato indica que não apenas o equilíbrio fiscal ganha espaço, mas a qualidade do gasto passa a ser objeto de relevância pelos gestores públicos. A busca da racionalidade do gasto exige que as ações públicas sejam previamente estudadas e alinhadas a metas e objetivos mensuráveis.

Conforme descrito anteriormente, este artigo não pretende esgotar o assunto, mas sim evidenciar que instrumental legal integrando o planejamento ao orçamento encontra-se disponível para o gestor público municipal, onde deva ser explicitada a proposição de objetivos e metas e não torná-lo um mero documento burocrático que visa unicamente o cumprimento da legalidade (MATIAS; CAMPELLO, 2000). Portanto, a ausência de normatização para esses instrumentos não pode ser considerada um fator de restrição para a implantação de uma gestão moderna, voltada para a produção de bens e de serviços para a promoção da inserção social.

Ainda, como elemento de fundamental importância para a implantação do princípio do planejamento em um município, é necessário o desenvolvimento de exercícios que envolvam a participação social na elaboração, na execução e no acompanhamento desses instrumentos, correlacionados aos conceitos aqui apresentados. Assim, consegue-se construir um governo de acordo com o projeto de vida de um município, e não de acordo com o projeto de vida de um governante.

## Referências


BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos*. Brasília, DF, 2004.

ESTATUTO da cidade: *Guia para implementação pelos municípios e cidades*. 2. ed. Brasília: Câmara dos deputados, coordenação de publicações, 2002. Lei n. 10257, de 10 de julho de 2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

GARCIA, Ronaldo C. *A reorganização do processo de planejamento do Governo Federal*: o PPA 2000-2003. Brasília: IPEA, maio 2000. (Texto para discussão n° 726).

GIACOMONI, James. Bases normativas do plano plurianual: análise das limitações decorrentes da ausência de lei complementar. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v.28, n.1, p. 79-91, jan./fev.2004.

_____ *Orçamento Público*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIOMI, Waldemar; AFONSO, José Roberto R. A legislação complementar sobre finanças públicas e orçamentos – Subsídios e sugestões para sua elaboração. *Cadernos de Economia*, Rio de Janeiro: IPEA, n. 8, 1992.

MACHADO JR, J. Teixeira; REIS, Heraldo C. A lei 4.320 *comentada*. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

MARTINS, Ives G. S.; NASCIMENTO, Carlos V. (Org.) *Comentários à lei de responsabilidade fiscal. São Paulo:* Saraiva, 2001.

MATIAS, Alberto B.; CAMPELLO, Carlos A. G. B. *Administra-*

*ção financeira municipal*. São Paulo: Atlas, 2000.

McNAB, Robert, BOEX, Jameson., MARTINEZ-VAZQUEZ, Jorge. *Multi year Budgeting*: a review of international practices and lessons for developing and transition economies. Atlanta, Gergia – USA: Georgia State University. International Studies Program. Nov. 1998.(Working Paper 98-4).

PEREIRA, José M. *Finanças Públicas*: a política orçamentária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REZENDE, Denis A.; CASTOR, Belmiro V. J. *Planejamento estratégico municipal:* empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

TORRES, Ricardo L. *O orçamento na Constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do plano diretor. In: Fundação Prefeito Faria Lima; Cepam. *O município no século XXI*: cenários e perspectivas. ed. especial. São Paulo, 1999. p. 237-247.

ZIVIANI, Juliardi. Lei de Responsabilidade Fiscal: planejamento, controle, transparência e responsabilização. *Jus Navigandi*. Teresina, ano 9, n. 517, 6 dez Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6026>. Acesso em: 11 dez. 2005.

# www.sei.ba.gov.br

## Informação a um só **clic**

**Através do site da SEI você fica por dentro das mais relevantes informações socioeconômicas e geoambientais dos Estado. Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e o banco de dados da SEI estão ao seu alcance. Navegue e conheça a Bahia de perto. Um canal de comunicação aberto para você.**

SEI

SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

# Investimentos industriais previstos totalizam R$ 10,3 bilhões

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2006-2010, totalizaram um volume da ordem de R$ 10,3 bilhões, agregando 424 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Analisando os investimentos quanto à situação, verifica-se que 56% estão em ampliações de unidades industriais, representando um volume de aproximadamente R$ 5,7 bilhões em 85 projetos, enquanto que aproximadamente 44% encontram-se em implantações e 0,2% em reativações, somando recursos da ordem de R$ 4,6 bilhões em 339 projetos.

No que se refere à localização dos investimentos, analisando-se pelos eixos de desenvolvimento, observa-se que os eixos Metropolitano e Extremo Sul respondem por 80,5% dos investimentos previstos, concentrados num volume de cerca R$ 8,3 bilhões, além de alocar 56% dos projetos. Os demais agregam volume na ordem de R$ 2,0 bilhões em 187 projetos (44%).

No que tange ao complexo de atividade econômica, infere-se que cerca de 69% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (40,5%), Químico-Petroquímico (18,6%) e Agroalimentar (9,9%), perfazendo R$ 7,1 bilhões em 163 projetos. Os demais complexos são responsáveis por um volume de R$ 3,2 bilhões distribuídos em 261 projetos, notadamente no complexo de Calçados/Têxtil/Confecções, com participação de 9,1% dos investimentos.

Em relação ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem 56.723 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (39%) e Grande Recôncavo (20%) absorvem 59% dos empregos, ou 33.735 postos de trabalho. Os restantes são responsáveis por 41% dos empregos, destacando-se o eixo Mata Atlântica, respondendo por 13% dos empregos ou 7.200 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Esses programas se intensificaram, destacando-se: os incentivos especiais para o setor de informática, em 1995; o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes, em 1997; e o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica, em 1998, além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontram-se a Killing Bahia Tintas e Adesivos Ltda, a Unidos Indústria e Comercio de Velas Ltda, a Avipal Nordeste Ltda, a Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda e a Indústria de Sucos Apuarema.

**Tabela 1**
**Investimentos industriais previstos para a Bahia**
**Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2006-2010**

| Complexo | Volume (R$1.000,00) | Nº de Projetos |
|---|---|---|
| Agroalimentar | 1.022.565 | 69 |
| Atividade mineral e beneficiamento | 434.756 | 21 |
| Calçados/Têxtil/Confecções | 935.056 | 47 |
| Complexo madeireiro | 4.179.228 | 12 |
| Eletroeletrônico | 208.833 | 56 |
| Metal-mecânico | 452.621 | 42 |
| Químico-petroquímico | 1.918.761 | 82 |
| Reciclagem | 1.156 | 1 |
| Transformação petroquímica | 813.914 | 87 |
| Outros | 357.116 | 7 |
| **Total** | **10.324.003** | **424** |

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC - SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/05/06.

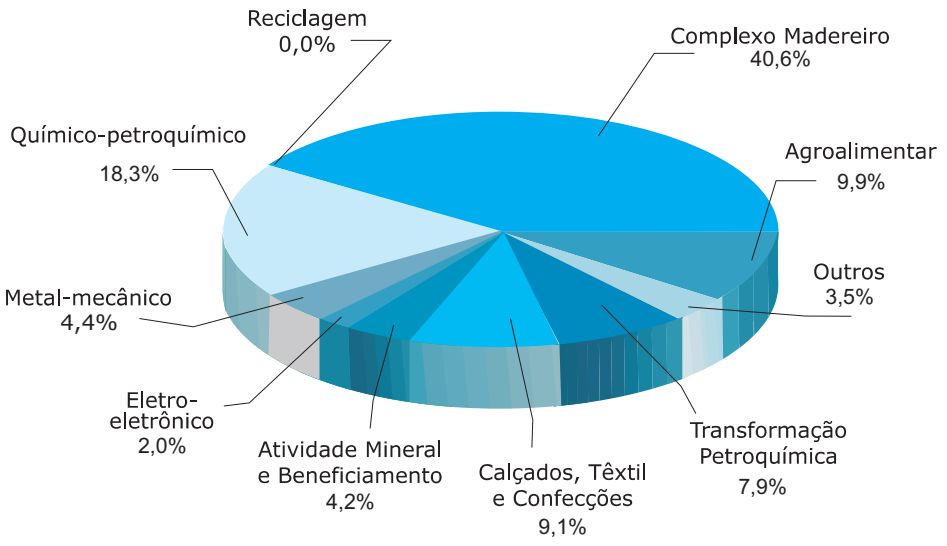
**Tabela 2**
**Investimentos industriais previstos para a Bahia**
**Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2006-2010**

| Eixo | Volume (R$1.000,00) | Nº de Projetos |
|---|---|---|
| Baixo Médio São Francisco | 49.439 | 7 |
| Centro Leste do São Francisco | 22.193 | 2 |
| Chapada Norte | 61.708 | 7 |
| Chapada Sul | 4.890 | 4 |
| Extremo Sul | 3.362.734 | 15 |
| Grande Recôncavo | 418.389 | 60 |
| Mata Atlântica | 253.526 | 49 |
| Médio São Francisco | 2.300 | 1 |
| Metropolitano | 4.948.144 | 222 |
| Nordeste | 33.424 | 6 |
| Oeste do São Francisco | 253.348 | 6 |
| Planalto Central | 292.103 | 1 |
| Planalto Sudoeste | 184.730 | 34 |
| A Definir | 437.076 | 10 |
| **Total** | **10.324.003** | **424** |

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC - SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/05/06.

## Investimentos previstos para a Bahia - 2006/2010

Participação por Complexo de Atividade




Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC - SEI

## Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* da SEI, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

# ANIPES

## Garantindo seu direito à informação.

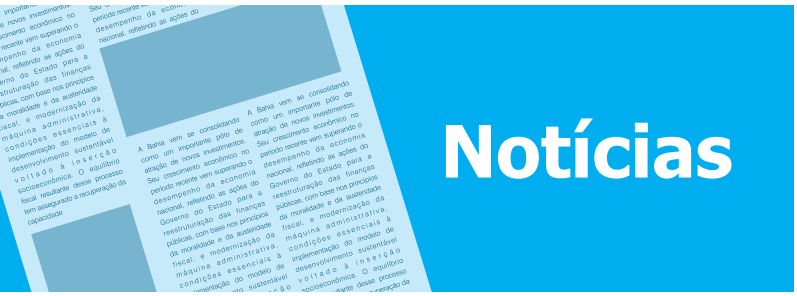
16 institutos de pesquisa do país estão defendendo o seu direito à informação de qualidade.

É a Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística, hoje presidida pela SEI, que vem alcançando importantes conquistas na área estatística:

- Integração de trabalhos em rede
- Promoção de intercâmbio técnico com organismos internacionais
- Uniformização de metodologias de trabalhos em âmbito nacional
- Promoção da pesquisa e planejamento como etapas fundamentais para o crescimento do país.

Para conhecer melhor a ANIPES, acesse www.sei.ba.gov.br/anipes
Tel: (71) 3115-4822 / Fax: (71) 371- 1853

ANIPES
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO, PESQUISA E ESTATÍSTICA



# Notícias

## Negócios

### Bahia tem novo pólo industrial

A Bahia deu mais um passo no processo de diversificação de sua matriz industrial com a inauguração, no município de Mata de São João, da fábrica de bijuterias e acessórios femininos Mega Tetra. O investimento é de R$ 8,5 milhões, com previsão de alcançar uma capacidade de produção de 60 toneladas de plásticos por mês, gerando até 90 toneladas de produtos acabados.

Só com a infra-estrutura do novo centro industrial, o Estado investiu R$ 1 milhão, já prevendo a implantação de novas indústrias.

A Bahia vem acumulando vitórias com a política de atração de investimentos focada na geração de emprego. Os centros industriais lançados nos últimos 10 anos já se consolidaram, diversificando a matriz industrial do estado, a exemplo dos pólos automotivo e de calçados.

A qualidade da mão-de-obra, a política estadual e a localização estratégica do estado já levaram a empresa a iniciar a produção com o dobro do que era realizado em São Paulo. O governo baiano apoiou o investimento com incentivo fiscal e ações de infra-estrutura.

*Bahia tem novo pólo industrial. Diário Oficial, 17/5/2006.*

### Vila Galé inaugura resort em Guarajuba

A Bahia ganhou mais um empreendimento turístico de alto nível, Vila Galé Marés, em Guarajuba. Construído pelo grupo português Vila Galé – que investiu R$ 28 milhões no empreendimento –, o resort é o maior do Nordeste.

O Vila Galé contou com o apoio do governo estadual na construção do acesso local, terraplanagem do terreno e implantação de esgotamento sanitário. O resort integra uma grande cadeia de investimentos na Costa dos Coqueiros. Até 2008, serão inaugurados ou ampliados sete empreendimentos turístico-hoteleiros, que vão contar com investimentos globais de R$ 1,1 bilhão.

O Estado lançou um plano estratégico que projeta as diretrizes governamentais para o turismo nos próximos anos, contemplando ações capazes de atrair para a Bahia um fluxo global de 22 milhões de turistas, com geração de 800 mil empregos diretos e indiretos, além de investimentos privados de US$ 7,67 bilhões. A meta é investir até o fim do ano US$ 2 bilhões em obras de saneamento, estradas, criação de reservas ambientais, aeroportos e divisão de zonas turísticas do estado.

Outro exemplo é o Projeto Turístico Reserva Imbassaí, um complexo de hotéis e casas do grupo português Reta Atlântico, que será erguido em Mata de São João, num investimento de 45 milhões de euros.

*Vila Galé inaugura resort em Guarajuba. Diário Oficial, 17/5/2006.*

### Bahia ganhará duas novas indústrias de biodiesel VEIC

A Bahia ganhará dois complexos industriais de biodiesel, com a implantação de uma unidade da Petrobrás e outra da Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda (Brasil Ecodiesel Participações S/A). Ambas deverão entrar em operação em dezembro de 2007, nos municipios de Candeias e Iraqueara (Chapada Diamantina), respectivamente.

As duas usinas produzirão 84 toneladas de biodiesel por ano, com investimento de R$ 77 milhões e geração de 140 empregos diretos. As licenças de localização foram aprovadas na última reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepram), e publicadas nesta quarta-feira no Diário Oficial.

*Bahia ganhará duas novas indústrias de biodiesel VEIC. A TARDE, 19/05/2006.*

### Bahia Pulp vai ampliar a produção na Bahia

A Bahia Pulp, empresa pertencente ao Grupo Sateri Internacional, um dos maiores fabricantes mundiais de fibra de viscose e celulose solúvel, vai ampliar a

atuação no estado, a partir da implantação de uma nova linha de produção, projeto que compreende um investimento total de R$ 985,7 milhões. Com a aplicação dos novos recursos, dos quais R$ 450 milhões estão sendo financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fábrica do grupo, localizada no município de Camaçari, vai conseguir processar até 250 mil toneladas de celulose solúvel standard por ano ou até 215 mil toneladas anuais de celulose high grade. A partir dessa iniciativa, a capacidade produtiva da unidade passará das atuais 115 mil toneladas por ano para até 365 mil toneladas. A celulose solúvel é atualmente utilizada na fabricação de diferentes produtos, entre os quais filamentos têxteis, celofane, acetatos, nitratos, viscose, rayon, aditivos alimentares, filtros de cigarro e pneumáticos, sendo diferente, por exemplo, da celulose aplicada na produção de papel, em virtude dos teores mais altos de alfa.

De acordo com o presidente da Bahia Pulp, Josmar Verillo, a instalação da nova linha vai possibilitar a geração de 300 novos empregos diretos na indústria, além de cem postos de trabalho diretos e cerca de dois mil terceirizados somente na área florestal. Conforme informações do grupo, o empreendimento contará com uma tecnologia avançada e já ajustada aos novos padrões mundiais de requerimento ambiental, tendo como palco de implantação o mesmo terreno onde hoje funciona a planta da companhia - na região do Pólo Petroquímico de Camaçari. Segundo o executivo, com a expansão da capacidade de produção, a Bahia Pulp ficará posicionada entre os cinco maiores produtores de celulose solúvel do mundo, com vendas destinadas principalmente para o abastecimento do mercado externo.

Fundada em 1996, a fábrica da Bahia Pulp conta hoje com 384 colaboradores diretos, além de 1.200 funcionários terceirizados. Para garantir a qualidade do produto fabricado, a unidade possui plantações próprias de eucalipto, responsáveis pelo fornecimento da madeira utilizada na produção da celulose solúvel, que é a principal matéria-prima para a produção de viscose. A empresa dispõe de 150 mil hectares de terras, com cerca de 70 mil hectares de plantio de eucalipto, entremeadas por mais de 32 mil hectares de áreas naturais preservadas, situadas a 100km da fábrica. A atividade florestal do grupo tem como base a produção de híbridos de eucalipto, com a geração de mudas cientificamente desenvolvidas, possibilitando uma plantação com rápido crescimento. Além da Bahia Pulp, a companhia Sateri Internacional mantém ainda as empresas Sateri Oy, na Finlândia, e Sateri Fibra Química, na China, ambas fabricantes de viscose.

*Bahia Pulp vai ampliar a produção na Bahia. Correio da Bahia, 19/05/2006.*

# Indicadores

## Localizada no sudoeste, reserva tem potencial de seis bilhões de toneladas

A Bahia deverá se tornar, a partir de 2007, o terceiro maior produtor de ferro do país, com início da exploração do mais novo cinturão ferrífero descoberto no estado. Estima-se, inicialmente, um potencial de reserva da ordem de seis bilhões de toneladas, em cinco jazidas, na região de Caetité, no sudoeste baiano. A previsão é que, em função do minério, sejam investidos mais de US$ 1,2 bilhão, ou cerca de R$ 2,5, bilhões. Os investimentos, no entanto, podem chegar a US$ 3,7 bilhões, com a implantação de uma indústria siderúrgica.

A Bahia Mineração Ltda (BML) é quem detém os direitos de estudos e exploração de todo o cinturão, que indica a possibilidade de exploração em uma área de mais de 360km, que vai da região de Caetité, no sudoeste, até Xique Xique, no norte. A primeira reserva comprovada fica no Vale do Paramirim, na região de Caetité, com reservas de 1,5 bilhão de toneladas. Os estudos indicam, em outros quatro blocos, um potencial de mais 4,5 bilhões de toneladas na mesma região.

Os estudos continuam em toda a extensão do cinturão ferrífero, totalizando 90 áreas, até o norte do estado. Caso as previsões sejam confirmadas nas outras regiões, a Bahia poderá consolidar uma reserva de mais de 20 bilhões de toneladas, e poderá se tornar o segundo maior produtor do país, ultrapassando Minas Gerais e ficando atrás apenas do Pará.

Em fevereiro do próximo ano, a empresa começa os ensaios preliminares e, logo em seguida, a exploração em escala piloto. Mas, já em 2007, deverá produzir cerca de três milhões de toneladas de minério granulado. A idéia é beneficiar o ferro, produzindo inicialmente pelotas, a partir de uma produção anual de dez milhões de toneladas de minério. Todo o projeto, além

da usina de concentração na mina, inclui a construção de um mineroduto de 470km, a implantação de uma usina de pelotização e de um porto privado.

*Localizada no sudoeste, reserva tem potencial de seis bilhões de toneladas. Correio da Bahia, 17/5/2006.*

## Incubação de empresas na Bahia cresce 30% ao ano

Sinônimo de empreendedorismo inovador, o mercado de incubação de empresas na Bahia cresce cerca de 30% ao ano, acompanhando o ritmo do segmento nacional – que apresenta ainda uma das mais baixas taxas de mortalidade entre suas unidades empresariais, índice hoje em torno de 7%. No território baiano, por exemplo, a presença de empresas incubadas coloca o estado como o segundo mais importante da região Nordeste, vindo atrás apenas de Pernambuco.

De acordo com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), o setor de incubação representa uma ferramenta valiosa para quem deseja desenvolver um negócio próprio, mas não encontra os instrumentos necessários para concretizar seu projeto. "Atualmente, existem no país cerca de 330 incubadoras e seis mil empresas incubadas, que respondem pela geração de 35 mil postos de trabalho", afirma o presidente da Anprotec, José Eduardo Fiates. Segundo explica, há uma estimativa de que esse mercado nacional represente hoje um faturamento anual da ordem de R$ 2 bilhões.

Através desse trabalho de incubação, o candidato terá à sua disposição todos os recursos necessários para formatar seu empreendimento, a partir de um processo de maturidade empresarial, que conta com ações de consultoria especializada e toda orientação e acompanhamento do plano de negócio. Nesse sentido, é oferecido ao empreendedor todo o suporte, incluindo auxílio na captação de recursos de financiadores e cursos nas áreas de tecnologia, contabilidade, marketing, finanças, entre outras iniciativas. Na avaliação de José Eduardo, a Bahia vem assumindo uma posição de destaque no cenário nacional, já que é um dos estados que mais tem se empenhado para a formação de sistemas locais de inovação, além de contar atualmente com um expressivo número de empreendimentos, entre os quais, incubadoras, hotéis e parques tecnológicos.

*Incubação de empresas na Bahia cresce 30% ao ano. Correio da Bahia, 18/05/2006.*

## Preço do Sisal fica limitado pela valorização do Dólar

Embora vivendo um momento de recuperação da área plantada, depois de mais de uma década de crise, o setor sisaleiro baiano está sofrendo agora com a depreciação cambial. O dólar em queda limita o preço da fibra no mercado internacional, principal comprador do produto. Segundo o diretor da Fundação de Apoio aos Trabalhadores do Sisal e do Semiárido da Bahia (Fatres), Urbano Carvalho, o preço mínimo – que é assegurado pelo governo federal – do quilo de sisal desfibrado, hoje, é de R$ 0,96 e não se consegue melhor cotação no mercado. "No ano passado, a gente vendia a R$ 1,15 e R$ 1,20 facilmente. Essa defasagem está nos prejudicando muito. Além disso, internamente, a fibra natural vem sendo substituída pelos sintéticos", avalia. A entidade é sediada em Retirolândia, em plena região sisaleira do estado, que responde por mais de 90% da produção nacional do setor.

Os produtores da região, salienta Carvalho, reivindicam melhor assessoramento técnico dos órgãos governamentais e a introdução de novas tecnologias, com maquinário mais moderno e capacitação da mão-de-obra local. O dirigente estima que o setor – considerando toda a cadeia produtiva – gere renda e emprego para mais de 400 mil pessoas na Bahia. "Cerca de 98% desse contingente é agricultor familiar", observa. A cadeia, porém, já foi bem mais atraente: chegou a envolver um milhão de pessoas no passado recente.

Destoando do que diz o produtor baiano, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura (Mapa), informa que o valor médio para exportação de fibras e manufaturados de sisal está em alta em 2006. "Atualmente, o valor é de US$ 875 por tonelada, cerca de 9,3% a mais que o praticado em 2005. Esse aumento no valor do produto para exportação se deve à queda na oferta mundial registrada no ano passado, o que deverá estimular as exportações brasileiras", explica nota da empresa pública. O Brasil é o maior exportador de sisal do mundo, com uma produção anual de 119 mil toneladas, respondendo por 56% da safra mundial (204 mil toneladas). Os maiores compradores do produto são os Estados Unidos e a China.

*Sisal – Desvalorização do dólar limita preço no mercado. Correio da Bahia, 08/05/2006.*

# Ação Governamental

## Bahia conquista prêmio da ONU com programa de água e esgoto

O governo da Bahia foi o vencedor do concurso internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) para premiar experiências bem-sucedidas na prestação de serviços públicos, com a realização do Programa Auto-Sustentável de Saneamento, implantado em comunidades rurais das regiões de Seabra e Jacobina, na Chapada Diamantina. Em 2004, o governo baiano foi premiado pela instituição pela criação do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

A Fundação Luís Eduardo Magalhães (Flem) foi quem ficou responsável pela elaboração da proposta de candidatura, organizando as informações técnicas enviadas à ONU, assim como ocorreu em 2004, quando o SAC ganhou o prêmio.No caso do Programa Auto-Sustentável de Saneamento, o governo estadual investiu R$ 40 milhões, contando com financiamento do banco alemão KFW. A iniciativa levou abastecimento de água e implantação de esgotamento a 97 comunidades rurais de 27 municípios, beneficiando diretamente 11.012 famílias, o que equivale a uma população superior a 50 mil habitantes.

O principal objetivo do programa é promover a melhoria da qualidade de vida e de saúde das comunidades rurais baianas, principalmente através da redução da mortalidade infantil e dos índices de contaminação das doenças de veiculação hídrica. Depois de implantados, os sistemas de saneamento são entregues às comunidades beneficiadas, que os administram através de duas centrais de associações comunitárias – uma em Seabra e outra em Jacobina – com a cobrança de tarifas para cobrir os custos de operação e manutenção.

*Bahia conquista prêmio da ONU com programa de água e esgoto. Correio da Bahia, 19/05/2006.*

## Produção de petróleo na Bahia inicia nova fase no projeto Pinaúna-Camamu

Será iniciada uma nova e importante fase do projeto de produção do campo petrolífero de Pinaúna, na Bacia de Camamu-Almada. O projeto foi apresentado pela empresa americana de gás e petróleo El Paso. A atividade exploratória no local tem potencial estimado em 35 milhões de barris de petróleo (11 mil barris por dia, numa fase inicial).

Em meados deste ano, a empresa El Paso pretende perfurar dois poços exploratórios ao sul do campo de Pinaúna. A extração da primeira produção de óleo, por sua vez, está prevista para o segundo semestre de 2007. No projeto, a El Paso prevê investimentos de US$ 200 milhões até 2008 – aproximadamente US$ 90 milhões em 2006.

*Produção de petróleo na Bahia inicia nova fase no projeto Pinaúna-Camamu. Agecom, 17/5/2006.*

# União

## Atos do poder executivo

### Decretos

**Decreto nº 5.785, de 24 de maio de 2006** – Acresce inciso ao § 2o do art. 5o do Decreto no 4.732, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, do Conselho de Governo.

**Decreto nº 5.788, de 25 de maio de 2006** – Dispõe sobre os bens adquiridos ou importados por estaleiro naval brasileiro sob amparo do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP, na forma do inciso II do § 3o do art. 13 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005.

**Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006** – Dispõe sobre os bens amparados pelo Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP, na forma do art. 16 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005.

**Decreto nº 5.793, de 29 de maio de 2006** – Altera dispositivos do Decreto no 3.520, de 21 de junho de 2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

### Leis

**Lei de nº 11.307, de 19 de maio de 2006** – Altera as Leis nos 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, dispondo que o prazo a que se refere o seu art. 2o para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e revoga dispositivo da Medida Provisória no 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

## Secretaria da Receita Federal

### Instruções Normativas

**Instrução Normativa nº 643, de 12 de abril de 2006** – Dispõe sobre convênio com o Distrito Federal e municípios para delegação das atribuições e fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR).

## Banco Central do Brasil

### Circulares

**Carta-circular nº 3.233, de maio de 2006** – Divulga instruções para o registro de pleitos e contratações de operações no sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip), ao amparo do art. 9º - F, da Resolução 2.827, de 2001.

### Resoluções

**Resolução nº 3.364, de 26 de abril de 2006** – Dispõe sobre a reprogramação de parcelas vencidas e a concessão de prazo para pagamento de parcelas vincendas, em 2006, de operações de investimento agropecuário.

# Estado

## Atos do poder executivo

### Decretos

**Decreto nº 10.008, de 24 de maio de 2006** – Regulamenta o artigo 7º da Lei Complementar nº 19, de 23 de julho de 2003, que dispõe sobre o Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado, e dá outras providências.

**Decreto nº 10.010, de 29 de maio de 2006** – Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2006.

### Leis

**Lei nº 10.207, de 26 de maio de 2006** – Altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências.

**Lei nº 10.208, de 29 de maio de 2006** – Autoriza o Poder Executivo a assinar Contrato de Doação externa, na forma que indica, e dá outras providências.

## Secretaria da Fazenda

### Portarias

**Portaria nº 169, de 18 de maio de 2006** – Altera a Portaria nº 686, de 23 de novembro de 2005, para criar, no âmbito da Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustível – COPEC, comissões para apreciação de processos referentes à apuração de desconformidade de combustíveis, e dá outras providências. ■

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

# Conheça a importância da **Tecnologia para o desenvolvimento no Estado**

Leia a revista **Bahia Análise & Dados "Ciência, tecnologia e inovação"**. Essa publicação versa sobre as implicações dos avanços e inovações tecnológicas no desenvolvimento da Bahia e do Brasil, evidenciando a importância do investimento na Ciência como forma de se alcançar o progresso social e econômico.

A revista também traz uma visão mais específica sobre o assunto, abordando casos locais de políticas de C&T, inclusão digital e questões ambientais.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

# Indicadores Conjunturais

## Indicadores Econômicos

### Índices de Preços

**Índice de Preços ao Consumidor - IPC[1] - Salvador: Maio/2006**

| Grandes grupos | Variações do mês % | | Variações acumuladas% | | Índice acumulado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Maio/05 | Maio/06 | No ano[2] | Últimos 12 meses[3] | Abr/92=100 | Jun/94=100 |
| Alimentos e bebidas | 0,52 | 0,77 | 2,06 | 3,64 | 356987,2 | 239,32 |
| Habitação e encargos | 3,77 | 2,64 | 11,92 | 23,42 | 783435,0 | 626,50 |
| Artigos de residência | 1,25 | -1,14 | -0,24 | -3,76 | 278077,2 | 232,41 |
| Vestuário | 1,41 | 0,43 | -1,88 | 0,05 | 311193,2 | 182,64 |
| Transporte e comunicação | 0,59 | 0,26 | 4,58 | 12,96 | 635110,5 | 687,30 |
| Saúde e cuidados pessoais | 1,49 | 0,57 | 3,66 | 5,46 | 616054,6 | 328,22 |
| Despesas pessoais | 0,01 | 0,57 | 2,27 | 4,91 | 659302,5 | 378,05 |
| Geral | 1,02 | 0,59 | 2,68 | 5,89 | 470096,1 | 327,58 |

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

[1] O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**
**Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Maio/2006**

| Capitais | Valor da Cesta (R$) | Variação no mês[1] (%) | Variações Acumuladas % | | Porcentagem do Salário Mínimo |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | No ano[2] | Últimos 12 meses[3] | |
| Aracaju | 138,41 | -3,01 | -4,74 | -3,23 | 42,82 |
| Belém | 156,19 | 1,33 | -0,37 | -3,65 | 48,32 |
| Belo Horizonte | 165,34 | -2,87 | -6,52 | -8,33 | 51,15 |
| Brasília | 167,11 | -1,08 | -5,69 | -10,53 | 51,70 |
| Curitiba | 166,13 | -3,55 | -6,10 | -6,22 | 51,40 |
| Florianópolis | 164,13 | -2,82 | -4,92 | -2,80 | 50,78 |
| Fortaleza | 133,77 | 5,34 | 0,55 | -6,07 | 41,39 |
| Goiânia | 150,53 | -2,11 | 0,95 | -5,29 | 46,57 |
| João Pessoa | 146,04 | 3,76 | 1,00 | 4,43 | 45,18 |
| Natal | 144,96 | 2,85 | 6,65 | 3,01 | 44,85 |
| Porto Alegre | 173,47 | 0,94 | -9,32 | -8,28 | 53,67 |
| Recife | 151,03 | 5,62 | 7,64 | 2,77 | 46,73 |
| Rio de Janeiro | 168,92 | -3,83 | -5,15 | -6,06 | 52,26 |
| Salvador | 147,07 | 5,19 | 7,98 | 4,75 | 45,50 |
| São Paulo | 178,99 | -2,16 | -2,42 | -5,11 | 55,38 |
| Vitória | 163,37 | 0,92 | -1,35 | -4,33 | 50,54 |

Fonte: DIEESE

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

# Agricultura

## Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2005/2006

| Produtos do LSPA[1] | Produção física (t) | | | Rendimento médio (Kg/ha) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005[2] | 2006[3] | Variação (%) | 2005[2] | 2006[3] | Variação (%) |
| **Lavouras Temporárias** | | | | | | |
| Abacaxi[4] | 119.132 | 131.374 | 10,3 | 24.914 | 25.308 | 1,6 |
| Algodão Herbáceo | 816.977 | 794.957 | -2,7 | 3.184 | 3.330 | 4,6 |
| Alho | 7.432 | 7.260 | -2,3 | 6.939 | 7.523 | 8,4 |
| Amendoim | 7.042 | 7.952 | 12,9 | 1.150 | 1.096 | -4,7 |
| Arroz Total | 92.683 | 19.531 | -78,9 | 2.376 | 1.849 | -22,2 |
| Arroz Sequeiro | 74.832 | 15.800 | -78,9 | 2.156 | 1.636 | -24,1 |
| Arroz Irrigado | 17.851 | 3.731 | -79,1 | 4.161 | 4.100 | -1,5 |
| Batata-inglesa | 177.150 | 223.950 | 26,4 | 31.578 | 34.560 | 9,4 |
| Cana-de-açúcar | 5.636.887 | 5.748.962 | 2,0 | 58.761 | 60.337 | 2,7 |
| Cebola | 121.631 | 147.870 | 21,6 | 20.428 | 25.058 | 22,7 |
| Feijão Total | 460.505 | 432.147 | -6,2 | 670 | 706 | 5,4 |
| Feijão 1ª Safra | 122.830 | 62.187 | -49,4 | 482 | 340 | -29,4 |
| Sequeiro | 61.912 | 35.625 | -42,5 | 434 | 391 | -9,9 |
| Irrigado | 5.520 | 5.340 | -3,3 | 2.667 | 3.456 | 29,6 |
| Caupi | 55.398 | 21.222 | -61,7 | 503 | 235 | -53,2 |
| Feijão 2ª Safra | 337.675 | 369.960 | 9,6 | 781 | 861 | 10,3 |
| Sequeiro | 302.735 | 335.662 | 10,9 | 749 | 837 | 11,8 |
| Irrigado | 23.947 | 20.397 | -14,8 | 2.241 | 2.245 | 0,2 |
| Caupi | 10.993 | 13.631 | 24,0 | 629 | 711 | 13,0 |
| Fumo | 11.021 | 10.309 | -6,5 | 923 | 910 | -1,4 |
| Mamona | 135.394 | 75.749 | -44,1 | 734 | 671 | -8,6 |
| Mandioca | 4.512.817 | 4.318.220 | -4,3 | 12.840 | 12.323 | -4,0 |
| Milho Total | 1.614.899 | 1.170.623 | -27,5 | 2.067 | 1.689 | -18,3 |
| Milho 1ª Safra | 1.206.621 | 690.666 | -42,8 | 3.020 | 2.167 | -28,3 |
| Sequeiro | 1.155.660 | 640.186 | -44,6 | 2.966 | 2.054 | -30,7 |
| Irrigado | 50.961 | 50.480 | -0,9 | 5.176 | 7.070 | 36,6 |
| Milho 2ª Safra | 408.278 | 479.957 | 17,6 | 1.070 | 1.282 | 19,8 |
| Sequeiro | 406.946 | 477.872 | 17,4 | 1.068 | 1.278 | 19,7 |
| Irrigado | 1.332 | 2.085 | 56,5 | 3.149 | 5.487 | 74,2 |
| Soja | 2.401.200 | 1.991.160 | -17,1 | 2.760 | 2.283 | -17 |
| Sorgo Granífero | 104.196 | 68.194 | -34,6 | 1.798 | 1.377 | -23,4 |
| Tomate | 204.599 | 192.279 | -6,0 | 38.927 | 40.041 | 2,9 |
| Trigo | 1.915 | 1.715 | -10,4 | 5.583 | 5.000 | -10,4 |
| **Lavouras Permanentes** | | | | | | |
| Banana[5] | 865.221 | 1.005.823 | 16,3 | 13.880 | 14.434 | 4,0 |
| Cacau | 142.240 | 164.568 | 15,7 | 255 | 289 | 13,1 |
| Café | 140.339 | 161.412 | 15,0 | 962 | 1.028 | 6,9 |
| Castanha-de-cajú | 5.964 | 5.554 | -6,9 | 289 | 271 | -6,1 |
| Coco-da-baía[4] | 723.600 | 708.549 | -2,1 | 8.873 | 8.767 | -1,2 |
| Dendê | nd | nd | - | - | nd | - |
| Guaraná | 1.293 | 1.403 | 8,5 | 209 | 227 | 8,8 |
| Laranja[5] | 800.852 | 800.556 | 0,0 | 15.877 | 15.874 | 0,0 |
| Mamão[5] | 679.083 | 707.457 | 4,2 | 50.429 | 54.812 | 8,7 |
| Maracujá[4] | nd | nd | - | - | nd | - |
| Pimenta-do-reino | 3.224 | 3.516 | 9,1 | 2.457 | 2.539 | 3,3 |
| Sisal | 195.680 | 211.667 | 8,2 | 887 | 859 | -3,2 |
| Uva | 86.338 | 89.596 | 3,8 | 25.230 | 28.977 | 14,9 |

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2006 (dados sujeitos a retificação)
[4] Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare
[5] Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

## Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005 / 2006[4]

| Produtos do LSPA[1] | Área plantada (ha) | | | Área colhida (ha) | | | Área perdida (ha)[4] | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005[2] | 2006[3] | Variação (%) | 2005[2] | 2006[3] | Variação (%) | 2005[2] | 2006[3] |
| **Lavouras Temporárias** | | | | | | | | |
| Abacaxi | 4.805 | 5.191 | 8,0 | 4.805 | 5.191 | 8,0 | 0 | 0 |
| Algodão Herbáceo | 257.567 | 239.355 | -7,1 | 257.567 | 238.755 | -7,3 | 0 | 600 |
| Alho | 1.071 | 965 | -9,9 | 1.071 | 965 | -9,9 | 0 | 0 |
| Amendoim | 6.122 | 7.257 | 18,5 | 6.122 | 7.257 | 18,5 | 0 | 0 |
| Arroz Total | 39.004 | 16.500 | -57,7 | 39.004 | 10.564 | -72,9 | 0 | 5.936 |
| Arroz Sequeiro | 34.714 | 16.154 | -53,5 | 34.714 | 9.654 | -72,2 | 0 | 6.500 |
| Arroz Irrigado | 4.290 | 910 | -78,8 | 4.290 | 910 | -78,8 | 0 | 0 |
| Batata-inglesa | 5.610 | 6.480 | 15,5 | 5.610 | 6.480 | 15,5 | 0 | 0 |
| Cana-de-açúcar | 96.319 | 95.480 | -0,9 | 95.929 | 95.218 | -0,7 | 390 | 262 |
| Cebola | 5.954 | 5.901 | -0,9 | 5.954 | 5.901 | -0,9 | 0 | 0 |
| Feijão Total | 775.368 | 726.603 | -6,3 | 687.440 | 611.895 | -11,0 | 87.928 | 114.708 |
| Feijão 1ª Safra | 342.929 | 297.441 | -13,3 | 255.001 | 182.733 | -28,3 | 87.928 | 114.708 |
| Sequeiro | 230.147 | 189.604 | -17,6 | 142.717 | 91.016 | -36,2 | 87.430 | 98.588 |
| Irrigado | 2.070 | 1.545 | -25,4 | 2.070 | 1.545 | -25,4 | 0 | 0 |
| Caupi | 110.712 | 102.686 | -7,2 | 110.214 | 90.172 | -18,2 | 498 | 12.514 |
| Feijão 2ª Safra | 432.439 | 429.162 | -0,8 | 432.439 | 429.162 | -0,8 | 0 | 0 |
| Sequeiro | 404.273 | 400.894 | -0,8 | 404.273 | 400.894 | -0,8 | 0 | 0 |
| Irrigado | 10.687 | 9.087 | -15,0 | 10.687 | 9.087 | -15,0 | 0 | 0 |
| Caupi | 17.479 | 19.181 | 9,7 | 17.479 | 19.181 | 9,7 | 0 | 0 |
| Fumo | 11.939 | 11.329 | -5,1 | 11.939 | 11.329 | -5,1 | 0 | 0 |
| Mamona | 185.521 | 115.860 | -37,5 | 184.346 | 112.951 | -38,7 | 1.175 | 2.909 |
| Mandioca | 380.078 | 366.289 | -3,6 | 351.473 | 350.417 | -0,3 | 28.605 | 15.872 |
| Milho Total | 808.761 | 769.188 | -4,9 | 781.121 | 693.029 | -11,3 | 27.640 | 76.159 |
| Milho 1ª Safra | 427.140 | 394.936 | -7,5 | 399.500 | 318.777 | -20,2 | 27.640 | 76.159 |
| Sequeiro | 417.295 | 387.796 | -7,1 | 389.655 | 311.637 | -20,0 | 27.640 | 76.159 |
| Irrigado | 9.845 | 7.140 | -27,5 | 9.845 | 7.140 | -27,5 | 0 | 0 |
| Milho 2ª Safra | 381.621 | 374.252 | -1,9 | 381.621 | 374.252 | -1,9 | 0 | 0 |
| Sequeiro | 381.198 | 373.872 | -1,9 | 381.198 | 373.872 | -1,9 | 0 | 0 |
| Irrigado | 423 | 380 | -10,2 | 423 | 380 | -10,2 | 0 | 0 |
| Soja | 870.000 | 872.100 | 0,2 | 870.000 | 872.100 | 0,2 | 0 | 0 |
| Sorgo Granífero | 57.945 | 50.051 | -13,6 | 57.945 | 49.530 | -14,5 | 0 | 521 |
| Tomate | 5.256 | 4.802 | -8,6 | 5.256 | 4.802 | -8,6 | 0 | 0 |
| Trigo | 343 | 343 | 0,0 | 343 | 343 | 0,0 | 0 | 0 |
| **Lavouras Permanentes** | | | | | | | | |
| Banana | 62.424 | 70.358 | 12,7 | 62.336 | 69.685 | 11,8 | 88 | 673 |
| Cacau | 556.727 | 569.372 | 2,3 | 556.727 | 569.372 | 2,3 | 0 | 0 |
| Café | 145.957 | 158.213 | 8,4 | 145.957 | 156.986 | 7,6 | 0 | 1.227 |
| Castanha-de-cajú | 20.779 | 20.509 | -1,3 | 20.660 | 20.490 | -0,8 | 119 | 19 |
| Coco-da-baía | 81.604 | 81.246 | -0,4 | 81.547 | 80.823 | -0,9 | 57 | 423 |
| Dendê | nd | nd | - | nd | nd | - | - | - |
| Guaraná | 6.197 | 6.305 | 1,7 | 6.197 | 6.168 | -0,5 | 0 | 137 |
| Laranja | 50.593 | 50.663 | 0,1 | 50.441 | 50.433 | 0,0 | 152 | 230 |
| Mamão | 13.611 | 13.197 | -3,0 | 13.466 | 12.907 | -4,2 | 145 | 290 |
| Maracujá | nd | nd | - | nd | nd | - | | - |
| Pimenta-do-reino | 1.312 | 1.410 | 7,5 | 1.312 | 1.385 | 5,6 | 0 | 25 |
| Sisal | 226.458 | 246.299 | 8,8 | 220.558 | 246.299 | 11,7 | 5.900 | 0 |
| Uva | 3.422 | 3.142 | -8,2 | 3.422 | 3.092 | -9,6 | 0 | 50 |

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. Normalmente em razão da cultura estar na entressafra
[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2006 (dados sujeitos a retificação)
[4] Eqüivale à área plantada menos a área colhida

# Indústria

| Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Mar/2006 | | | | %|
|---|---|---|---|---|
| Classes e Gêneros | No Mês[1] | Mensal[2] | Acumulado no Ano [3] | Acumulado 12 meses [4] |
| **Indústria Geral** | **-0,7** | **5,9** | **6,6** | **4,8** |
| Extrativa mineral | 0,6 | -1,0 | 2,1 | -2,0 |
| Indústria de transformação | -0,5 | 6,3 | 6,8 | 5,2 |
| Alimentos e Bebidas | -4,0 | 1,9 | -3,0 | 4,0 |
| Celulose, papel e produtos de papel | -5,6 | 27,6 | 33,0 | 29,6 |
| Refino de petróleo e álcool | -3,3 | 8,0 | 11,1 | 7,1 |
| Produtos químicos | 1,1 | 1,6 | 0,8 | -1,2 |
| Borracha e plástico | -0,8 | 13,7 | 14,0 | 11,8 |
| Minerais não metálicos | 2,6 | 18,1 | 17,7 | 13,1 |
| Metalurgia básica | -6,8 | 7,8 | 10,2 | 4,3 |
| Veículos automotores | nd | -11,8 | -9,2 | 15,1 |

Fonte: IBGE
Elaboração: CAC - SEI
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

| Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Mar/2005 - Mar/2006 | | | | %|
|---|---|---|---|---|
| Períodos | No Mês [1] | Mensal [2] | Acumulado no Ano [3] | Acumulado 12 meses [4] |
| **Março/2005** | **1,1** | **-0,4** | **3,8** | **9,6** |
| Abril | 2,7 | 6,1 | 4,4 | 9,7 |
| Maio | -3,2 | 0,3 | 3,5 | 8,6 |
| Junho | 6,2 | -1,8 | 2,5 | 6,6 |
| Julho | -1,3 | 9,2 | 3,5 | 6,9 |
| Agosto | 3,2 | 11,4 | 4,5 | 7,3 |
| Setembro | -4,4 | 4,7 | 4,5 | 7,3 |
| Outubro | -2,0 | 1,9 | 4,3 | 6,8 |
| Novembro | 1,6 | 1,1 | 4,0 | 4,6 |
| Dezembro | 6,9 | 10,6 | 4,5 | 4,5 |
| Janeiro | -3,3 | 6,6 | 6,6 | 4,5 |
| Fevereiro | -0,5 | 7,6 | 7,1 | 4,7 |
| **Março/2006** | **-0,5** | **6,3** | **6,8** | **5,2** |

Fonte: IBGE
Elaboração: CAC - SEI

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

## Energia

| Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Mar/2006 | | | | %|
|---|---|---|---|---|
| Classes | No mês[3] | Mensal[4] | Acumulado no ano[5] | Acumulado 12 meses[6] |
| Rural/Irrigação | -17,5 | 30,5 | 23,5 | -0,8 |
| Residencial | 11,0 | 12,5 | 3,3 | 5,1 |
| Industrial[1] | 22,2 | 19,2 | -1,2 | -3,1 |
| Comercial | 8,5 | 9,6 | 1,6 | 5,2 |
| Utilidades Públicas[2] | 9,9 | 10,0 | 2,8 | 4,2 |
| Setor Público | 11,4 | 17,4 | 8,0 | 8,0 |
| Concessionária | 15,8 | 15,9 | 2,4 | 4,9 |
| **Total** | **9,8** | **14,2** | **3,6** | **2,9** |

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: CAC - SEI

[1] Consumo industrial corresponde à COELBA
[2] Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica
[3] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[4] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[5] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[6] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

## Serviços

| Pesquisa Mensal de Comércio - PMC<br>Variação mensal no volume de vendas no varejo[1] - Bahia: Mar/2006 | | | | %|
|---|---|---|---|---|
| Classes e Gêneros | No mês[2] | Mensal[3] | Acumulado no ano[4] | Acumulado 12 meses[5] |
| **Comércio Varejista** | **2,4** | **11,7** | **9,7** | **7,4** |
| Combustíveis e Lubrificantes | -2,2 | 4,0 | -1,2 | -11,4 |
| Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, Bebidas e Fumo | 6,1 | 10,1 | 10,1 | 6,7 |
| Hipermercados e Supermercados | 5,5 | 16,5 | 15,3 | 7,1 |
| Tecidos, Vestuário e Calçados | 4,5 | 8,7 | 7,1 | 15,7 |
| Móveis e Eletrodomésticos | 19,2 | 33,7 | 27,0 | 35,8 |
| Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos | nd | 4,4 | 6,6 | 12,1 |
| Livros, jornais, revistas e papelaria | nd | -18,4 | -22,8 | -4,3 |
| Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação | nd | 69,9 | 82,3 | 82,3 |
| Outros artigos de uso pessoal e doméstico | nd | 0,6 | 8,6 | 11,0 |
| **Veículos, Motos e Peças** | **14,3** | **39,2** | **22,9** | **12,1** |
| **Material de Construção** | **nd** | **6,4** | **4,3** | **nd** |

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

[1] Dados deflacionados pelo IPCA
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[5] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

## Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito
## Salvador: Set/2002 - Set/2003

%

| Períodos | Consultas | | | Inadimplências[1] | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | No mês[2] | Mensal[3] | Acumulado no Ano[4] | No mês[2] | Mensal[3] | Acumulado no Ano[4] |
| **Setembro 2002** | **-25,5** | **-45** | **4,2** | **48,5** | **-94,8** | **-51,4** |
| Outubro | 3,6 | -62,1 | -7,4 | -8,1 | -88,3 | -55,8 |
| Novembro | -4,9 | -62,9 | -15,5 | -7,4 | -83,7 | -57,8 |
| Dezembro | 11,8 | -62,8 | -22,1 | -6,3 | -95,2 | -64,9 |
| **Janeiro 2003** | **-10,5** | **-46,3** | **-46,3** | **-25,2** | **-89,0** | **-89,0** |
| Fevereiro | -12,5 | -40,3 | -43,6 | -6,3 | -90,5 | -89,7 |
| Março | -6,2 | -49,4 | -45,5 | 13,1 | -89,2 | -89,6 |
| Abril | 10,0 | -50,5 | -46,9 | 47,2 | -80,7 | -87,6 |
| Maio | 2,0 | -54,2 | -48,5 | -22,1 | -60,1 | -85,5 |
| Junho | -12,3 | -28,4 | -46,3 | 56,7 | -38,4 | -82,1 |
| Julho | 11,7 | -28,4 | -44,2 | -33,9 | -32,6 | -80,1 |
| Agosto | -3,7 | -36,3 | -43,4 | -24,7 | -16,0 | -78,5 |
| Setembro | 3,3 | -11,7 | -41,0 | 214,2 | 77,7 | -73,0 |

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

[1] Novos Registros
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

## Total de cheques compensados - Bahia: Abr/2005 - Abr/2006

%

| Períodos | Quantidade | | | Valor (R$) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | No mês[1] | Mensal[2] | Acumulado no Ano[3] | No mês[1] | Mensal[2] | Acumulado no Ano[3] |
| **Abril 2005** | **-12,5** | **-11,1** | **-7,3** | **-12,0** | **-8,7** | **4,8** |
| Maio | 12,6 | -2,3 | -6,3 | 11,9 | -2,6 | 4,3 |
| Junho | -7,4 | -7,9 | -6,6 | -5,6 | -6,2 | 3,7 |
| Julho | -2,7 | -11,9 | -7,3 | -2,9 | -11,4 | 2,9 |
| Agosto | 14,0 | -2,7 | -6,7 | 13,0 | -3,5 | 2,5 |
| Setembro | -8,5 | -0,1 | -6,1 | -7,6 | -5,8 | 2,1 |
| Outubro | 0,8 | -1,3 | -5,6 | 1,1 | -8,6 | 1,6 |
| Novembro | -1,5 | -10,1 | -6,0 | 0,6 | 0,0 | 1,5 |
| Dezembro | 1,5 | -9,0 | -6,3 | 5,0 | -11,3 | 0,9 |
| Janeiro | 6,3 | -0,8 | -0,8 | 3,3 | -2,1 | -4,9 |
| Fevereiro | -26,7 | -19,5 | -9,7 | -23,3 | -13,8 | -7,5 |
| Março | 37,4 | -0,2 | -6,4 | 31,2 | 4,7 | -3,5 |
| **Abril 2006** | **-23,2** | **-12,4** | **-7,8** | **-21,1** | **-6,2** | **-4,1** |

Fonte: Banco Central do Brasil

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

# Indicadores Sociais

## Emprego

**Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED**
**Taxas de desemprego e de participação**
**Região Metropolitana de Salvador - Abr/2006** %

| Taxas | RMS | Salvador | Demais Municípios |
|---|---|---|---|
| Desemprego Total | 24,4 | 23,5 | 28,1 |
| Desemprego Aberto | 15,3 | 14,6 | 18,0 |
| Desemprego Oculto | 9,1 | 8,9 | 10,1 |
| Participação (PEA/PIA) | 60,7 | 61,5 | 57,5 |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Taxa de desemprego aberto e taxa de participação**
**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Abr/2006** %

| Períodos | Taxa de desemprego aberto | | Taxa de participação | |
|---|---|---|---|---|
| | RMS | Salvador | RMS | Salvador |
| **Janeiro 2005** | **14,0** | **13,9** | **61,0** | **61,8** |
| Fevereiro | 13,4 | 12,8 | 60,5 | 60,9 |
| Março | 14,0 | 13,0 | 60,4 | 60,6 |
| Abril | 14,9 | 13,7 | 60,3 | 60,7 |
| Maio | 15,5 | 14,4 | 60,7 | 61,2 |
| Junho | 15,1 | 13,9 | 60,7 | 61,5 |
| Julho | 14,5 | 13,3 | 61,1 | 61,7 |
| Agosto | 14,3 | 13,0 | 61,1 | 61,5 |
| Setembro | 14,1 | 13,2 | 61,5 | 61,7 |
| Outubro | 14,1 | 13,1 | 61,4 | 61,7 |
| Novembro | 13,9 | 13,0 | 61,7 | 62,0 |
| Dezembro | 13,6 | 12,9 | 61,8 | 62,3 |
| **Janeiro 2006** | **13,9** | **13,4** | **61,8** | **62,3** |
| Fevereiro | 14,1 | 13,8 | 61,8 | 62,3 |
| Março | 14,9 | 14,4 | 61,1 | 61,7 |
| Abril | 15,3 | 14,6 | 60,7 | 61,5 |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

## Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 -Abr/2006

%

| Períodos | População Economicamente Ativa (PEA) | | | | | | Inativos maiores de 10 Anos | | Taxas | | Popula-ção total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | | Ocupados | | Desempregados | | | | | | |
| | Números absolutos[1] | Índice[2] | Números absolutos[1] | Índice[2] | Números absolutos[1] | Índice[2] | Números absolutos[1] | Índice[2] | Partici-pação (PEA/PIA) | Desemp. total (PEA/PIA) | |
| **Janeiro 2005** | **1.693** | **129,0** | **1.273** | **121,7** | **420** | **157,7** | **1.083** | **118,3** | **61,0** | **24,8** | **3.287** |
| Fevereiro | 1.683 | 128,3 | 1.269 | 121,3 | 414 | 155,5 | 1.099 | 120,1 | 60,5 | 24,6 | 3.293 |
| Março | 1.684 | 128,4 | 1.256 | 120,1 | 428 | 160,7 | 1.104 | 120,6 | 60,4 | 25,4 | 3.298 |
| Abril | 1.685 | 128,4 | 1.252 | 119,7 | 433 | 162,6 | 1.109 | 121,2 | 60,3 | 25,7 | 3.304 |
| Maio | 1.700 | 129,6 | 1.261 | 120,6 | 439 | 164,9 | 1.101 | 120,3 | 60,7 | 25,8 | 3.310 |
| Junho | 1.704 | 129,9 | 1.270 | 121,4 | 434 | 163,0 | 1.103 | 120,5 | 60,7 | 25,5 | 3.316 |
| Julho | 1.719 | 131,0 | 1.291 | 123,4 | 428 | 160,7 | 1.094 | 119,5 | 61,1 | 24,9 | 3.321 |
| Agosto | 1.723 | 131,3 | 1.299 | 124,2 | 424 | 159,2 | 1.096 | 119,8 | 61,1 | 24,6 | 3.327 |
| Setembro | 1.738 | 132,5 | 1.328 | 127,0 | 410 | 154,0 | 1.088 | 118,8 | 61,5 | 23,6 | 3.333 |
| Outubro | 1.739 | 132,5 | 1.334 | 127,5 | 405 | 152,1 | 1.093 | 119,4 | 61,4 | 23,3 | 3.339 |
| Novembro | 1.751 | 133,5 | 1.352 | 129,3 | 399 | 149,9 | 1.088 | 118,8 | 61,7 | 22,8 | 3.345 |
| Dezembro | 1.758 | 134,0 | 1.350 | 129,1 | 408 | 153,2 | 1.086 | 118,7 | 61,8 | 23,2 | 3.350 |
| **Janeiro 2006** | **1.762** | **134,3** | **1.344** | **128,5** | **418** | **157,0** | **1.089** | **119,0** | **61,8** | **23,7** | **3.356** |
| Fevereiro | 1.766 | 134,6 | 1.346 | 128,7 | 420 | 157,7 | 1.091 | 119,2 | 61,8 | 23,8 | 3.362 |
| Março | 1.750 | 133,4 | 1.318 | 126,0 | 432 | 162,2 | 1.114 | 121,7 | 61,1 | 24,7 | 3.368 |
| Abril | 1.742 | 132,8 | 1.317 | 125,9 | 425 | 159,6 | 1.128 | 123,3 | 60,7 | 24,4 | 3.374 |
| **Variação mensal** | | | | | | | | | | | |
| **Abr-06/Mar-06** | | **-0,5** | | **-0,1** | | **-1,6** | | **1,3** | **-0,7** | **-1,2** | |
| **Variação no ano** | | | | | | | | | | | |
| **Abr-06/Dez-05** | | **-0,9** | | **-2,4** | | **4,2** | | **3,9** | **-1,8** | **5,2** | |
| **Variação anual** | | | | | | | | | | | |
| **Abr-06/Abr-05** | | **3,4** | | **5,2** | | **-1,8** | | **1,7** | **0,7** | **-5,1** | |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000
[2] Base: Dezembro 1996 = 100

## Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
## Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Abr/2006

%

| Períodos | Setores de atividade econômica | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Indústria de transformação | Construção civil | Comércio | Serviços produção[1] | Serviços pessoais[2] | Serviços domésticos | Outros |
| **Janeiro 2005** | **8,6** | **4,9** | **16,3** | **32,3** | **26,4** | **10,0** | **1,5** |
| Fevereiro | 8,7 | 5,5 | 16,3 | 32,9 | 25,2 | 9,8 | 1,6 |
| Março | 8,8 | 5,4 | 15,9 | 33,7 | 25,6 | 9,1 | 1,5 |
| Abril | 8,9 | 5,7 | 16,4 | 32,5 | 26,3 | 8,9 | 1,3 |
| Maio | 9,1 | 5,1 | 16,0 | 31,5 | 27,7 | 9,2 | 1,4 |
| Junho | 9,2 | 4,8 | 16,2 | 31,2 | 27,5 | 9,6 | 1,5 |
| Julho | 9,3 | 4,1 | 16,2 | 31,8 | 27,4 | 9,7 | 1,5 |
| Agosto | 9,2 | 4,3 | 16,1 | 32,8 | 26,4 | 9,6 | 1,6 |
| Setembro | 9,3 | 4,3 | 16,0 | 33,2 | 26,2 | 9,4 | 1,6 |
| Outubro | 9,1 | 4,3 | 15,7 | 33,3 | 26,5 | 9,4 | 1,7 |
| Novembro | 9,6 | 4,2 | 16,1 | 32,1 | 27,1 | 9,3 | 1,6 |
| Dezembro | 9,7 | 4,6 | 16,2 | 31,5 | 26,8 | 9,4 | 1,8 |
| **Janeiro 2006** | **9,4** | **5,0** | **16,3** | **31,4** | **26,8** | **9,3** | **1,8** |
| Fevereiro | 8,9 | 5,4 | 16,6 | 31,6 | 26,3 | 9,6 | 1,6 |
| Março | 8,7 | 5,3 | 16,6 | 31,7 | 26,7 | 9,4 | 1,6 |
| Abril | 9,2 | 5,6 | 16,8 | 31,3 | 25,7 | 9,7 | 1,7 |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

[2] Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

## Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
## Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Abr/2006

%

| Períodos | Posição na ocupação | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Assalariados | | | | Autônomos | | | Empregador | Domésticos | Outros[1] |
| | Total | Ass. priv. c/ carteira | Ass. priv. S/ carteira | Ass. público | Total | Aut. trab. p/ público | Aut. trab. P/ empresa | | | |
| **Janeiro 2005** | **60,3** | **35,7** | **11,5** | **13,1** | **23,4** | **19,2** | **4,2** | **4,2** | **10,0** | **2,1** |
| Fevereiro | 60,5 | 36,0 | 11,2 | 13,3 | 23,3 | 19,3 | 4,0 | 4,4 | 9,8 | 2,0 |
| Março | 61,7 | 37,2 | 11,0 | 13,5 | 22,8 | 19,0 | 3,8 | 4,5 | 9,1 | 1,9 |
| Abril | 61,6 | 37,3 | 11,2 | 13,1 | 22,8 | 18,9 | 3,9 | 4,6 | 8,9 | 2,1 |
| Maio | 60,8 | 36,2 | 11,6 | 13,0 | 23,5 | 19,8 | 3,7 | 4,3 | 9,2 | 2,2 |
| Junho | 60,8 | 35,8 | 12,1 | 12,9 | 23,7 | 19,6 | 4,1 | 3,7 | 9,6 | 2,2 |
| Julho | 61,8 | 36,0 | 12,2 | 13,6 | 22,6 | 18,9 | 3,7 | 3,8 | 9,7 | 2,1 |
| Agosto | 62,1 | 36,5 | 12,0 | 13,6 | 22,3 | 18,4 | 3,9 | 3,9 | 9,6 | 2,1 |
| Setembro 2005 | 62,2 | 36,7 | 11,4 | 14,1 | 22,0 | 18,4 | 3,6 | 4,2 | 9,4 | 2,2 |
| Outubro | 62,1 | 36,6 | 11,3 | 14,1 | 22,3 | 18,7 | 3,5 | 3,8 | 9,4 | 2,4 |
| Novembro | 62,6 | 37,2 | 11,2 | 14,1 | 22,0 | 18,4 | 3,5 | 3,6 | 9,4 | 2,4 |
| Dezembro | 62,4 | 37,7 | 11,6 | 13,2 | 22,6 | 19,0 | 3,7 | 3,2 | 9,5 | 2,3 |
| **Janeiro 2006** | **61,8** | **37,5** | **11,8** | **12,4** | **23,2** | **19,4** | **3,9** | **3,6** | **9,2** | **2,1** |
| Fevereiro | 62,2 | 38,2 | 11,8 | 12,1 | 22,5 | 19,0 | 3,5 | 3,5 | 9,6 | 2,2 |
| Março | 62,4 | 37,8 | 11,6 | 12,9 | 21,7 | 18,5 | 3,1 | 4,1 | 9,4 | 2,5 |
| Abril | 62,5 | 37,3 | 11,7 | 13,5 | 21,4 | 18,5 | 2,9 | 3,7 | 9,7 | 2,7 |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

# Rendimento

**Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal[1]**
**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Mar/2006** R$

| Períodos | Rendimento médio real | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ocupados[1] | | | Assalariados[2] | | |
| | Valor absoluto[3] | | Índice[4] | Valor absoluto[3] | | Índice[4] |
| | Média | Mediana | | Média | Mediana | |
| **Janeiro 2005** | **735** | **396** | **79,7** | **847** | **488** | **80,0** |
| Fevereiro | 763 | 417 | 82,6 | 867 | 507 | 81,9 |
| Março | 791 | 417 | 85,7 | 897 | 510 | 84,8 |
| Abril | 762 | 403 | 82,5 | 869 | 479 | 82,1 |
| Maio | 749 | 393 | 81,2 | 854 | 471 | 80,7 |
| Junho | 731 | 401 | 79,3 | 841 | 475 | 79,5 |
| Julho | 740 | 417 | 80,2 | 857 | 502 | 81,0 |
| Agosto | 749 | 418 | 81,1 | 867 | 522 | 81,9 |
| Setembro | 747 | 417 | 81,0 | 866 | 518 | 81,8 |
| Outubro | 746 | 415 | 80,8 | 851 | 512 | 80,4 |
| Novembro | 735 | 410 | 79,7 | 848 | 511 | 80,1 |
| Dezembro | 733 | 410 | 79,4 | 831 | 508 | 78,5 |
| **Janeiro 2006** | **748** | **409** | **81,0** | **849** | **507** | **80,2** |
| Fevereiro | 755 | 406 | 81,8 | 853 | 504 | 80,6 |
| Março | 744 | 403 | 80,6 | 860 | 502 | 81,2 |
| **Variação mensal** | | | | | | |
| **Abr-06/Mar-06** | **-1,4** | **-0,8** | **-1,4** | **0,8** | **-0,4** | **0,8** |
| **Variação no ano** | | | | | | |
| **Abr-06/Dez-05** | **1,5** | **-1,8** | **1,5** | **3,5** | **-1,2** | **3,5** |
| **Variação anual** | | | | | | |
| **Abr-06/Abr-05** | **-5,9** | **-3,3** | **-5,9** | **-4,2** | **-1,5** | **-4,2** |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores tamiliares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício
[2] Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês
[3] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Outubro 2004
[4] Índice de variação da média. Base: Dezembro-1996=100

**Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução[1]**
**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Mar/2006** R$

| Períodos | Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Analfabetos | 1º Grau incompleto | 1º Grau completo/ 2º incompleto | 2º Grau completo/ 3º incompleto | 3º Grau completo |
| **Janeiro 2005** | **253** | **362** | **438** | **790** | **2.275** |
| Fevereiro | 270 | 370 | 464 | 803 | 2.253 |
| Março | 287 | 368 | 467 | 811 | 2.321 |
| Abril | 288 | 360 | 469 | 775 | 2.280 |
| Maio | 282 | 367 | 463 | 763 | 2.312 |
| Junho | 263 | 375 | 446 | 751 | 2.295 |
| Julho | 273 | 380 | 449 | 775 | 2.274 |
| Agosto | 293 | 387 | 448 | 788 | 2.236 |
| Setembro | 288 | 375 | 445 | 789 | 2.176 |
| Outubro | 263 | 365 | 447 | 794 | 2.191 |
| Novembro | 248 | 349 | 452 | 777 | 2.172 |
| Dezembro | 274 | 361 | 481 | 778 | 2.189 |
| **Janeiro 2006** | **288** | **373** | **502** | **772** | **2.189** |
| Fevereiro | 275 | 375 | 497 | 786 | 2.199 |
| Março | 254 | 369 | 479 | 773 | 2.214 |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Março de 2006

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador[1]**
**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Mar/2006** R$

| Períodos | Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Setor de atividade | | | Carteira de trabalho | |
| | | Indústria | Comércio | Serviços | Assinada | Não-Assinada |
| **Janeiro 2005** | **719** | **973** | **541** | **724** | **808** | **417** |
| Fevereiro | 730 | 972 | 543 | 736 | 817 | 423 |
| Março | 760 | 1107 | 576 | 733 | 848 | 448 |
| Abril | 734 | 1050 | 556 | 701 | 820 | 446 |
| Maio | 722 | 1015 | 562 | 696 | 811 | 447 |
| Junho | 693 | 897 | 560 | 685 | 776 | 428 |
| Julho | 697 | 914 | 591 | 680 | 781 | 426 |
| Agosto | 703 | 964 | 571 | 682 | 782 | 432 |
| Setembro | 711 | 1050 | 566 | 675 | 791 | 440 |
| Outubro | 708 | 1038 | 543 | 674 | 789 | 429 |
| Novembro | 711 | 1037 | 582 | 670 | 794 | 428 |
| Dezembro | 699 | 996 | 583 | 668 | 785 | 413 |
| **Janeiro 2006** | **715** | **996** | **588** | **703** | **797** | **432** |
| Fevereiro | 719 | 1045 | 567 | 691 | 807 | 420 |
| Março | 716 | 1041 | 524 | 691 | 802 | 422 |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Março de 2006

## Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal[1]

### Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Mar/2006

R$

| Períodos | Rendimento real trimestral | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ocupados[2] | | | | | Assalariados[3] | | | | |
| | 10% ganham até | 25% ganham até | 50% ganham até | 75% ganham até | 90% ganham até | 10% ganham até | 25% ganham até | 50% ganham até | 75% ganham até | 90% ganham até |
| **Janeiro 2005** | **129** | **278** | **396** | **762** | **1.618** | **278** | **323** | **488** | **907** | **1.737** |
| Fevereiro | 140 | 278 | 417 | 853 | 1.619 | 278 | 324 | 507 | 961 | 1.815 |
| Março | 159 | 278 | 417 | 851 | 1.713 | 276 | 321 | 510 | 960 | 1.928 |
| Abril | 138 | 276 | 403 | 808 | 1.601 | 275 | 319 | 479 | 952 | 1.868 |
| Maio | 127 | 275 | 393 | 756 | 1.595 | 275 | 317 | 471 | 850 | 1.886 |
| Junho | 126 | 275 | 401 | 741 | 1.587 | 275 | 313 | 475 | 846 | 1.776 |
| Julho | 126 | 313 | 417 | 795 | 1.571 | 313 | 314 | 502 | 930 | 1.869 |
| Agosto | 125 | 313 | 418 | 836 | 1.620 | 313 | 334 | 522 | 940 | 1.827 |
| Setembro | 125 | 311 | 417 | 830 | 1.660 | 311 | 345 | 518 | 941 | 1.868 |
| Outubro | 154 | 308 | 415 | 811 | 1.567 | 308 | 334 | 512 | 933 | 1.775 |
| Novembro | 153 | 306 | 410 | 769 | 1.556 | 306 | 328 | 511 | 919 | 1.800 |
| Dezembro | 152 | 305 | 410 | 808 | 1.539 | 305 | 326 | 508 | 904 | 1.642 |
| **Janeiro 2006** | **152** | **303** | **409** | **807** | **1.614** | **303** | **337** | **507** | **914** | **1.801** |
| Fevereiro | 151 | 302 | 406 | 804 | 1.614 | 302 | 343 | 504 | 907 | 1.810 |
| Março | 150 | 300 | 403 | 800 | 1.513 | 300 | 340 | 502 | 905 | 1.800 |

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Março de 2006

[2] Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

[3] Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

# Emprego Formal

**Flutuação Mensal do Emprego**
**Bahia: Jan/2005 - Abr/2006**

| Períodos | Saldo líquido (Admissões - desligamentos) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Total[1] | Ind. Trans. | Const. Civil | Comércio | Serviços |
| **2005** | **63.952** | **10.810** | **9.507** | **15.552** | **28.003** |
| Janeiro | 4.882 | 1.133 | 1.455 | 1.269 | 1.299 |
| Fevereiro | 3.112 | 786 | -640 | 717 | 1.111 |
| Março | 6.426 | 1.665 | 1.418 | -154 | 2.847 |
| Abril | 9.387 | 1.334 | 1.061 | 1.001 | 4.806 |
| Maio | 9.511 | 810 | 1.093 | 1.557 | 1.488 |
| Junho | 9.807 | 1.576 | 787 | 2.348 | 2.720 |
| Julho | 7.377 | 540 | 2.454 | 735 | 3.458 |
| Agosto | 6.047 | 464 | 1.961 | 1.465 | 3.713 |
| Setembro | 5.975 | 2.354 | 1.616 | 1.604 | 2.322 |
| Outubro | 4.564 | 1.448 | -577 | 1.785 | 3.166 |
| Novembro | 2.655 | -374 | 211 | 2.360 | 2.539 |
| Dezembro | -5.791 | -926 | -1.332 | 865 | -1.466 |
| **2006** | **12.413** | **2.415** | **1.107** | **1.611** | **4.298** |
| Janeiro | 6.994 | 569 | 1.592 | 1.074 | 2.890 |
| Fevereiro | 2.449 | -320 | 173 | 607 | 1.853 |
| Março | 101 | 782 | 69 | -841 | -1.346 |
| Abril | 2.869 | 1.384 | -727 | 771 | 901 |
| **Maio/05 - Abr/06** | **52.558** | **8.307** | **7.320** | **14.330** | **22.238** |

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

[1] Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

## Flutuação Mensal do Emprego
## Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Abr/2006

| Períodos | Saldo líquido (Admissões - desligamentos) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Total[1] | Ind. transf. | Const. civil | Comércio | Serviços |
| **2005** | **36.057** | **3.555** | **6.414** | **5.322** | **21.610** |
| Janeiro | -175 | 389 | 760 | 450 | 783 |
| Fevereiro | 974 | -174 | -343 | 358 | 1.199 |
| Março | 3.358 | 547 | 785 | -199 | 1.959 |
| Abril | 4.514 | 647 | 516 | 256 | 2.882 |
| Maio | 1.713 | -39 | 562 | 293 | 479 |
| Junho | 3.253 | 425 | 543 | 611 | 1.615 |
| Julho | 5.217 | 563 | 1.883 | -69 | 2.702 |
| Agosto | 5.547 | 252 | 1.429 | 419 | 3.203 |
| Setembro | 5.145 | 725 | 1.119 | 876 | 2.325 |
| Outubro | 4.419 | 481 | -66 | 859 | 2.832 |
| Novembro | 2.932 | -2 | -350 | 1.147 | 2.098 |
| Dezembro | -840 | -259 | -424 | 321 | -467 |
| **2006** | **3.675** | **794** | **664** | **480** | **1.678** |
| Janeiro | 3.315 | 610 | 1.356 | 327 | 986 |
| Fevereiro | 1.371 | 226 | 97 | 302 | 790 |
| Março | -1.386 | -48 | 17 | -535 | -859 |
| Abril | 375 | 6 | -806 | 386 | 761 |
| **Maio/05 - Abr/06** | **31.061** | **2.940** | **5.360** | **4.937** | **16.465** |

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

[1] Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

# Finanças Públicas

## União

**Demonstrativo das Receitas da União**
**Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Mar/2006** — **R$ 1.000**

| Receitas | Previsão inicial (a) | Previsão atualizada (b) | Receitas realizadas | | | | Saldo a realizar (b-d) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Fev-Mar/ 2006 (c) | % (c/b) | Até o bim. (d) | % (d/b) | |
| **Receitas Correntes** | - | - | **89.893.886** | - | **139.567.189** | - | **(139.567.189)** |
| Receita Tributária | - | - | 26.781.290 | - | 40.790.476 | - | (40.790.476) |
| Receita de Contribuições | - | - | 47.811.704 | - | 73.488.917 | - | (73.488.917) |
| Receita Patrimonial | - | - | 4.688.297 | - | 9.068.383 | - | (9.068.383) |
| Receita Agropecuária | - | - | 8.310 | - | 10.115 | - | (10.115) |
| Receita Industrial | - | - | 57.582 | - | 96.135 | - | (96.135) |
| Receita de Serviços | - | - | 3.473.823 | - | 6.951.929 | - | (6.951.929) |
| Transferências Correntes | - | - | 52.712 | - | 63.832 | - | (63.832) |
| Outras Receitas Correntes | - | - | 7.020.167 | - | 9.097.402 | - | (9.097.402) |
| **Receitas de Capital** | - | - | **21.566.059** | - | **53.331.484** | - | **(53.331.484)** |
| Operações de Crédito (1) | - | - | 12.881.733 | - | 40.341.472 | - | (40.341.472) |
| Alienação de Bens | - | - | 285.301 | - | 712.388 | - | (712.388) |
| Amortizações de Empréstimos | - | - | 3.233.660 | - | 4.584.962 | - | (4.584.962) |
| Transferências de Capital | - | - | 5.690 | - | 9.976 | - | (9.976) |
| Outras Receitas de Capital | - | - | 5.159.675 | - | 7.682.686 | - | (7.682.686) |
| **Subtotal das Receitas (I)** | **-** | **-** | **111.459.945** | - | **192.898.673** | - | **(192.898.673)** |
| **Operações de Crédito - Refinanciamento (II)** | **-** | **-** | **39.260.485** | - | **64.368.526** | - | **(64.368.526)** |
| Operações de Crédito Internas | **-** | **-** | **37.217.526** | - | **60.041.567** | - | **(60.041.567)** |
| Operações de Crédito Externas | **-** | **-** | **2.042.959** | - | **4.326.959** | - | **(4.326.959)** |
| **Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)** | **-** | **-** | **150.720.430** | - | **257.267.199** | - | **(257.267.199)** |
| **Déficit (IV)** | **-** | **-** | **-** | - | **-** | - | - |
| **Total (V)=(III+IV)** | **-** | **-** | **150.720.430** | - | **257.267.199** | - | **(257.267.199)** |
| **Saldo de Exercícios Anteriores** | **-** | **-** | **-** | - | **484** | - | **-** |

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

## Demonstrativo das Despesas da União
## Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Mar/2006

R$ 1.000

| Despesas | Dotação inicial (a) | Créditos adicionais (b) | Dotação atualizada (c)=a+b) | Despesas empenhadas | | Despesas liquidadas | | % (g/c) | Saldo a liquidar (c-g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Fev-Mar/2006 (d) | Até o Bimestre (e) | Fev-Mar/2006 (f) | Até o Bimestre (g) | | |
| **Despesas Correntes** | **606.179.036** | **220.702** | **606.399.738** | **45.603.553** | **414.364.832** | **76.166.631** | **122.614.747** | **20,2** | **483.784.991** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 101.916.416 | - | 101.916.416 | 6.742.478 | 71.454.384 | 15.427.607 | 24.800.657 | 24,3 | 77.115.759 |
| Juros e Encargos da Dívida | 179.525.234 | - | 179.525.234 | 137.154 | 178.612.531 | 13.918.171 | 26.018.474 | 14,5 | 153.506.760 |
| Outras Despesas Correntes | 324.737.386 | 220.702 | 324.958.088 | 38.723.921 | 164.297.917 | 46.820.853 | 71.795.616 | 22,1 | 253.162.472 |
| Transf. a Estados, DF e Munícipios | 112.386.717 | - | 112.386.717 | 6.260.861 | 96.686.184 | 15.135.013 | 23.760.936 | 21,1 | 88.625.781 |
| Benefícios Previdenciários | 155.642.222 | - | 155.642.222 | 23.104.151 | 34.711.204 | 23.097.095 | 34.700.554 | 22,3 | 120.941.668 |
| Demais Despesas Correntes | 56.708.447 | 220.702 | 56.929.149 | 9.358.909 | 32.900.529 | 8.588.745 | 13.334.126 | 23,4 | 43.595.023 |
| **Despesas de Capital** | **104.566.993** | **1.761.703** | **106.328.696** | **703.327** | **97.655.030** | **2.170.983** | **15.015.049** | **14,1** | **91.313.647** |
| Investimentos | 229.549 | 1.758.758 | 1.988.307 | 293.825 | 293.825 | 929 | 929 | 0,0 | 1.987.378 |
| Inversões Financeiras | 11.844.395 | 2.945 | 11.847.340 | 29.328 | 11.840.633 | 1.477.078 | 2.164.430 | 18,3 | 9.682.910 |
| Amortização da Dívida | 92.493.049 | - | 92.493.049 | 380.174 | 85.520.572 | 692.976 | 12.849.690 | 13,9 | 79.643.359 |
| **Reserva de Contingência** | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Subtotal das Despesas (I)** | **710.746.029** | **1.982.405** | **712.728.434** | **46.306.880** | **512.019.862** | **78.337.614** | **137.629.796** | **19,3** | **575.098.638** |
| **Amortização da Dívida Refinancia-mento (II)** | **834.588.711** | **0** | **834.588.711** | **4.230.279** | **834.588.711** | **41.074.893** | **80.621.188** | **9,7** | **753.967.523** |
| Refinanciamento da Dívida Mobiliária | 826.884.493 | 0 | 826.884.493 | 4.230.279 | 826.884.493 | 38.994.280 | 78.533.460 | 9,5 | 748.351.033 |
| Refinanciamento de Outras Dívidas | 7.704.218 | 0 | 7.704.218 | 0 | 7.704.218 | 2.080.613 | 2.087.728 | 27,1 | 5.616.490 |
| **Subtotal com Refinancia-mento (III) = (I+II)** | **1.545.334.740** | **1.982.405** | **1.547.317.145** | **50.537.159** | **1.346.608.573** | **119.412.507** | **218.250.984** | **14,1** | **1.329.066.161** |
| **Superávit (IV)** | - | - | - | - | - | - | **39.016.215** | - | - |
| **Total (III+IV)** | **1.545.334.740** | **1.982.405** | **1.547.317.145** | **50.537.159** | **1.346.608.573** | **119.412.507** | **257.267.199** | - | **1.329.066.161** |

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

# Estado

## Balanço Orçamentário - Receita
## Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/2006

R$ 1.000

| Receitas | Previsão Inicial | Previsão Atualizada | Receitas Realizadas | | | | Saldo a Realizar (a-c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Bim. Mar/Abr | % | No exercício | % | |
| | | (a) | (b) | (b/a) | (c) | (c/a) | |
| **Receitas Correntes** | **15.484.891** | **15.510.795** | **2.446.466** | **15,77** | **2.446.466** | **15,77** | **13.064.329** |
| Receita Tributária | 8.800.006 | 8.800.006 | 1.350.297 | 15,34 | 1.350.297 | 15,34 | 7.449.709 |
| Impostos | 8.550.199 | 8.550.199 | 1.311.411 | 15,34 | 1.311.411 | 15,34 | 7.238.788 |
| Taxas | 249.807 | 249.807 | 38.886 | 15,57 | 38.886 | 15,57 | 210.920 |
| Contribuição de Melhoria | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita de Contribuições | 1.603.995 | 1.603.995 | 259.562 | 16,18 | 259.562 | 16,18 | 1.344.434 |
| Contribuições Sociais | 1.603.995 | 1.603.995 | 259.562 | 16,18 | 259.562 | 16,18 | 1.344.434 |
| Contribuições Econômicas | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita Patrimonial | 129.018 | 129.018 | 28.161 | 21,83 | 28.161 | 21,83 | 100.857 |
| Receitas Imobiliárias | 7.986 | 7.986 | 1.376 | 17,24 | 1.376 | 17,24 | 6.610 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 115.389 | 115.389 | 26.105 | 22,62 | 26.105 | 22,62 | 89.284 |
| Receitas de Concessões e Permissões | 5.550 | 5.550 | 538 | 9,69 | 538 | 9,69 | 5.012 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 93 | 93 | 141 | 151,61 | 141 | 152,49 | (49) |
| Receita Agropecuária | 1.635 | 1.635 | - | - | - | - | 1.635 |
| Receita da Produção Vegetal | 150 | 150 | - | - | - | - | 150 |
| Receita da Produção Animal e Derivados | 1.205 | 1.205 | - | - | - | - | 1.205 |
| Outras Receitas Agropecuárias | 280 | 280 | - | - | - | - | 280 |
| Receita Industrial | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 |
| Receita da Indústria de Transformação | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 |
| Receita da Indústria de Construção | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas Industriais | - | - | - | - | - | - | - |
| Receita de Serviços | 79.558 | 83.638 | 11.147 | 13,33 | 11.147 | 13,33 | 72.492 |
| Receita de Serviços | 79.558 | 83.638 | 11.147 | 13,33 | 11.147 | 13,33 | 72.492 |
| Transferências Correntes | 5.497.055 | 5.507.897 | 875.397 | 15,89 | 875.397 | 15,89 | 4.632.500 |
| Transferências Intergovernamentais | 5.331.744 | 5.331.744 | 856.422 | - | 856.422 | 16,06 | 4.475.321 |
| Transferências de Instituições Privadas | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências do Exterior | 1.183 | 1.183 | 29 | - | 29 | 2,45 | 1.154 |
| Transferências de Pessoas | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de Convênios | 164.128 | 174.971 | 18.946 | 10,83 | 18.946 | 10,83 | 156.025 |
| Transferências para o Combate à Fome | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | 790.586 | 801.567 | 138.298 | 17,25 | 138.298 | 17,25 | 663.269 |
| Multas e Juros de Mora | 128.797 | 128.797 | 18.337 | 14,24 | 18.337 | 14,24 | 110.460 |
| Indenizações e Restituições | 28.752 | 28.752 | 3.872 | 13,47 | 3.872 | 13,47 | 24.880 |
| Receita da Dívida Ativa | 7.339 | 7.339 | 1.015 | 13,83 | 1.015 | 13,83 | 6.324 |
| Receitas Diversas | 625.697 | 636.678 | 115.074 | 18,07 | 115.074 | 18,07 | 521.605 |
| Conta Retificadora da Receita Orçamentária | (1.417.061) | (1.417.061) | (216.395) | 15,27 | (216.395) | 15,27 | (1.200.666) |
| **Receitas de Capital** | **941.058** | **941.968** | **46.533** | **4,94** | **46.533** | **4,94** | **895.435** |
| Operações de Crédito | 698.573 | 698.573 | 41.269 | 5,91 | 41.269 | 5,91 | 657.305 |
| Operações de Crédito Internas | 383.402 | 383.402 | 24.202 | 6,31 | 24.202 | 6,31 | 359.200 |
| Operações de Crédito Externas | 315.171 | 315.171 | 17.067 | 5,42 | 17.067 | 5,42 | 298.104 |
| Alienação de Bens | 37.727 | 38.636 | 1.961 | 5,08 | 1.961 | 5,08 | 36.675 |
| Alienação de Bens Móveis | 33.170 | 33.170 | 851 | 2,57 | 851 | 2,57 | 32.318 |
| Alienação de Bens Imóveis | 4.557 | 5.467 | 1.110 | 20,30 | 1.110 | 20,30 | 4.357 |
| Amortização de Empréstimos | 5.132 | 5.132 | 395 | | 395 | 7,70 | 4.737 |
| Amortização de Empréstimos Imobiliários | 5.132 | 5.132 | 395 | | 395 | | 4.737 |
| Transferências de Capital | 196.387 | 196.387 | 2.908 | 1,48 | 2.908 | 1,48 | 193.479 |
| Transferências Intergovernamentais | 12.716 | 12.716 | - | - | - | - | 12.716 |
| Transferências de Instituições Privadas | 71 | 71 | - | - | - | - | 71 |
| Transferências do Exterior | 300 | 300 | - | - | - | - | 300 |
| Transferências de Pessoas | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de Convênios | 183.300 | 183.300 | 2.908 | 1,59 | 2.908 | 1,59 | 180.392 |
| Transferências para o Combate à Fome | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | 3.240 | 3.240 | - | - | - | - | 3.240 |
| Integralização do Capital Social | - | - | - | - | - | - | - |
| Div. Atv. Prov. Da Amortiz. De Emp. E Financ. | - | - | - | - | - | - | - |
| Restituições | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas | 3.240 | 3.240 | - | - | | - | 3.240 |
| **Subtotal das Receitas (I)** | **16.425.949** | **16.452.763** | **2.492.999** | **15,15** | **2.492.999** | **15,15** | **13.959.764** |

Continua...

## Balanço Orçamentário - Receita
## Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/2006

R$ 1.000

| Receitas | Previsão Inicial | Previsão Atualizada | Receitas Realizadas | | | | Saldo a Realizar (a-c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Bim. Mar/Abr | % | No exercício | % | |
| | | (a) | (b) | (b/a) | (c) | (c/a) | |
| **Operações de Crédito - Refinanciamento (II)** | - | - | - | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Internas | - | - | - | - | - | - | - |
| Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - | - |
| Para Refinanciamento de Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Externas | - | - | - | - | - | - | - |
| Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - | - |
| Para Refinanciamento de Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - | - |
| **Subtotal com Refinanciamentos (III=(I+II)** | **16.425.949** | **16.452.763** | **2.492.999** | **15,15** | **2.492.999** | **15,15** | **13.959.764** |
| **Déficit (IV)** | - | - | - | - | - | - | - |
| **Total (V)= (III+IV)** | **16.425.949** | **16.452.763** | **2.492.999** | **15,15** | **2.492.999** | **15,15** | **13.959.764** |
| **Saldos de Exercícios Anteriores** | - | - | - | - | **10.981** | - | - |

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

## Balanço Orçamentário - Despesa
## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Fev/2006

R$ 1.000

| Despesas | Dotação inicial | Créditos adicionais | Dotação atualizada | Despesas empenhadas | | Despesas liquidadas | | Saldo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Bim. Jan-Fev | No Exercício | Bim. Jan-Fev | No Exercício | |
| **Despesas Correntes** | **13.650.484** | **12.375** | **13.662.859** | **1.956.047** | **1.956.047** | **1.840.492** | **1.840.492** | **11.822.367** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 6.991.340 | 3.855 | 6.995.195 | 1.134.110 | 1.134.110 | 1.115.331 | 1.115.331 | 5.879.864 |
| Juros e Encargos da Dívida | 805.880 | 1.000 | 806.880 | 81.231 | 81.231 | 81.231 | 81.231 | 725.649 |
| Outras Despesas Correntes | 5.853.264 | 7.520 | 5.860.784 | 740.707 | 740.707 | 643.930 | 643.930 | 5.216.854 |
| **Despesas de Capital** | **2.743.965** | **14.439** | **2.758.404** | **243.875** | **243.875** | **226.704** | **226.704** | **2.531.701** |
| Investimentos | 1.611.710 | 12.248 | 1.623.959 | 45.462 | 45.462 | 28.294 | 28.294 | 1.595.665 |
| Inversões Financeiras | 135.869 | (9) | 135.860 | 13.650 | 13.650 | 13.648 | 13.648 | 122.212 |
| Amortização da Dívida | 996.385 | 2.200 | 998.585 | 184.762 | 184.762 | 184.762 | 184.762 | 813.824 |
| **Reserva de Contingência** | **31.500** | - | **31.500** | - | - | - | - | **31.500** |
| **Subtotal das Despesas (VIII)** | **16.425.949** | **26.814** | **16.452.763** | **2.199.922** | **2.199.922** | **2.067.196** | **2.067.196** | **14.385.567** |
| **Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Amortização da Dívida Interna** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Amortização da Dívida Externa** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Subtotal com Refinanciamento (X)= (VIII+IX)** | **16.425.949** | **26.814** | **16.452.763** | **2.199.922** | **2.199.922** | **2.067.196** | **2.067.196** | **14.385.567** |
| **Superávit (XI)** | - | - | - | - | - | - | | - |
| **Total (XII)=X+XI** | **16.425.949** | **26.814** | **16.452.763** | **2.199.922** | **2.199.922** | **2.067.196** | **2.067.196** | **14.385.567** |

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

**Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 - Mar/2006** R$ 1.000

| Períodos | ICMS | | Outras | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 | 2006 |
| Janeiro | 636.043 | 617.773 | 30.157 | 52.834 | 666.200 | 670.607 |
| Fevereiro | 525.513 | 601.436 | 63.017 | 78.254 | 588.530 | 679.690 |
| Março | 486.953 | 567.745 | 48.790 | 58.047 | 535.743 | 625.792 |
| Abril | 526.342 | | 67.908 | | 594.250 | |
| Maio | 601.883 | | 66.249 | | 668.132 | |
| Junho | 616.439 | | 65.828 | | 682.267 | |
| Julho | 514.707 | | 85.607 | | 600.314 | |
| Agosto | 490.534 | | 82.891 | | 573.425 | |
| Setembro | 625.826 | | 77.998 | | 703.824 | |
| Outubro | 634.026 | | 52.120 | | 686.146 | |
| Novembro | 618.966 | | 49.475 | | 668.441 | |
| Dezembro | 599.895 | | 82.788 | | 682.683 | |
| **Total** | **6.877.127** | | **772.828** | | **7.649.955** | |

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI

**Arrecadação mensal da Receita Tributária[1] - Bahia: Jan/2005 - Mar/2006** R$ 1.000

| Períodos | ICMS | | Outras | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2006 | 2005 | 2006 | 2005 | 2006 |
| Janeiro | 643.057 | 614.638 | 30.490 | 52.566 | 673.546 | 667.204 |
| Fevereiro | 529.168 | 598.729 | 63.455 | 77.902 | 592.623 | 676.631 |
| Março | 485.548 | 567.745 | 48.649 | 58.047 | 534.198 | 625.792 |
| Abril | 522.185 | | 67.372 | | 589.557 | |
| Maio | 598.651 | | 65.893 | | 664.544 | |
| Junho | 615.897 | | 65.770 | | 681.667 | |
| Julho | 516.338 | | 85.878 | | 602.216 | |
| Agosto | 495.986 | | 83.812 | | 579.798 | |
| Setembro | 633.618 | | 78.969 | | 712.587 | |
| Outubro | 637.878 | | 52.437 | | 690.315 | |
| Novembro | 620.673 | | 49.611 | | 670.285 | |
| Dezembro | 601.157 | | 82.962 | | 684.119 | |
| **Total** | **6.900.156** | | **775.299** | | **7.675.455** | |

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP
Elaboração:SEI
[1] Valores atualizados a preços de Março/2006 pelo IGP-DI/FGV

## Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 - Mar/2006

R$ 1.000

| Períodos | Receitas | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | FPE | | IPI-EXP | | CIDE | | FUNDEF UNIÃO | | Outras | | Total | |
| | No mês | Até o mês | No mês | Até o mês | No mês | Até o mês | No mês | Até o mês | No mês | Até o mês | No mês | Até o mês |
| **Janeiro 2005** | **213.700** | **213.700** | **10.766** | **10.766** | **21.084** | **21.084** | **17.367** | **17.367** | **9.217** | **9.217** | **272.134** | **272.134** |
| Fevereiro | 187.072 | 400.772 | 9.167 | 19.933 | - | 21.084 | 15.236 | 32.603 | 9.217 | 18.433 | 220.692 | 492.826 |
| Março | 179.413 | 580.185 | 9.168 | 29.101 | - | 21.084 | 14.592 | 47.196 | 9.217 | 27.650 | 212.389 | 705.215 |
| Abril | 194.791 | 774.976 | 10.609 | 39.710 | 21.274 | 42.358 | 15.788 | 62.984 | 9.217 | 36.867 | 251.680 | 956.895 |
| Maio | 219.866 | 994.842 | 10.347 | 50.057 | - | 42.358 | 17.453 | 80.437 | 9.217 | 46.083 | 256.883 | 1.213.778 |
| Junho | 213.015 | 1.207.857 | 8.594 | 58.651 | - | 42.358 | 17.116 | 97.553 | 9.217 | 55.300 | 247.942 | 1.461.720 |
| Julho | 174.920 | 1.382.778 | 8.756 | 67.407 | 22.431 | 64.789 | 14.183 | 111.736 | 9.217 | 64.517 | 229.507 | 1.691.227 |
| Agosto | 179.965 | 1.562.743 | 10.832 | 78.239 | - | 64.789 | 14.653 | 126.389 | 9.217 | 73.733 | 214.666 | 1.905.894 |
| Setembro | 150.327 | 1.713.070 | 10.620 | 88.859 | - | 64.789 | 12.357 | 138.746 | 9.217 | 82.950 | 182.521 | 2.088.415 |
| Outubro | 174.078 | 1.887.148 | 11.491 | 100.350 | 22.385 | 87.175 | 14.224 | 152.970 | 9.217 | 92.167 | 231.395 | 2.319.810 |
| Novembro | 210.430 | 2.097.578 | 11.895 | 112.245 | - | 87.175 | 17.045 | 170.015 | 9.217 | 101.383 | 248.586 | 2.568.396 |
| Dezembro | 295.024 | 2.392.602 | 13.220 | 125.465 | - | 87.175 | 24.118 | 194.132 | 22.639 | 124.023 | 355.000 | 2.923.396 |
| **Janeiro 2006** | **242.173** | **242.173** | **12.638** | **12.638** | **22.090** | **22.090** | **18.191** | **18.191** | **13.422** | **13.422** | **308.514** | **308.514** |
| Fevereiro | 208.287 | 450.461 | 10.696 | 23.334 | - | 22.090 | 15.639 | 33.830 | - | 13.422 | 234.622 | 543.136 |
| Março | 196.780 | 647.240 | 9.885 | 33.219 | | -22.090 | 14.821 | 48.650 | - | 13.422 | 221.486 | 764.622 |

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

# Município

**Balanço Orçamentário[1]**
**Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Fev/2006** **R$ 1.000**

| Receitas | Previsão inicial | Previsão atualizada (a) | Receitas realizadas | | | | Saldo a realizar (b-c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Jan-Fev/ 2006 (b) | % b/a | Jan-Fev 2006 (c) | % c/a | |
| **Receitas Correntes** | **2.153.816** | **2.153.816** | **272.573** | **12,7** | **272.573** | **12,7** | **1.881.243** |
| Receita Tributária | 572.188 | 572.188 | 132.823 | 23,2 | 132.823 | 23,2 | 439.365 |
| Impostos | 482.454 | 482.454 | 109.521 | 22,7 | 109.521 | 22,7 | 372.933 |
| Taxas | 89.734 | 89.734 | 22.866 | 25,5 | 22.866 | 25,5 | 66.868 |
| Outras Receitas Tributárias | - | - | 436 | - | 436 | - | - |
| Receita de Contribuições | 82.793 | 82.793 | 10.918 | 13,2 | 10.918 | 13,2 | 71.875 |
| Contribuições Sociais | 37.254 | 37.254 | 4.026 | 10,8 | 4.026 | 10,8 | 33.228 |
| Contribuições Econômicas | 45.539 | 45.539 | 6.892 | 15,1 | 6.892 | 15,1 | 38.647 |
| Receita Patrimonial | 49.043 | 49.043 | 5.729 | 11,7 | 5.729 | 11,7 | 43.314 |
| Receitas Imobiliárias | 1.382 | 1.382 | 134 | 9,7 | 134 | 9,7 | 1.248 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 10.251 | 10.251 | 2.941 | 28,7 | 2.941 | 28,7 | 7.310 |
| Receitas de Concessões e Permissões | 24.977 | 24.977 | 2.646 | 10,6 | 2.646 | 10,6 | 22.331 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 12.433 | 12.433 | 8 | 0 | 8 | 0,1 | 12.425 |
| Receita Industrial | 3.900 | 3.900 | - | - | - | | 3.900 |
| Receita da Indústria de Construção | 3.900 | 3.900 | - | - | - | | 3.900 |
| Receita de Serviços | 29.303 | 29.303 | 2.211 | 7,5 | 2.211 | 7,5 | 27.092 |
| Receita de Serviços | 29.303 | 29.303 | 2.211 | 7,5 | 2.211 | 7,5 | 27.092 |
| Transferências Correntes | 1.190.445 | 1.190.445 | 105.663 | 8,9 | 105.663 | 8,9 | 1.084.782 |
| Transf. Intergovernamentais | 1.144.185 | 1.144.185 | 101.988 | 8,9 | 101.988 | 8,9 | 1.042.197 |
| Transf. de Instituições Privadas | 8 | 8 | - | - | - | - | 8 |
| Transferências de Convênios | 46.252 | 46.252 | 3.675 | 7,9 | 3.675 | 7,9 | 42.577 |
| Outras Receitas Correntes | 226.144 | 226.144 | 15.229 | 6,7 | 15.229 | 6,7 | 210.915 |
| Multas e Juros de Mora | 76.359 | 76.359 | 5.247 | 6,9 | 5.247 | 6,9 | 71.112 |
| Indenizações e Restituições | - | - | 635 | - | 635 | - | (635) |
| Receita da Dívida Ativa | 137.484 | 137.484 | 6.578 | 4,8 | 6.578 | 4,8 | 130.906 |
| Receitas Correntes Diversas | 12.301 | 12.301 | 2.769 | 22,5 | 2.769 | 22,5 | 9.532 |
| **Receitas de Capital** | **66.317** | **66.367** | **3.471** | **5,2** | **3.471** | **5,2** | **62.896** |
| Operações de Crédito | 11.628 | 11.628 | - | - | - | - | 11.628 |
| Operações de Crédito Internas | 11.628 | 11.628 | - | - | - | - | 11.628 |
| Alienação de Bens | 151 | 151 | 3 | 2,0 | 3 | - | 148 |
| Alienação de Bens Móveis | 151 | 151 | 3 | 2,0 | 3 | - | 148 |
| Transferências de Capital | 54.438 | 54.488 | 3.468 | 6,4 | 3.468 | 6,4 | 51.020 |
| Transf. Intergovernamentais | 4.020 | 4.020 | - | - | - | - | 4.020 |
| Transferências de Convênios | 50.418 | 50.468 | 3.468 | 6,9 | 3.468 | 6,9 | 47.000 |
| Outras Receitas de Capital | 100 | 100 | - | - | - | - | 100 |
| Receitas de Capital Diversas | 100 | 100 | - | - | - | | 100 |
| Dedução da Receita Corrente | (77.883) | (77.883) | (7.962) | 10,2 | (7.962) | 10,2 | (69.921) |
| **Subtotal das Receitas (I)** | **2.142.250** | **2.142.300** | **268.082** | **12,5** | **268.082** | **12,5** | **1.874.218** |
| **Déficit (II)** | - | - | - | - | - | - | - |
| **Total (III)= (I+II)** | **2.142.250** | **2.142.300** | **268.082** | **12,5** | **268.082** | **12,5** | **1.874.218** |

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

**Balanço Orçamentário**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan - Fev/2006** **R$ 1.000**

| Despesas | Dotação inicial (a) | Créditos adicionais (b) | Dotação atualizada ( c) | Despesas | | | | | Saldo (c-g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Empenhadas | | Liquidadas | | | |
| | | | | Jan-Fev/ 2006 (d) | Jan-Fev/ 2006 (e) | Jan-Fev/ 2006 (f) | Jan-Fev/ 2006 (g) | % (g/c) | |
| **Despesas Correntes** | **1.879.810** | **(45)** | **1.879.765** | **447.675** | **447.675** | **169.109** | **169.109** | **9,0** | **1.710.656** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 600.567 | (500) | 600.067 | 276.718 | 276.718 | 71.502 | 71.502 | 11,9 | 528.565 |
| Juros e Encargos da Dívida Interna | 80.095 | - | 80.095 | 21.943 | 21.943 | 9.836 | 9.836 | 12,3 | 70.259 |
| Outras Despesas Correntes | 1.199.148 | 455 | 1.199.603 | 149.014 | 149.014 | 87.771 | 87.771 | 7,3 | 1.111.832 |
| **Despesas de Capital** | **259.921** | **95** | **260.016** | **33.145** | **33.145** | **16.681** | **16.681** | **6,4** | **243.335** |
| Investimentos | 180.947 | 95 | 181.042 | 11.951 | 11.951 | 7.447 | 7.447 | 4,1 | 173.595 |
| Inversões Financeiras | 4.018 | - | 4.018 | 860 | 860 | 743 | 743 | 18,5 | 3.275 |
| Amortização da Dívida | 74.956 | - | 74.956 | 20.334 | 20.334 | 8.491 | 8.491 | 11,3 | 66.465 |
| **Reserva de Contingência** | **2.519** | **-** | **2.519** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **2.519** |
| **Subtotal das Despesas (I)** | **2.142.250** | **50** | **2.142.300** | **480.820** | **480.820** | **185.790** | **185.790** | **8,7** | **1.956.510** |
| **Superávit (II)** | - | - | - | - | - | - | | - | - |
| **Total (III) = (I+II)** | **2.142.250** | **50** | **2.142.300** | **480.820** | **480.820** | **185.790** | **185.790** | **8,7** | **1.956.510** |
| **Superávit (IV)** | - | - | - | - | - | **82.292** | **82.292** | - | - |
| **Total (V) = (III+IV)** | **2.142.250** | **50** | **2.142.300** | **480.820** | **480.820** | **268.082** | **268.082** | **12,5** | **3.913.020** |

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG
Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

# Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

SEI

SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO
DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO